

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

AGRICULTURA CAMPONESA E DESENVOLVIMENTO RURAL/LOCAL: UM
ESTUDO DA ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE JUTA E MALVA NA VÁRZEA DO
MUNICÍPIO DE MANACAPURU

ALCIANE MATOS DE PAIVA

MANAUS

2009

ALCIANE MATOS DE PAIVA

AGRICULTURA CAMPONESA E DESENVOLVIMENTO RURAL/LOCAL: UM
ESTUDO DA ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE JUTA E MALVA NA VÁRZEA DO
MUNICÍPIO DE MANACAPURU

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amazonas como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz

MANAUS

2009

Ficha Catalográfica
(Catalogação na fonte realizada pela Biblioteca Central – UFAM)

Paiva, Alciane Matos de

P149a Agricultura camponesa e desenvolvimento rural/local: um estudo da organização da produção de juta e malva na várzea do município de Manacapuru / Alciane Matos de Paiva. - Manaus: UFAM, 2009.
133 f.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) —
Universidade Federal do Amazonas, 2009.

Orientador: Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz

1. Agricultura familiar 2. Juta – Produção 3. Malva - Produção I.
Cruz, Manuel de Jesus Masulo da II. Universidade Federal do
Amazonas III. Título

CDU 316.334.55 (811.3)(043.3)

ALCIANE MATOS DE PAIVA

AGRICULTURA CAMPONESA E DESENVOLVIMENTO RURAL/LOCAL: UM
ESTUDO DA ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE JUTA E MALVA NA VÁRZEA DO
MUNICÍPIO DE MANACAPURU

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amazonas como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Aprovada em _____ de _____ 2009.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz (Orientador)

Prof. Dr.

Prof. Dr.

DEDICO

- Ao meu Pai, Abdias Leopoldino de Paiva, que incansavelmente, apesar das circunstâncias, sempre lutou para que eu tivesse uma boa educação.

- A minha estrela, Alcione, minha irmã e mãe que desde o início sempre me ajudou com sua fé e orações.

- A France, minha prima, a incentivadora e acolhedora em todos os momentos difíceis.

AGRADECIMENTOS

Ao pai celestial,

- Ao “*Lord Caboclo*”, Manuel Masulo (Orientador), pela coragem, paciência, sabedoria, e acima de tudo dedicação, te agradeço, sem você não teria alcançado mais esta etapa da minha vida.

-Aos primos, Joza e Joaquim caboclos que me ajudaram na pesquisa me levando nas comunidades de várzeas, sem suas experiências no rio, talvez não tivesse alcançado com êxito o conhecimento de um campesinato da águas.

- A Secretaria Municipal de Produção do Município de Manacapuru, pelo apoio e interesse, em especial ao Sr. Francisco Braga Paiva, o “*Chicó*”.

- Ao Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas (IDAM) pelas informações prestadas.

-A minha tia, Nazaré Paiva, pelos conselhos e apoio dado aos longos destes anos de crescimento profissional.

- A amiga, Cleomara Trindade, pessoa incomparável e que nos momentos mais difíceis sempre dava um jeito de me fazer sorrir.

- Aos professores do Mestrado pelos ensinamentos e incentivos, em especial aos professores Francisco Mendes e Luiz Roberto.

- Aos amigos Alan, James, Milke, Camilo, Willer, Jamile, Cláudia, Lenita, agradeços os momentos de discussão dentro de sala, e os momentos de descontração fora de sala.
- A Adriana, secretária do nosso curso sempre interessada e disposta em nos ajudar na parte burocrática do curso.
- A Guilherme, pela paciência e tranquilidade em aceitar o desafio das correções gramaticais.
- Ao Sr Djalma, do IDAM, por ter me concedido tempo em conversas oportunas no Instituto.
- As minhas irmãs, (Ene, Cila, Mara) pelas preocupações e conselhos nos momentos difíceis.
- Ao Dr. Edson Farias pela experiência e idéias compartilhadas sobre o meu trabalho.
- A Fundação de Apoio e Amparo a Pesquisa (Fapeam), pela bolsa durante os anos de estudo, foi um dos pontos fundamentais para a realização deste trabalho.
- A Francisca Araújo, pelo carinho e luta por momentos mais felizes.
- Enfim, mas não menos importante, ao meu noivo, Jorge Uchôa, pelo incentivo, amor e carinho dado nos momentos difíceis e a todos que contribuíram direta e indiretamente para a realização deste trabalho.

**Quem atribui á crise seus fracassos
e penúrias, violenta seu próprio
talento e respeita mas aos
problemas do que as soluções. A
verdadeira crise é a crise da
incompetência.**

(Albert Einstein)

LISTA DE SIGLAS

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFIBRAM- Instituto de Fibras do Amazonas

ONGs – Organização Não-Governamental

PAM – Programa Agrícola Municipal

PIB – Produto Interno Bruto

SEPROR – Secretaria de Produção Rural

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UNLOC- Unidade Local

LISTA DE TABELAS

Tabela 01- Produção de juta por tonelada entre 1937- 1941.....	63
Tabela 02 - Produção de juta por tonelada entre 1942-1946.....	64
Tabela 03 - Produção de juta no Amazonas por tonelada entre 1950- 1970.....	66
Tabela 04 - Produção de Juta e Malva no Amazonas entre 1971-1989.....	68
Tabela 05 - Produção por toneladas de fibra sintéticas.....	70
Tabela 06 – Importação de Sacos de juta produzida na Ásia 1987- 1991.....	71
Tabela 07- Produção de Malva em Manacapuru nos anos de 2000 a 2006.....	91

LISTA DE QUADROS

Quadro 01. Organização de dados para análise.....	57
Quadro 02. Principais atividades agropecuárias no Município.....	72
Quadro 03. Área colhida de juta nos municípios produtores e no Estado do Amazonas nos anos de 1990 – 2006.....	73
Quadro 04. Área colhida de malva nos municípios produtores e no Estado do Amazonas nos anos de 1990 – 2006.....	75
Quadro 05. Sementes de juta: Calendário de Produção.....	77
Quadro 06. Sementes de Malva: Calendário de Produção.....	78
Quadro 07. Calendário de produção de fibras.....	78
Quadro 08. Preço Mínimo das safras de juta e malva de 2000 a 2007.....	92

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 01. Demonstração em porcentagens de área colhida de juta no ano de 2006.....74
- Gráfico 02. Demonstração em porcentagens de área colhida de malva no ano de 2006.....76
- Gráfico 03. Produção de Malva em Manacapuru nos anos de 2000 a 2006.....92

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Corte das hastes de fibras.....	79
Figura 02. Afogamento das fibras para o processo de maceração.....	80
Figura 03. Desfibramento das hastes dentro d'água.....	81
Figura 04. Secagem das fibras.....	82
Figura 05. Local de enfardamento após a secagem das fibras.....	83
Figura 06. Ciclo de Monopolização do Capitais.....	98

RESUMO

A agricultura camponesa familiar se caracteriza em linhas gerais por pequenos empreendimentos familiares administrados pela própria família, e neles a família trabalha diretamente, com ou sem auxílio de terceiros, vale dizer: a gestão é familiar e o trabalho é predominantemente familiar. Podemos dizer, também, que um estabelecimento familiar, é ao mesmo tempo, uma unidade de produção e de consumo; uma unidade de produção e de reprodução social, onde acima de tudo a produção é voltada a um modelo de auto-consumo, ficando apenas uma pequena parcela para gerar renda. Nesse modelo de subsistência podemos assinalar então a cultura da juta e da malva no Município de Manacapuru no Estado do Amazonas. Uma cultura que já por quase meio século é importante para a Região Amazônica, em função de sua capacidade de fixação da população no campo e da utilização de forma produtiva nas áreas de várzeas na extensão dos rios do Estado do Amazonas. Por ser uma cultura de produtividade simples, mesmo tendo uma alta capacidade de fixação, seu desenvolvimento esteve estagnado durante esse meio século, interferindo para o Desenvolvimento rural/local. No entanto, mesmo com essa pouca significância, a cultura tenderá a ser um fator desenvolvimento local, pois com um modelo atual de sustentabilidade a fibra vegetal de juta e malva tenderá a aquecer sua demanda, pois a fibra sintética sua atual concorrente tenderá a ser reduzida, devido à consciência ambiental e da pressão decorrente, dado ao seu tempo de decomposição na natureza. Contudo, só este fator não é suficiente, o modelo de produtividade da cultura é muito obsoleto sendo insuficiente para desenvolver um processo de desenvolvimento rural/local para a agricultura camponesa familiar. O trabalho então demonstra a atual estrutura produtiva, tendo por base, referências sobre a organização camponesa e o desenvolvimento rural/local, focando sobre as principais teorias do surgimento do campesinato e o destino que essas teorias julgam sobre o camponês, individuo discutido neste trabalho. Os camponeses citados são os produtores de fibras das várzeas do município de Manacapuru, e sua hipótese do seu modo de produção esta baseado na subordinação de mercadorias simples a vontade do diversos tipos de capital.

Palavras Chave: Agricultura Familiar, Campesinato, Desenvolvimento Rural Local, Juta e

Malva

ABSTRACT

Agriculture familiar peasant if characterizes in general lines for small familiar enterprises managed by the proper family, and in them the family works directly, with or without aid of third, valley to say: the management is familiar and the work is predominantly familiar. We can say, also, that a familiar establishment, is at the same time, a unit of production and consumption; a unit of production and social reproduction, where above all the production is come back to a model of auto-consumes, being only one small parcel to generate income. In this model of subsistence we can designate then the culture of jute and the mauve in the City of Manacapuru in the State of Amazon. A culture that already per almost half century is important for the Amazon region, in function of its capacity of setting of the population in the field and the use of productive form in the fertile valley areas in the extension of the rivers of the State of Amazon. By being a culture of simple productivity, exactly having one high capacity of setting, its development was estagnado during this half century, intervening for local the agricultural Development/. However, exactly with this little significance, the culture will tend to be a factor local development, therefore with a current model of sustentabilidade the vegetal fiber will tend to heat its demand, therefore the synthetic fiber its current competitor will tend to be reduced, due to ambient conscience and of the decurrent pressure, given to its time of decomposition in the nature. However, this factor is not only enough, the model of productivity of the culture is very obsolete being insufficient to develop a process of local agricultural development/for agriculture familiar peasant. The work then demonstrates the current productive structure, having for base references on the organization peasant and local the agricultural development/.

Key-words: Familiar agriculture, Campesinato, Local Agricultural Development, Jute and Mauve.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1 MARCO CONCEITUAL.....	22
1.1 Considerações Teóricas sobre o Desenvolvimento Rural/Local.....	23
1.2 Endógeno e Local.....	24
1.3 Conceitos de Desenvolvimento Local.....	25
1.4 Agricultura Familiar Camponesa (Campesinato).....	28
1.5 Monopolização do Território pelo do Capital.....	45
1.5.1 Dependência do Campesinato as variadas formas de capital.....	48
2 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	52
2.1 O foco de estudo.....	52
2.2 Localização da área de Estudo.....	53
2.3 Tamanho da Amostra.....	54
2.4 Principais Variáveis Estudadas e Formas de Mensuração.....	55
2.5 Forma de Organização para a Análise dos dados.....	56
3 BREVE HISTÓRICO DA PRODUÇÃO DE JUTA E MALVA NO BRASIL, AMAZONAS E NO MUNICÍPIO DE MANACAPURU.....	59
3.1 O Município de Manacapuru: sua origem histórica e seu potencial econômico.....	71
3.2 Sistema de Produção de Juta e Malva.....	76
3.3 Forma de Organização dos Produtores.....	83
4 A ATUAL ESTRUTURA PRODUTIVA.....	90
4.1 Territorialização do Capital as diferentes formas de subordinação camponesa.....	94
4.2 A Cooperativa.....	99

4.3	Característica do modo de produção camponesa.....	101
	CONCLUSÕES.....	106
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	110
	APÊNDICE.....	113
	ANEXOS.....	120

INTRODUÇÃO

A importância de desenvolver atividades associadas ao setor primário para o Brasil, tem se caracterizado um instrumento de desenvolvimento, transformações e mudanças nas relações de produção ligadas a agricultura. É fundamental entender que a base da agricultura se constitui imensamente de unidades familiares, apesar de que quando se fala em agricultura familiar à imagem que vem é de dimensões extremamente reduzidas, ao contrário da natureza empresarial dos mais importantes estabelecimentos que têm uma alta capacidade de inovação técnica e de resposta aos mercados. No entanto, o que vale entender é exatamente o caráter familiar não só da propriedade, mas da direção, da organização e da execução do trabalho agrícola produtivo local.

O Estado do Amazonas evidencia amplas possibilidades de ser inserido nesse processo de desenvolvimento agrícola local, devido as suas potencialidades regionais. Nessa perspectiva, assinala-se então a cultura de Juta e Malva, atividade produtiva que é condicionada pelo ciclo anual das águas que fertilizam as terras de várzeas onde essas plantas são cultivadas.

As terras de várzeas transportam apreciáveis quantidades de sedimentos em suspensão. A presença desses sedimentos torna a água turva, amarela e barrenta. É nas várzeas de águas barrentas que a juta e a malva se desenvolvem no Estado do Amazonas, encontrando nestas áreas um ambiente propício a sua produção.

Embora a várzea apresente solo extremamente fértil para as culturas de juta e malva, as populações ribeirinhas possuem muitas dificuldades para a sua produção em razão da falta de tecnologias apropriadas para o seu processamento, pela falta de estrutura que promova a dinamização de arranjos produtivos locais e a falta de assistência técnica especializada. Além disso, seu cultivo sempre foi marcado pela ausência de capacitação que proporcione ampliação dos conhecimentos técnicos aos produtores, impossibilitando maior eficiência na produção e maior qualidade dos produtos, de modo a inseri-los num mercado cada vez mais exigente e competitivo.

Ainda assim, a valorização da juta e malva para a produção de fibras e sua conseqüente comercialização, apesar do baixo preço de mercado, logo seduziu os ribeirinhos para as possibilidades de desenvolverem uma economia mais monetarizada, com mão-de-obra familiar e uma produção rudimentar em torno de suas casas.

Com a crescente demanda por esse tipo de fibra no Amazonas, ocorreu indução por parte do governo, por meio da distribuição de sementes, ao plantio de juta e malva, tornando seu cultivo significativo em várias partes da calha do rio Solimões-Amazonas. Esse crescimento da demanda deveu-se por parte da fabricação de sacaria, devido à carência do produto no país. Com o passar dos anos, as fábricas foram se expandindo, buscando manter modernos padrões de funcionamento, o que dava ao Brasil a aparência de uma economia auto-suficiente duradoura, no tocante ao suprimento de sacaria, especialmente para atender à crescente demanda do setor primário para embalagens de seus produtos, principalmente de grãos.

O sistema de juta/malva no Estado do Amazonas teve um desenvolvimento significativo em virtude do fato de ter se tornado uma opção lucrativa no meio rural. Apesar

de serem produzidos também nos Estados do Pará e Maranhão, é no Amazonas que ocorre a maior produção.

Desde o seu início, a produção das fibras, até os dias de hoje passou por muitos percalços e apresentando algumas crises. A principal delas foi o aparecimento das fibras de polipropileno e polietileno, a partir de 1970 e que se agravou no início da década de 1990. O processo produtivo dessas fibras sintéticas usava tecnologia mais moderna e de maior produtividade, tanto na fabricação de matéria-prima como na transformação desta em sacos. O que permitia sensíveis economias de mão-de-obra e de escala, com alta produtividade, possibilitando menor custo de transformação industrial, havendo assim uma concorrência desleal com os produtores de juta/malva, que como descrito anteriormente existem muitas dificuldades na produção em razão da falta de tecnologias apropriadas para o seu processamento e por ser uma produção familiar descentralizada. Não que a produção familiar consista em desordem do sistema produtivo, mas precisa ser integrada ao sistema como veremos na nossa visão teórica.

Atualmente, verifica-se um aquecimento na demanda de juta/malva, devido à possibilidade de reutilização, enquanto que a fibra sintética é de difícil recuperação, as fibras vegetais são as melhores opções para embalar produtos agrícolas, pois necessitam de aeração (entrada e saída de ar) e como são fibras naturais, permitem o processo, o que não ocorre com as fibras sintéticas. Outro fator relevante é o forte movimento ecológico que tem tomado conta do mundo nos últimos anos; a sacaria de juta/malva oferece considerável vantagem sobre a concorrente por ser um produto biodegradável, são totalmente naturais e preservam o meio ambiente, além de serem utilizadas na fabricação artesanal de bolsas, forros de carpetes, pastas para papéis entre uma vasta gama de possibilidades. Portanto, é através dessa forma que a economia da juta e malva desenvolve-se.

A cultura de fibras naturais vem sendo paulatinamente reativada no Município de Manacapuru, no Estado do Amazonas, que no século passado foi o maior produtor de fibras, atingindo índice de 23 mil toneladas. A Juta e Malva é cultivada, atualmente, apenas pelas microrregiões: Manaus, Coari, Parintins e Itacoatiara.

O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar as perspectivas de desenvolvimento rural/local da agricultura camponesa familiar no Município de Manacapuru. Especificamente, procurar-se-á:

- Compreender as formas de organização da produção camponesa no ambiente de várzea na Amazônia, considerando como prioritário o caso dos produtores de juta/malva.
- Fazer uma breve retrospectiva histórica da produção da juta/malva no Estado do Amazonas.
- Apontar a atual estrutura produtiva da Juta e Malva na várzea amazônica.
- Identificar as possíveis inovações (tecnológicas, gestão ou sociais) introduzidas ou indicadas, no âmbito do planejamento para o desenvolvimento rural/local dos produtores familiares.

Este trabalho está dividido em quatro capítulos. Ao primeiro capítulo cabe destacar algumas considerações teóricas sobre o campesinato, retratados como grupos diferenciados. Este trabalho tem como referência teórica, as considerações de Alexander Chayanov e Jerzy Tepicht, a Teoria do Desenvolvimento Endógeno Local, a constatação da monopolização do capital propriamente dita, dada no interior das relações não tipicamente capitalistas, em que os trabalhadores não estão despojados dos meios de produção. Outras teorias apontadas foram

apenas para demonstrar na visão de autores, como retratavam o campesinato, uma vez que nunca se concretizaram.

O segundo capítulo vem demonstrar o caminho percorrido para a realização do trabalho, mostrando variáveis que foram pesquisadas no decorrer da pesquisa e o tamanho da amostra.

No terceiro capítulo coube fazer uma breve retrospectiva histórica da juta e malva na região Amazônica, especialmente no Município de Manacapuru, a fim de alcançar um dos primeiros objetivos específicos que é resgatar a justificativa de aclimatação da juta e malva na Amazônia, abordando o nível de produção da juta/malva em anos anteriores, argumentando e discutindo através de análise bibliográfica, seus motivos de ascensão e declínio. Versa também o crescimento econômico da produção no Município estudado e as formas de organização dos produtores.

O quarto capítulo aborda a interpretação dos resultados da pesquisa caracterizando a forma de organização camponesa atual, apontando a atual estrutura produtiva, as tecnologias existentes no âmbito do planejamento para o desenvolvimento rural/local dos produtores familiares, o motivo da queda de produção e soerguimento.

E por último, a conclusão, onde faremos um resgate de tudo o que foi exposto, abordando os resultados obtidos, identificando as possíveis inovações tecnológicas no âmbito do planejamento para o Desenvolvimento Rural/Local dos camponeses das várzeas amazônicas.

CAPÍTULO I

1 Considerações teóricas sobre o Desenvolvimento Rural/local.

O desenvolvimento rural vem sendo moldado ao longo dos anos, e se caracterizando através do desenvolvimento da agricultura modernizada. Apesar de inúmeras discussões sobre o desenvolvimento rural em décadas anteriores, somente a partir da década de 1990, ressurgiu o debate com todo vigor, talvez pelo fato de se estar em uma nova ordem internacional “a globalização”, alterando consideravelmente a estrutura da sociedade e seus modelos convencionais. Neste conjunto de mudanças, o tema desenvolvimento rural ou o desenvolvimento em si vem reaparecendo em situações de debates e movimentos sociais no mundo todo.

Navarro (2001) sistematiza o desenvolvimento rural através de vários conceitos usados recentemente para explicar esse tipo de desenvolvimento. No sentido de “desenvolvimento agrícola” a expressão refere-se exclusivamente às condições de produção agrícola ou agropecuária identificando suas tendências a um determinado período de tempo, referindo-se a base material da produção como: área plantada, produtividade, formatos tecnológicos, uso da força do trabalho.

Outro fator que se junta à característica anterior, um pouco mais complexo, é o “desenvolvimento agrário”. Para Navarro (2001,) esta expressão se refere às expressões acerca do mundo rural, em suas relações com a sociedade de uma forma geral e em todas as dimensões, e não a estrutura agrícola de um determinado período de tempo. A expressão do

desenvolvimento agrícola constitui apenas um enfoque, mas a análise centra-se usualmente nas instituições, nas políticas do período, nas condições de acesso e uso da terra, na disputa de classe, nas relações de trabalho e suas mudanças, nos mercados, nos conflitos sociais. São essas condições de vida rural e sua evolução que se adentram tais análises. (NAVARRO, 2001).

A terceira expressão explicada por Navarro (2001) é o próprio Desenvolvimento Rural, estando sua diferença sobre as mudanças de um determinado ambiente rural.

Os Estados Nacionais - ou seus níveis subnacionais – sempre esteve presente à frente de qualquer proposta de desenvolvimento rural, como seu agente principal. Por ser a única esfera da sociedade com legitimidade política assegurada para propor (e impor) mecanismos amplos e deliberados no sentido da mudança social, o Estado funda-se para tanto em uma estratégia pré-estabelecida, metas definidas, metodologias de implementação, lógica operacional e as demais características específicas de projetos e ações governamentais que têm como norte o desenvolvimento rural. (NAVARRO, 2001 p. 88)

Navarro (2001) explica que o desenvolvimento rural pode ser analisado sobre programas já realizados pelo Estado (em níveis diferentes) visando alterar o enfoque do mundo rural a partir de objetivos previamente definidos, podendo se referir a uma ação prática para o futuro que seja para implantar uma estratégia de desenvolvimento rural para um período vindouro.

Outra expressão confundida com as demais expressões é a de “desenvolvimento local” como se referisse ao mesmo fenômeno, essa expressão é recente e segundo Navarro (2001) se dá através de duas grandes mudanças no período atual. Primeiro o crescente aparecimento das ONGs, que atuam em ambientes mais restritos (a região ou município) onde foram criando estratégias de ação local. A outra mudança apontada é a descentralização em curso de muitos continentes, em particular, ele cita a América Latina e o Brasil em especial. Essa passagem de responsabilidade do Estado que antes era muito centralizada passou a valorizar o local ou municipal. É essa distinção que traz a diferença do local para o agrícola que gradualmente passam a ser orientadas pelo governo ou não, no caso do local. (NAVARRO, 2001).

1.2 O endógeno e o local

Sobre as raízes teóricas do desenvolvimento endógeno

O conceito de desenvolvimento endógeno está vinculado aos processos de industrialização endógena, isto é, à dinâmica econômica das cidades e regiões cujo crescimento e mudança estrutural se organizam em torno da expansão das atividades industriais e que para tanto, fazem uso do potencial de desenvolvimento existente no território. Segundo Barqueiro (2002), pode ser feita duas abordagens teóricas sobre os autores do campo na industrialização endógena, a primeira é os que efetuam a análise a partir da forma assumida pela industrialização endógena como um dos caminhos possíveis na evolução de cidades e regiões, onde analisa os aspectos teóricos e empíricos da organização das empresas, estuda as condições sob as quais os sistemas produtivos se articulam no território através de *clusters* ou de distritos industriais e enfatiza suas potencialidades na substituição das grandes empresas fordistas como modelo de organização da produção.

A segunda é a do próprio Barqueiro, no qual trata da análise dos elementos e mecanismo que impulsionam o crescimento local e reconhece que os sistemas produtivos locais são uma das diferentes formas de organização da produção que contribuem para melhorar a produtividade e a competitividade de empresas e territórios. O desenvolvimento de uma economia está submetido às leis de funcionamento dos processos de acumulação de capital, sendo a industrialização endógena uma das alternativas possíveis no modo de produção capitalista. Essas duas abordagens coincidem ao reconhecerem que o desenvolvimento endógeno forma um paradigma adequado para interpretar, no momento atual, a dinâmica econômica de cidades e regiões. (BARQUEIRO, 2002).

1.3 Conceitos de Desenvolvimento local

Para explicar melhor a determinante do desenvolvimento local, Barqueiro (2002) dá ênfase a duas vertentes de formação para o desenvolvimento endógeno¹: a primeira é teórica onde tenta encontrar uma noção de desenvolvimento que levasse em conta os efeitos da atuação do Estado no desenvolvimento das localidades e regiões; a outra, de caráter mais prática, é em decorrência da interpretação de desenvolvimento industrial em localidades e regiões no Sul da Europa.

Para Barqueiro (2002) o desenvolvimento econômico local acontece quando se utiliza o potencial e o excedente gerado localmente, e pela incorporação de economias externas ocultas no processo produtivo, para tais é necessário ativar fatores que determinam os processos de acumulação de capital: a inovação no sistema produtivo, a organização flexível da produção, geração de economias de aglomeração e de economias de diversidade nas cidades e fortalecimento das instituições.

Para haver um dinamismo de uma economia local é necessário inovar o sistema produtivo, introduzindo novos conhecimentos que impulsionem e renovem o sistema produtivo, como enfatiza e sintetiza Barqueiro (2002), para que isso seja possível, faz-se necessário que os atores integrantes do sistema produtivo local tomem as decisões adequadas em matéria de investimentos em tecnologia e organização.

Outro fator que determina o processo de acumulação é a organização na produção, isto tem a ver com a produtividade e a competitividade das economias locais, sendo realizados através de uma mudança estrutural na economia local.

¹ Para Barqueiro (2002), o desenvolvimento local faz-se referência a processos de desenvolvimento endógeno e, quando a qualificação é feita em termos de desenvolvimento econômico local, está sendo privilegiadas a dimensão econômica do desenvolvimento. (pag. 57)

A análise de funcionamento dos sistemas produtivos locais (e especificamente dos distritos industriais) demonstrou que a existência de uma rede de empresas industriais locais possibilita a geração de uma multiplicidade de mercados internos e de áreas de encontro, que facilita a troca de produtos, serviços, informações e conhecimentos (BECATTINI, 1997 apud BARQUEIRO, 2002).

Com isto, permite-se uma nova forma de funcionamento, aproveitando com maior eficiência a questão mesmo do território e das vantagens que ele oferece. Esse fator contribui para que as empresas aproveitem as economias externas e internas e façam uso do sistema produtivo, contribuindo para o crescimento econômico e mudança estrutural (BARQUEIRO, 2002).

Outro fator citado por Barqueiro é o de economias de aglomeração nas cidades, onde a cidade e o sistema produtivo local participam dos mesmos processos, onde as decisões de investir tendem a favorecer ambos, isso só acontece quando os atores envolvidos interagem e criam relacionamentos de trocas.

Para Barqueiro (2002) a cidade é o espaço principal do desenvolvimento endógeno: onde são gerados efeitos que contribuem com o aparecimento de rendimentos crescentes favorecendo a dinâmica econômica, contribuindo para a difusão do conhecimento e estimulando processos de inovações das empresas.

Por fim, o último determinante citado pelo autor para o processo do desenvolvimento endógeno é o fortalecimento das instituições. Para Barqueiro (2002) o desenvolvimento econômico resulta no fortalecimento de territórios que contam com um sistema institucional evoluído e complexo, o que é bem explicado quando as empresas estão integradas em territórios caracterizados por vastas relações de empresas, instituições de ensino e pesquisa, associações de empresários, sindicatos e governos locais. Esse fortalecimento institucional

permite reduzir custos de transação e produção, aumentando a confiança entre eles, os atores sociais, fortalecendo a cooperação, a capacidade empresarial, os mecanismos de aprendizagem e de interação, condicionando desta forma os processos de acumulação de capital, ou o desenvolvimento local das cidades e regiões (BARQUEIRO, 2002).

Diante desses fatores determinantes do desenvolvimento endógeno podemos considerar de acordo com Barqueiro (2002) que estes se propõem a atender as necessidades da população local através da participação da comunidade em massa, obtendo ganhos para a localidade de desenvolvimento tecnológico do sistema produtivo, objetivando o bem-estar econômico, social e cultural.

Consiste também em um enfoque territorial do desenvolvimento e do funcionamento do sistema produtivo. O território é um agente de transformação e não um mero suporte dos recursos e atividades econômicas, uma vez que há interação entre as empresas e os demais atores, que se organizam para desenvolver a economia e a sociedade. O ponto de partida para uma comunidade territorial reside no conjunto de recursos (econômicos, humanos, institucionais, e culturais) formadores de seu potencial de desenvolvimento. São precisamente as pequenas e médias empresas que, com sua flexibilidade e capacidade empresarial e organizacional, estão fadadas a ocupar um papel de protagonistas no processo de desenvolvimento endógeno. (BARQUEIRO, 2002 pag. 39).

Então, pode-se considerar que o desenvolvimento de economias locais se dá com o desenvolvimento da estrutura produtiva, aumento do mercado de trabalho, uma melhoria na infra-estrutura, o desenvolvimento do conhecimento tecnológico, uma capacidade de alocação de recursos para a melhoria da comunidade local, ocorrendo desta forma um resultado positivo e uma mudança estrutural.

Esse tipo de mudança estrutural também está voltado ao Desenvolvimento Sustentável que segundo Barqueiro (2002), dá ênfase entre as dimensões econômicas, sociais e ambientais. As iniciativas locais (Estados, Governos, Municípios) precisam alocar recursos de forma a distribuir equitativamente as riquezas geradas e o equilíbrio do meio ambiente, tendo

como estratégia promover o desenvolvimento do território, ações totalmente centradas na melhoria de infra-estrutura local, na tentativa de suprir as carências e melhorar os fatores imateriais do desenvolvimento que se refere à aprendizagem, conhecimento e informação, fortalecendo assim a capacidade do entendimento das populações sobre o uso adequado dos recursos naturais principalmente os não-renováveis.

Cada território requer um tratamento específico, assim como o uso de instrumentos adequados para eliminar as restrições ao bom funcionamento da economia local e para incrementar a competitividade das empresas. A intenção é fomentar a difusão das inovações, capacidade empresarial, a qualificação do capital humano, a flexibilidade do sistema produtivo, a formação e o desenvolvimento das redes e relações entre os atores e atividades, a conservação dos recursos naturais e a recuperação do patrimônio histórico e cultural. (BARQUEIRO, 2002, pag. 53)

Apenas reafirmando, o desenvolvimento local se dá na organização da estrutura local, gerenciamento dos recursos naturais, fomentando inovações tecnológicas, para que a comunidade local tenha capacidade de competitividade de mercados de seus produtos, trazendo dessa forma o desenvolvimento e o crescimento da sociedade local.

Mas, para que isso aconteça é necessária a presença de diversos fatores como o Estado, instituições e organizações. Quando Navarro (2001) fala que o desenvolvimento local se dá com o aparecimento crescente de ONGs, é nesse ponto, de forma espontânea, incentivada e controlada por atores locais atuando de forma a modificar o processo de acumulação de capital, residindo principalmente na difusão de inovações e conhecimentos.

1.4 Conceito de Agricultura Familiar Camponesa (Campesinato)

Atualmente, o estudo da estrutura da agricultura tem sido pouco estudado, deixando muitas vezes de lado a base da agricultura que são as unidades familiares, sumamente relevantes para o capitalismo por sua produção de alimentos.

Abramovay (1998) ao sistematizar o termo agricultura familiar incorpora ao vocabulário das políticas públicas, aos discursos de movimentos sociais e a pesquisa voltada ao conhecimento do meio rural. O uso até então de expressões como “pequena produção”, agricultura de “baixa renda” ou subsistência, era um sinal de ceticismo com o qual a sociedade brasileira encarava o destino de sua estrutura social no campo. Tudo parecia indicar que a questão agrária no Brasil estava resolvida, que as grandes extensões territoriais trabalhadas por assalariados pagos miseravelmente eram a expressão mais completa e acabada do próprio desenvolvimento capitalista no campo, que as formas sociais apoiadas no trabalho familiar seriam forçosamente marginais e seu declínio uma questão de tempo.

Um obstáculo teórico para a compreensão da realidade agrária contemporânea no capitalismo central está nas ambigüidades que a noção de unidade familiar de produção tem sido retratada. A associação entre este tipo de estabelecimento, “pequena produção”, “produção de baixa renda”, “agricultura camponesa” entre outros, é recorrente e impede que se perceba a dupla e fundamental especificidade da agricultura familiar tal como se desenvolveu, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, nos países capitalistas avançados: por um lado, o dinamismo econômico, sua capacidade de inovação técnica, suas formas sociais inéditas com relação ao passado de que algumas vezes se origina, mas com o qual mantém laços cada vez mais tênues. Por outro – este é um aspecto decisivo – a agricultura familiar é um fenômeno tão generalizado nos países capitalistas avançados que não pode ser explicada pela herança histórica camponesa, de fato, em alguns casos existentes: na verdade o Estado foi determinante na moldagem da atual estrutura social do capitalismo agrário das nações centrais.

Coube às políticas públicas garantir a atomização da oferta, imprimir estabilidade aos preços, de maneira a manter a renda do setor em um patamar cada vez mais institucionalmente definido e no mínimo suficiente para assegurar produção abundante. Seria

equivoco, imaginar que estas políticas públicas resultam fundamentalmente da pressão e dos interesses dos próprios agricultores. Na verdade, elas foram à condição para que a agricultura desempenhasse um papel fundamental no próprio desenvolvimento do mundo capitalista: o de permitir que o peso da alimentação na estrutura do consumo dos assalariados fosse cada vez menor, portanto que os orçamentos domésticos pudessem consagrar crescentemente a aquisição de bens duráveis, uma das bases da própria expansão que conheceu o capitalismo entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início dos anos 70. (ABRAMOVAY, 1998).

Abramovay (1998) deixa claro desde o início qualquer tipo de “funcionalidade estrutural da pequena produção”. Primeiro, pelo fato de não ser absolutamente “pequena” a agricultura a qual nos referimos. Neste sentido as noções de articulação de modos de produção, de recriação do velho pelo novo, do atraso explicado pelo progresso, são inadequadas. Tanto mais que – este é o segundo ponto – peso do Estado na consolidação da agricultura familiar como a base social do dinamismo do setor é fundamental: interferência nas estruturas agrárias, na política de preços, determinação estrita da renda agrícola e até o processo de inovação técnica, formam o cotidiano dos milhões de agricultores que vivem numa estrutura atomizada, onde o Estado influencia o campo da vida econômica. Não que a concorrência tenha sido abolida: ela opera, porém, num quadro de permanente organização pública dos mercados. Uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e responder às políticas governamentais, não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa.

Nessa linha Abramovay (1998) questiona se é possível uma distinção conceitual entre essas duas formas fundamentais de produção familiar, na afirmação ele condiciona que se busque a diferença fundamental no ambiente social, econômico, e cultural que caracteriza cada uma delas. A própria racionalidade da organização familiar não depende da família em si mesma, mas pelo contrário, da capacidade que esta tem de se adaptar e montar um

comportamento adequado ao meio social e econômico onde se desenvolve. A tentativa foi, sobretudo, examinar diferentes correntes de pensamento e vertentes de especialização profissional de como encaram o camponês.

Nessa mesma tentativa de distinguir o conceito dessas duas formas de produção familiar, Oliveira (1997) destaca que o camponês é um sujeito social de dentro do capitalismo, embora, no Brasil, o campesinato seja fortemente marcado pela subordinação da produção camponesa ao capital que sujeita e expropria a renda da terra.

Para Oliveira (1997) os autores que têm discutido a questão agrária no Brasil concordam que a tendência do processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção é a sua generalização progressiva por todos os ramos e setores da produção, na indústria e na agricultura, na cidade e no campo. Um grupo de autores procura ver o processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, através da generalização das relações de produção especificamente capitalista no interior da produção. Esse processo se daria por dois caminhos. Um seria produto da destruição do campesinato ou dos pequenos produtores de subsistência, como preferem chamá-los através da diferenciação interna gerada pelas contradições típicas desse processo de integração no mercado capitalista. No ponto de chegada desse processo ter-se-ia a configuração de duas classes sociais distintas: os camponeses abastados (os pequenos capitalistas rurais) e os camponeses empobrecidos (que se tornariam proletários). O outro caminho seria o da modernização do latifúndio transformando-se em empresas capitalistas. Para esses autores, a persistência de relações não-capitalistas de produção no campo é entendida como resíduo em vias de extinção.

Outro conjunto prefere entender o “processo de penetração de relações capitalista de produção no campo” através de um processo de separação que se daria em três etapas: a primeira seria dada pela separação do camponês dos estreitos vínculos e hierarquias

comunitárias tradicionais, em outras palavras, estaria destruída a economia natural e o produtor tornar-se-ia produtor individual; a segunda etapa seria gerada pela introdução da economia de mercado e a conseqüente separação entre a indústria rural e a agricultura; a terceira etapa seria dada pela separação dos meios de produção do pequeno produtor mercantil, com sua conseqüente proletarização, e a implantação final de formas capitalista de produção.

Outros autores ainda entendem as relações não-capitalista de produção no campo hoje, como criadas e recriadas pelo próprio processo contraditório de desenvolvimento do modo capitalista de produção, ou seja, seria o próprio modo capitalista de produção dominante que geraria relações não-capitalista de produção combinada ou não, em função do processo contraditório intrínseco a esse movimento (desenvolvimento). (OLIVEIRA, 1997).

A primeira vertente dada por Oliveira (1997) é marxista, pois quando Marx tratou a pequena propriedade camponesa, supôs que a população rural fosse numerosa, maior que a urbana, e que o modo capitalista de produção, embora dominasse o restante da economia, não fosse muito desenvolvido.

Para Marx (1984) a propriedade camponesa que cultiva a própria terra é a forma mais normal de propriedade da terra para a exploração em pequena escala; isto é, para um modo de produção em que a posse do solo é uma condição para a propriedade, por parte do trabalhador, sobre o produto de seu próprio trabalho, e através do qual, seja já proprietário livre ou vassalo, o agricultor sempre deve produzir seus próprios meios de subsistência, independentemente, como trabalhador isolado com a sua família. A propriedade da terra é tão necessária para o completo desenvolvimento desse modo de exploração como o é da propriedade do instrumento para o livre desenvolvimento da atividade artesanal. Essa propriedade constitui a base para o desenvolvimento da independência pessoal.

Das afirmações de Marx (1984) entende-se que na pequena propriedade camponesa uma parte da produção agrícola é para o consumo do produtor, como meio de subsistência imediata; a outra parte, o excedente, é comercializado sob a forma de mercadoria. Nessa unidade de produção, também como nas capitalistas, existe a presença da renda diferencial, obtidas nos terrenos mais férteis ou mais bem situados. Quando a renda diferencial ocorre na produção camponesa, ela pode ou não ficar com os camponeses que trabalham em condições mais favoráveis. Já com relação à renda absoluta, Marx afirma que nessa forma de propriedade não existe esse tipo de renda. Para ele, isso ocorre porque a renda absoluta é oriunda de situações nas quais, além do preço de produção, realiza-se um valor excedente, ou seja, um preço de monopólio que faz subir o preço de produção. Marx lembra que o valor dos produtos de origem camponesa está, em via de regra, acima do preço de produção, devido o predomínio do trabalho vivo materializado nesses produtos. (OLIVEIRA, 1997).

Outra questão fundamental nos estudos de Marx é a distinção do movimento na circulação e a produção capitalista. Na produção capitalista temos que definir de acordo com Marx o movimento da fórmula $D-M-D$ na sua versão simples $D-M-D'$ na sua versão normal. Enquanto na produção camponesa estamos diante do movimento expresso na fórmula $M-D-M$, a lógica da produção camponesa está assentada na forma simples de circulação das mercadorias, onde se tem a conversão da mercadoria em dinheiro e a conversão de dinheiro em mercadoria, ou seja, vender para comprar.

O ciclo $M-D-M$ parte de um extremo constituído por uma mercadoria e conclui no outro configurado por outra mercadoria, a qual sai da circulação e entra na órbita do consumo. Portanto o consumo, a satisfação de necessidades ou, em uma palavra, o *valor-de-uso*, é seu objetivo final $D-M-D$, ao contrário, parte do extremo constituído pelo dinheiro e retorna finalmente a esse mesmo extremo. Seu objetivo impulsionador e seu objetivo determinante é, portanto, o *valor-de-troca* mesmo. Na circulação simples de mercadorias ambos os extremos possuem a mesma forma econômica. Ambos são mercadorias. E, além são mercadorias com igual magnitude de valor. Mas são *valores-de-uso* qualitativamente diferentes, por exemplo, trigo e roupas de vestir. O intercâmbio de produtos, a mudança do diferentes materiais nos quais o trabalho social se representa,

configura aqui o conteúdo do movimento. (Marx, tomo I, vol. I, 1984: 183 apud, Oliveira, 1998).

Então, no ciclo M-D-M, a quantia de dinheiro que se obtém através da venda de uma mercadoria, vai ser consumida pela compra de outra mercadoria, em geral não produzida. Isto vale dizer que o dispêndio de dinheiro não guarda relação alguma com seu refluxo. Ocorre o contrário com a fórmula D-M-D, em que o refluxo do dinheiro está condicionado pela forma como foi gasto. Se isso não acontecer, o processo não se completa e interrompe-se o ciclo da circulação capitalista. Marx afirma que é possível que no ciclo M-D-M, os extremos M, M, dando exemplos de trigo e roupas de vestir, de iguais valores quantitativamente diferentes, dando a possibilidade de que o camponês venda seu trigo por um preço acima do valor, ou compre a roupa abaixo do valor que ela realmente vale.

Essa realidade do processo M-D-M no capitalismo abre, pois a possibilidade de que o camponês possa, em determinadas circunstâncias, receber uma quantidade de dinheiro acima daquela necessária para a aquisição das mercadorias de que necessita. Nesse caso, pois ocorrer sobra de dinheiro, ou seja, é possível ocorrer à acumulação desse dinheiro. O mesmo raciocínio, no sentido inverso, leva o camponês a pauperização. Ou o equilíbrio entre venda e compra abre a possibilidade de que o camponês permaneça na mesma situação, uma situação de “remediado” (OLIVEIRA, 1997).

O dois caminhos citados por Oliveira (1997) para mostrar o desenvolvimento do modo de produção capitalista, na primeira vertente teórica (Marxista) são de clássicos posteriores a Marx. O primeiro caminho citado sobre o pensamento agrário foi imposto por Lênin apud Oliveira (1997) que dava ênfase na diferenciação social do campesinato, que se realiza através da clara separação, no seu interior, entre o proletariado e burguesia. Segundo Lênin a pobreza não era incompatível com o surgimento de um mercado interno para o avanço capitalista. Pelo contrário, a aceleração da pobreza (resultante da separação entre os produtores e suas

condições imediatas de trabalho) e o crescimento do mercado eram processos simultâneos e indissociáveis. Apoiar a eliminação completa das formas feudais, inclusive daquela representadas pelas relações comunitárias entre os camponeses eram as idéias enfrentadas por Lênin apud Oliveira (1997), que na verdade, para ele o que o peso das pequenas propriedades mostrava era a massa de indivíduos paupérrimos que, embora possuindo um lote de terra, eram obrigados a assalariar-se para viver.

A transformação do pequeno produtor operário assalariado pressupõe a perda dos seus meios de produção (terra, instrumentos de trabalho, oficina etc) – ou seja, pressupõe o seu “ empobrecimento”, a sua “ruína”. Sustenta-se que essa “ruína” reduz o poder de compra da população e estreita o mercado interno para o capitalismo. (Lenin, 1870-924, O desenvolvimento do capitalismo na Rússia; introdução de José Paulo Neto, 1982)

A insistência nesse ponto formou-se talvez o mais importante paradigma marxista no estudo da questão agrária: o esforço permanente de encontrar na diferenciação social dos produtores a essência da vida agrária de qualquer país capitalista. As tendências identificadas por Lênin de crescimento do campesinato pobre e do proletariado não foram confirmadas, posteriormente a sua morte, em nenhum dos países por ele estudados.

Talvez a maior prova do caráter circunstancial da suposta lei de diferenciação social dos produtores em classes sociais antagônicas esteja no fato de que da Alemanha sai o outro clássico com outro caminho teórico da literatura marxista. (Oliveira, 1997). Este caminho procura provar teoricamente que onde os camponeses sobrevivem não é sinônimo de eficiência, mas de superexploração, pelo fato de venderem seus produtos a preços que não cobrem sequer sua própria subsistência. O importante é a inutilidade de qualquer trabalho político que procure atenuar a irreversibilidade do declínio camponês. E o caminho para isso está na demonstração da superioridade técnica e econômica da grande exploração sobre a pequena. Kautsky apud Oliveira (1997) o autor desse caminho é diferente de Lênin. O paradigma oferecido por Kautsky concentra-se muito mais nas relações entre agricultura e

indústria, na idéia de “industrialização da agricultura”, na impossibilidade de o pequeno estabelecimento agrícola incorporar as conquistas técnicas, organizacionais e econômicas a disposição e portanto na tendência a que o grande e não o pequeno produtor se integre com a indústria, em suma, na reflexão sobre temas praticamente ausentes do trabalho de Lênin apud Abramovay (1998).

Abramovay (1998, p. 47) argumenta que é excessivamente fácil mostrar que as “previsões” tanto de Lênin, como as de Kautsky, na maior parte dos casos, não se realizaram. O processo de diferenciação social dos produtores não progrediu de maneira a ampliar a quantidade de trabalhadores assalariados no campo. É impossível afirmar que a sobrevivência da produção familiar no capitalismo contemporâneo seja explicável pela miséria do produtor. Mais que isso: a incompatibilidade entre progresso técnico e produção familiar – tão decisiva no argumento de Kautsky – mostra-se hoje completamente abolida, se é que alguma vez existiu.

A próxima vertente teórica contradiz esses dois caminhos clássicos marxista. Abramovay (1998) identifica que as discussões sobre campesinato não se limitaram somente as idéias marxistas. A relação do camponês com a sociedade, sob esses ângulos, o conduz fatalmente a autonegação, no mundo capitalista; o camponês pode ser no máximo um resquício, cuja integração à economia de mercado significará fatalmente a sua extinção. É contra essa perspectiva que se estrutura a próxima vertente apontado por Abramovay (1998).

Segundo os autores dessas vertentes Alexander Chayanov e Jerzy Tepicht apud Abramovay (1998), procuraram demonstrar que a economia camponesa pode ser objeto de um conhecimento racional e positivo. Mais que isso eles procuram comprovar que são leis de funcionamento, expressões científicas de uma existência que nada tem de contingente e ocasional: o campesinato existe por responder a uma necessidade social. O que estabelece o

critério desta necessidade não é, ao contrário do que ocorre em Marx, a relação com o outro e a superação de si próprio no quadro desta relação. Pelo contrário, é no interior mesmo do organismo camponês (mas que na sua inserção social) que serão mostrados os elementos que fazem desta forma social, o mais velho e mais universal modo de produção conhecida na história. (ABRAMOVAY, 1998).

Chayanov tem um sentido político claro na tentativa de mostrar a *unidade*, a *identidade* – ao invés da obstinada *diferenciação* leninista – do campesinato: trata-se de um setor que Chayanov e Tepicht pretendem demonstrar e que possui substância social para a fundamentação senão um projeto autônomo, ao menos do desejo de que na luta pela emancipação social sua posição seja respeitada e valorizada. Tanto Chayanov como Tepicht têm perfeita consciência de que por mais importante que seja a caracterização do camponês como uma forma social estável, esta tende irrefreavelmente à transformação e, no limite à extinção. No plano prático, isso traduz pelas preocupações permanentes de Chayanov com a formação de cooperativas capazes de estimular a modernização da produção familiar e pela constatação de Tepicht de que, nas sociedades de hoje (mesmo nas de economias centralmente planejadas) a existência camponesa apóia-se sobre um conjunto de condições que o próprio desenvolvimento social econômico e político tende a eliminar. (ABRAMOVAY, 1998).

O ponto principal de Chayanov é teorizar a respeito do comportamento camponês. Para ele o campesinato não é simplesmente uma forma ocasional, transitória, fadada ao desaparecimento, mas um setor social, trata-se de um sistema econômico, cuja existência é possível encontrar as leis de reprodução e desenvolvimento. Diferentemente do trabalhador assalariado o camponês é um sujeito criando a sua própria existência. Em outras palavras, o mercado, a disponibilidade de terras e o padrão tecnológico disponíveis são fatores dos quais o camponês se serve na montagem de seu objetivo econômico fundamental, mas não se

explicam por si só este objetivo e, portanto, a conduta do agricultor. A lei básica da existência camponesa pode ser resumida na expressão “balanço entre trabalho e consumo”.

Diferentemente de uma empresa capitalista, num estabelecimento camponês o critério de maximização da utilidade não é a obtenção da maior lucratividade possível em determinadas condições. O uso do trabalho camponês é limitado pelo objetivo fundamental de satisfazer as necessidades familiares. E estas não se confundem forçosamente com as necessidades de uma empresa. O trabalho será tanto mais valorizado quanto mais distante se estiver destes objetivos. Inversamente, uma vez o consumo familiar assegurado, será atribuído um valor cada vez menor a cada unidade adicional de trabalho. Foi nesse sentido que Chayanov apud Abramovay (1998) afirmou que o volume da atividade familiar depende inteiramente do número de consumidores de maneira nenhuma do número de trabalhadores. Aumentando o tamanho da família crescerá a intensidade do trabalho. O importante é que tanto a satisfação das necessidades de consumo, como o julgamento sobre a penosidade do trabalho capaz de atingi-la são de natureza estritamente subjetiva. O valor que a família atribui a seus esforços – e que explica o volume da atividade econômica – depende da estimativa que é feita do trabalho, relativamente à satisfação ou não de consumo. Daí decorre para Chayanov apud Abramovay (1998) que a renda familiar é um todo indivisível cuja formação se origina e depende de um organismo econômico único. Por essa razão é equivocada a tentativa de conceber o camponês como um capitalista que é seu próprio operário.

Na unidade de produção camponesa, as famílias como resultado de seu ano de trabalho recebe uma renda do trabalho única e pondera seu esforço relativamente aos resultados materiais obtidos. O que determina o comportamento do camponês não é o interesse de cada um dos indivíduos que compõem a família, mas sim as necessidades decorrentes da reprodução do conjunto familiar. Chayanov apud Abramovay (1998) propõe o

conceito de auto-exploração do campesinato. Não que o trabalho camponês não seja apropriado sem equivalente por outras classes sociais e ainda pela agroindústria. Pode-se falar em auto-exploração, porém na medida em que a intensidade do trabalho camponês não é determinada por sua relação com outras classes da sociedade, mas fundamentalmente pela razão entre penosidade dos esforços empreendido, relativamente à satisfação de suas necessidades. A exploração que outras classes exercem sobre o camponês depende antes de tudo do próprio camponês enquanto unidade de autodeterminação de sua organização econômica. (ABRAMOVAY, 1998)

O que mais interessa para Abramovay (1998) é o reconhecimento de Chayanov da impossibilidade – no contexto de um progresso técnico acelerado, de uma integração crescente na vida social – de o campesinato conservar as suas características constitutivas de sua substância social, que tão cuidadosamente estudou, ou ao se manter no quadro da modernização da agricultura, tenderia fatalmente a perder seus atributos essenciais e, assim, negar-se como categoria social específica. O ponto de partida está na constatação de que a forma mais importante de “penetração” do capitalismo na agricultura reside na integração de uma infinidade de estabelecimentos pulverizados que passam a funcionar sob o comando centralizado da agroindústria. Por mais que os agricultores sejam explorados por essa modalidade de organização de seu trabalho, o fato é que Chayanov atribui ao capital à importante virtude de ampliar o universo social no qual a vida camponesa se localiza. De fato a agroindústria e o capital financeiro estavam-se encarregando de fazer da agricultura familiar parte absolutamente integrante da divisão social do trabalho em nível internacional e por aí subvertendo seus traços essenciais.

Com efeito, a integração com a agroindústria só era possível caso a organização econômica do estabelecimento camponês deixasse de corresponder fundamentalmente às forças internas que Chayanov apud Abramovay (1998) analisou e passasse a obedecer a

padrões, impostos pela agroindústria, de quantidades produzidas, qualidades dos produtos, momentos de venda, em suma, essa forma de “penetração” do capitalismo na agricultura tinha o condão de revirar os fundamentos da produção camponesa, sem que, entretanto isso significasse um processo horizontal de diferenciação social, nos moldes apontados por Lênin apud Abramovay (1998). A integração com a agroindústria significa em última análise que o camponês não é mais o “sujeito criador de sua própria existência”, expressão tão cara a Chayanov: esse sujeito agora não se situa mais internamente no estabelecimento camponês, mas está no mercado.

Nesse sentido, Chayanov percebeu claramente aquela que seria uma das mais importantes modalidades assumidas pela socialização crescente do trabalho camponês: o cooperativismo. O desenvolvimento desta integração vertical – e, sobre sua base, a formação de um setor cooperativo cada vez mais poderoso envolvendo não somente compra e venda de produtos agrícolas, como também seu transporte e até produção de máquinas e insumos necessários à agropecuária. Neste caso, o controle dos empreendimentos necessários ao sistema de comércio, ao transporte, à irrigação, ao crédito e ao processamento que concentram e guiam a produção agrícola parcial ou total, este controle pertence não aos proprietários de capital, mas aos pequenos produtores mercantis organizados que contribuíram com seu próprio capital a estes empreendimentos que foram capazes de criar capital social (ABRAMOVAY, 1998).

Tepicht apud Abramovay (1998) em sua base teórica unifica num só corpo teórico as teses marxistas com as de Chayanov, aprofundando a própria definição de campesinato e o resultado não é muito diferente de Chayanov: por mais que seja possível discernir as forças internas que determinam o comportamento camponês, a atuação efetiva destas forças depende, antes de tudo, do ambiente social no qual a exploração agrícola se insere. Tepicht

argumenta que é uma forma ou um modo de produção que mais cedo ou mais tarde o capitalismo tende a destruir.

Tepicht parte da constatação de que, tendo existido em praticamente todas as formações sociais historicamente conhecidas, é legítimo caracterizar o campesinato como um modo de produção, por mais que não seja gerador de formações sociais específicas, já que possui capacidade de prender-se em diferentes formações sociais. O campesinato pode ser identificado por uma série de características universais: unidade indissolúvel entre empreendimento agrícola e a família, uso intensivo de trabalho e natureza patriarcal e da organização social. Além destas três características básicas do modo de produção camponesa, inspirada nitidamente em Chayanov, Tepicht encontra outra, de orientação claramente marxista e que dá como novos sentido aos traços acima expostos: a família camponesa cumpre, tanto no capitalismo como no socialismo, a função importante de permitir a oferta de produtos agropecuários a preços inferiores aos das grandes empresas. A base desta diferença de preços reside em última análise no fato de que o camponês não exige, para manter-se na atividade, a obtenção da taxa média de lucro, como mostra Marx. O essencial, ao contrário, é a obtenção de uma renda familiar que permita fundamentalmente a reprodução da própria família (ABRAMOVAY, 1998)

Oliveira (1997, p. 55) foi um pouco mais audacioso referindo com mais detalhes os elementos teóricos da produção camponesa citando o trabalho de José Vicente Tavares dos Santos, no qual este autor faz uma adaptação à realidade brasileira a proposta de Chayanov. O primeiro elemento que se destaca na caracterização da produção camponesa é a *força de trabalho familiar*. “Na unidade produtiva camponesa, a força de trabalho é utilizada segundo seu valor-de-uso, pois é como atividade orientada de transformação de objetos que a capacidade de trabalho de cada membro possui significado para a família. Não se realiza a separação do trabalho da pessoa do trabalhador nem a conseqüente conversão da força de

trabalho em mercadoria. Cada pessoa da família camponesa desempenha um trabalho útil e concreto, segundo o momento e a necessidade. Desse modo, estrutura-se no interior da família uma divisão técnica do trabalho, articulada pelo processo de cooperação, resultando numa jornada de trabalho combinada do vários membros da família. Nesse sentido, a família camponesa transforma-se em um trabalhador coletivo”. (Tavares dos Santos, 1978: 33/4 apud Oliveira, 1997).

Outro elemento da produção camponesa decorrente dessa ausência de condições financeiras do camponês para assalariar permanentemente trabalhadores em sua propriedade, é a *parceria*. O camponês ao contratar o parceiro divide com ele custos e ganhos. Assim, tenta superar a falta de capital variável, que o levaria a deixar de ser praticamente camponês, para transformar-se num pequeno capitalista, esclarecendo que se trata de parceria como relação do trabalho.

A presença do *trabalho acessório* do camponês é outro elemento componente da produção camponesa. Através do trabalho acessório o camponês pode se transformar periodicamente em trabalhador assalariado, recebendo salário por período de trabalho. Essa transformação periódica constitui-se em fonte de renda monetária que suplementa o rendimento com as culturas em suas propriedades.

O aparecimento da *força de trabalho assalariada* pode também aparecer como um elemento. É evidente, que esse assalariamento no interior da unidade camponesa baseada fundamentalmente no trabalho familiar precisa ser muito bem entendido. Em primeiro lugar, essa contratação, em geral deve-se ao ciclo de existência da família camponesa, pois há momentos críticos do ciclo agrícola em que os membros da família camponesa não são suficientes, pois as tarefas exigem rapidez e muitos braços. Contratam-se então *trabalhadores temporários*. Em geral, o período de colheita tem levado o camponês a experimentar o

assalariamento. Deve-se verificar caso por caso no seio do território brasileiro, pois no Sul do país, o assalariado é um proprietário ou seu filho; ainda não se trata, portanto de um trabalhador expropriado totalmente. E o camponês que contrata não é um capitalista, não trava com ele uma relação social de produção especificamente capitalista, afirma Tavares. (OLIVEIRA, 1997).

Para além da aparência da forma de assalariamento, é preciso considerar a realidade substancial da relação, mediante a análise da condição social das personagens envolvidas. Da parte do camponês que utiliza trabalho assalariado, a finalidade de sua produção é vender um produto para comprar outros que satisfaçam as necessidades de sua família. Em consequência, a soma de dinheiro que obtém com a venda de seu produto não se capitaliza, pois o produto excedente não é consumido produtivamente, mas se destina ao consumo individual da família camponesa. Resulta desse processo na unidade produtiva camponesa, não se constitui o capital que depende da mais-valia gerada pela força do trabalho assalariada para se reproduzir em escala ampliada. Em outros termos, não se verifica o desenvolvimento do capital enquanto relação social entre as pessoas envolvidas no processo de trabalho camponês. Ao contrário a forma salário ocorre no interior da produção camponesa em função do ciclo de existência da família. Nesse sentido, a soma de dinheiro gasta no pagamento de salários aparece como redução do rendimento familiar. Da parte do trabalhador assalariado, verifica-se que não é um trabalhador expropriado dos meios de vida e produção, que possuísse apenas a força de trabalho. Ao contrário, é um camponês, proprietário dos meios de vida e produção, vivendo a condição de trabalho acessório, nos momentos em qual a amplitude da família o permite. Podermos concluir tanto do lado da procura quanto do lado da oferta, é a força de trabalho familiar que provoca a necessidade da utilização do trabalho assalariado, bem como seu desaparecimento, no processo de trabalho camponês (Tavares dos Santos, 1978 apud, Oliveira, pg. 59, 1997)

Oliveira argumenta na citação de Tavares que o assalariamento em áreas em que conjuntamente seja possível o aumento da renda diferencial nas mãos dos camponeses (que pode inicialmente constituir trabalho acessório do próprio camponês) pode torna-se permanente através da presença dos trabalhadores temporários (convertidos em permanentes, embora não moradores da propriedade). Configura-se assim, a passagem desses camponeses abastados para a condição de pequenos capitalistas.

A *socialização do camponês* é também outro elemento que Tavares do Santos enfatiza. A reprodução da força de trabalho familiar efetiva-se pela procriação de complementação através do processo de socialização das crianças. Como a unidade produtiva

camponesa condensa um núcleo familiar e um núcleo produtivo, nela vão confundir-se também a socialização primária, por meio da qual o indivíduo se converte em membro da sociedade, e a socialização secundária, através da qual o indivíduo adquire o conhecimento específico de papéis determinados pela divisão social do trabalho.

Dessa forma, as crianças são iniciadas como personagens da divisão social do trabalho no interior do trabalho da unidade produtiva do camponês. Ao atingirem os 12, 14 anos, passam a desempenhar tarefas de adultos, desenvolvendo dentro da unidade familiar o trabalho acessório. Nesse momento desencadeia-se a contradição no seio da unidade familiar: o jovem precisa continuar na propriedade, pois é parte integrante da força de trabalho familiar; aí permanecendo, garante a reprodução social do processo de trabalho camponês. No entanto, com o aumento da família, a migração é inevitável. (Oliveira, pg. 60, 1997).

Pode-se compreender muito bem as considerações de Oliveira relacionadas a integração das crianças desde cedo com o trabalho, reproduzindo a força de trabalho própria das famílias camponesas e aquela de que o capital precisa, uma vez que a reprodução ampliada da unidade camponesa não ocorre, em decorrência da sujeição da renda da terra dessas unidades ao capital. Dessa forma, o capital igual e contraditoriamente desenvolve-se, permitindo a reprodução da produção camponesa, mas subordinando-as.

Outro elemento da produção camponesa é a *propriedade da terra*. A propriedade familiar, privada é verdade, porém diversa da propriedade capitalista, pois a propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho alheio. Estamos diante da propriedade direta de instrumento de trabalho que pertencem ao próprio trabalhador. É, pois, terra de trabalho. É, portanto, propriedade do trabalhador, não é fundamentalmente instrumento de socialização.

A *jornada de trabalho* é outro elemento componente da produção camponesa. Nesse aspecto, a realidade é toda particular. Não há uma rigidez de horário diário como na produção capitalista; a jornada de trabalho do camponês varia conforme a época do ano e segundo os produtos cultivados. Assim combinam-se períodos chamados de ociosos, quando o camponês

está livre para assalariar-se através de trabalho acessório, como períodos de intenso trabalho, quando nem o nascer e o pôr-do-sol, às vezes, são os limites naturais de jornada de trabalho. Os trabalhos que se envolvem no preparo da terra para o plantio são feitos até mesmo durante a noite. Essa aparente irregularidade da jornada de trabalho dos camponeses é que abre espaço para o desenvolvimento de uma séria de tarefas artesanais domésticas, que eles realizam nos períodos de pouco trabalho agrícola.

Percebe-se que Chayanov e Tepicht combatem totalmente a condenação e as ruínas do camponês e ou o seu desaparecimento como argumentava Lênin.

O Estudo tem como abordagem teórica as preocupações principalmente de Chayanov e Tepicht, os outros dois caminhos apontados de Lênin e Kaustky foi apenas para conhecimento teórico de como a agricultura camponesa era vista, já que as mesmas nunca se concretizaram. Já os estudos de Chayanov e Tepicht apud Abramovay (1998) são os que mais se aproximam com a realidade vivida pelos os camponeses abaixo citados, que são os agricultores de juta e malva, foco de estudo deste trabalho. Aliás, cabe uma verificação se há uma existência de campesinato nas suas formas de organizações.

1.5 A Monopolização do território pelo capital

No intuito de contribuir sobre mais um foco teórico de campesinato, cabe conhecer alguns elementos de integração que fazem com que os camponeses se relacionem com o capital de forma direta e indireta, lembrando sempre que estamos diante de um desenvolvimento capitalista desigual e contraditório, tendo de um lado as relações tipicamente capitalistas, inserindo-se no mercado como mercadoria força de trabalho; por conseguinte a atividade agrícola parte do contrato de compra e venda, no qual temos os trabalhadores como vendedores e os proprietários dos meios de produção como compradores das mercadorias produzidas pelos trabalhadores. Já nas relações não tipicamente capitalista destacamos as

sujeições violentas sobre os trabalhadores de posse dos meios de produção, no qual os proprietários de tais meios, por razões diversas, não desejam se enquadrar nos princípios básicos da ordem capitalista, contrariando o mecanismo de compra e venda da mercadoria força do trabalho. Outro destaque são as formas autônomas de trabalho, derivadas do controle dos meios de produção pelos proprietários da força de trabalho que, ao mobilizar a família e, esporadicamente, contratar força de trabalho complementar, asseguram a produção/reprodução camponesa.

Quando me referi sobre as formas autônomas do trabalho, é que na agricultura capitalista, a mercadoria principal é a força de trabalho, nas unidades camponesas o que eles oferecem não é a força de trabalho e sim a renda da terra.

PAULINO (2004) reitera que existem dois tipos de propriedade privada da terra: a capitalista e a camponesa, a primeira constitui-se em objeto de negócio, onde a extração da mais-valia se encontra como objetivo central, na propriedade camponesa constitui-se em terra de trabalho, estando à exploração restrita ao regime familiar, não se configurando em nenhum momento como instrumento de acumulação e sim de sobrevivência da família, transformando a terra em mercadoria.

Contraditoriamente, é a transformação da terra em mercadoria que permitirá a sua inserção como classe no jogo das representações políticas, pois o camponês deixa de ser um sobrante, integrando-se pelo simples fato de se tornar proprietário, independentemente do quinhão fundiário, numa sociedade em que o critério de inclusão é progressivamente mediado pela propriedade privada. (TOMIASE, ? pg. 37)

É por essa razão de transformação de terra em mercadoria que o camponês se sujeita ao monopólio do capital, operando numa lógica distinta, no qual não é a acumulação

capitalista que os move, não se confundindo, portanto, com a renda capitalista da terra que representa um tributo pessoal, tanto do ponto de vista da auferição do próprio camponês quanto de sua transferência aos setores capitalista ou a sociedade.

Em faces dessas distinções é que o campesinato integra o sistema de trocas mercantis por intermédio da venda da sua produção e não do seu trabalho, como faz os assalariados.

A chamada acumulação primitiva é parte integrante e contínua da contraditória reprodução do capital, sendo equivocada a idéia de que a mesma ocorreu apenas no início do capitalismo. Portanto os próprios capitalistas estão permanentemente envolvidos em dois processos distintos: na reprodução do capital, via trabalho assalariado, e na produção do capital, com a sujeição a renda da terra. É por meio do segundo mecanismo que os mesmos realizam metamorfose de renda da terra, produzida por relações camponesas (não capitalista, portanto) em capital. (TOMIASE, p. 109)

Diante dessas afirmações, destaca-se então que o sentido da monopolização do território pelo capital está totalmente sujeita à renda da terra. Quando falamos sobre a renda da terra, definimos que essa renda é gerada pelo trabalho familiar contida nos produtos que os camponeses colocam no mercado, ou seja, a renda da terra é tudo aquilo que é produzido por ele, para fins de abastecimento familiar e na minoria das vezes para o mercado, já que estamos tratando como já foi discutido anteriormente de um campesinato, no qual o círculo do trabalho é composto de M-D-M, onde o objetivo da renda da terra é designado totalmente a família, vender mercadoria, para comprar mais mercadoria para a família. Esses produtos produzidos pelos camponeses constituem matéria-prima para a indústria, é o que interessa aos capitalistas, se apropriar da renda da terra, ou seja, de seus produtos, comprando a produção a um preço inferior ao valor nela contido. Abaixo está transcrito os possíveis desfecho quando a relação entre agricultura e indústria envolve camponeses e capitalistas.

- Ao cair o preço das matérias-primas, uma parte da renda presente na produção camponesa vai para os industriais que a metamorfoseiam pelo capital, produzindo e aumentando assim a sua taxa de lucro (mais-valia). Nessas ocasiões, freqüentemente, o campesinato empobrece.

- Diante do aumento dos preços das matérias-primas, a taxa de lucro dos industriais pode ser mantida com o aumento proporcional do preço do produto final. Neste caso, o campesinato fica com uma parte da riqueza social produzida no interior da sociedade capitalista e, eventualmente poderá enriquecer-se

- Os camponeses podem receber pelas matérias-primas o equivalente ao valor do trabalho contido nestas, ou seja, eles ficam com toda a renda produzida diretamente. Isto lhe permite produzir via de regra, como camponeses remediados, enquanto os capitalistas mantêm a taxa de lucro oriunda da atividade industrial.

- Cai o preço do produto final e, para permanecer no ramo, os capitalistas manterão sua taxa de lucro pagando menos pela produção camponesa. Ao entregar barato o produto de seu trabalho, seja vendendo diretamente aos consumidores, seja repassando-o aos capitalistas, o campesinato estará doando a sociedade como um todo uma parte do seu trabalho, transferindo sob a forma da renda da terra. Nessa situação, a tendência de diminuição dos salários se impõe, porquanto os trabalhadores gastarão menos para suprir suas necessidades básicas. (TOMIASE, 2004 p. 111).

É inevitável a sujeição do camponês a monopolização territorial pelo capital, já que os mesmo precisam de mercadorias, pois nem tudo eles produzem. No entanto por sua vez, cabe destacar que existem outras formas de apropriação da renda da terra, não estando somente restrita a estas situações citadas acima, uma pode estar associada ao capital comercial, outra pode ser na ação do capital financeiro, no mecanismo de preços estabelecido pelas indústrias de insumos e máquinas. São nessas formas de transferências que vamos nos ater agora.

1.5.1 Dependência do campesinato as variadas formas de capital: capital comercial, capital industrial e capital financeiro.

Seria errado afirmar que o campesinato não possa está em afinidade com o capital comercial, dentre todas as teorias que vimos anteriormente, a adaptação do campesinato junto ao mundo capitalizado é a que mais se destaca, no entanto cabe assinalar que esta afinidade ao qual estamos declarando, não se dá de forma espontânea e sim, subordinadamente. A forma com que o capital chega até o camponês provém claramente das necessidades que estes têm para a sua família, não pela multiplicação de valores sobre o seu produto, e sim para obter

mais mercadorias para o consumo da família, então para que isso ocorra é indispensável a subordinação ao monopólio do capital comercial.

NODA, (1985) assume que o capital comercial enquanto promotor de circulação das mercadorias, na qual define como um esquema de apropriação de excedentes gerado pela força do trabalho do camponês; no caso os produtores de juta e malva são responsáveis por sua posição em relação ao capital industrial, no qual esta posição é o resultado da articulação entre o capital industrial e o capital comercial, onde o movimento do primeiro promove o segundo. Diante dessas afirmações de Noda, podemos ressaltar que o capital comercial ao se manifestar para os camponeses, ou seja, vendendo mercadorias para seu consumo e recebendo como troca a renda da terra, ou seja, o produto de seu trabalho, pois na maioria das vezes, o pagamento pelas mercadorias, é feita através dos seus produtos, mercadoria por mercadoria, assegurando desta forma a presença do capital comercial. Quando afirma que o capital industrial é o responsável pela existência do capital comercial, é pelo simples fato de que, as mercadorias adquiridas dos camponeses, como forma de pagamento dos produtos adquiridos, é o alvo para as indústrias, como matéria-prima, dizer que o capital industrial não tem influência sobre o capital comercial, é algo contraditório, pois o que sustenta a presença do capital comercial é o interesse do capital industrial.

Quando salientamos que os camponeses são subordinados e explorados a estes monopólios, colocamos em pauta, que a sua subordinação acontece a partir do momento que eles apresentam a necessidade de adquirir mercadorias para as suas famílias, (pois nem tudo que precisam, eles produzem), ou seja, ficam subordinados a vender suas mercadorias (produtos oriundo do seu trabalho) para adquirir outras mercadorias. Quando ele realiza esta troca, a exploração vem quando, o valor da venda da sua mercadoria, é menor ao valor da mercadoria que ele tem que adquirir para a sua família. Veja abaixo um trecho dos

argumentos de Noda, que melhor se traduz com a presença do monopólio do capital comercial e industrial.

A produção de fibras² enquanto matéria-prima de origem agrícola para a indústria, espelha a situação em formas de capital, exploram de maneira selvagem os produtores diretos. Este apesar de não terem sido totalmente expropriados de seus meios de produção, dentre os quais o fundamental é a terra, vivenciam uma situação de extrema pobreza e dependência para com os terceiros como garantia de sua sobrevivência. Essa situação se reproduz, pois, de um lado o capital industrial é beneficiado pela política oficial de preços para os produtos agrícolas que necessita e de outro pela compensação conseguida pelo capital comercial que diante dessa vantagem passa a explorar os produtores de juta e malva. (NODA, 1985 p. 83).

Quanto ao monopólio do capital financeiro, Pinto (1982) caracteriza como bastante limitante o acesso pelos camponeses; a burocracia se estende e o desestímulo sobre os camponeses cresce, sujeitando na maioria das vezes a ficarem monopolizados pelo capital comercial, não tendo outra forma, ou recorrer, quando conseguem, ficam vinculados às taxas de juros bancárias, subordinando a sua produção ao capital comercial, (vendendo a renda da terra), para enfim, pagar a dívida com o capital financeiro. Noda (1985) também, mais uma vez assegura essa afirmação.

A impossibilidade de obtenção de crédito pelos produtores, com já descrito, tem favorecido a exploração do capital comercial, ao serem obrigados a recorrer ao crédito não institucionalizado dos pequenos e grandes comerciantes para o seu abastecimento de bens e dinheiro no período da produção. Dessa maneira o produtor enfrenta a necessidade de se endividar durante o período de produção, estabelecendo um vínculo pelo qual ele se obriga a vender toda a sua produção comercializável ao intermediário que lhe concedeu os adiantamentos. (NODA, 1985 p.85).

A afirmação de Noda é bem clara sobre a impossibilidade de obtenção de crédito pelos camponeses, favorecendo o monopólio do capital comercial, pois sem outra saída, os camponeses sujeitam sua produção à exploração do comércio, que compram a preços baixos

² Análise de Sandra Noda (1985) feita aos produtores de Juta e Malva do Estado do Amazonas

as mercadorias dos camponeses e vendem suas mercadorias a preços altos, concebendo desta forma um ato injusto e a extrema pobreza dos camponeses.

CAPÍTULO II

2. METODOLOGIA DA PESQUISA

2.1 O foco de estudo

O foco de estudo deste trabalho é o estudo da organização camponesa da produção de juta e malva em área de várzea no Município de Manacapuru. Para tal estudo se fez necessário uma preparação teórica, ou seja, uma necessária revisão bibliográfica de literaturas já existentes, com o objetivo de dá ênfase teórico no trabalho, a fim de alcançar também um dos primeiros objetivos específicos que é fazer uma retrospectiva histórica da produção da juta e malva. Nessa retrospectiva histórica tentou-se buscar a introdução da juta no Brasil e na Amazônia, as principais causas de progresso e declínio da economia da juta, assim como o surgimento da malva e a semelhança desta com a juta.

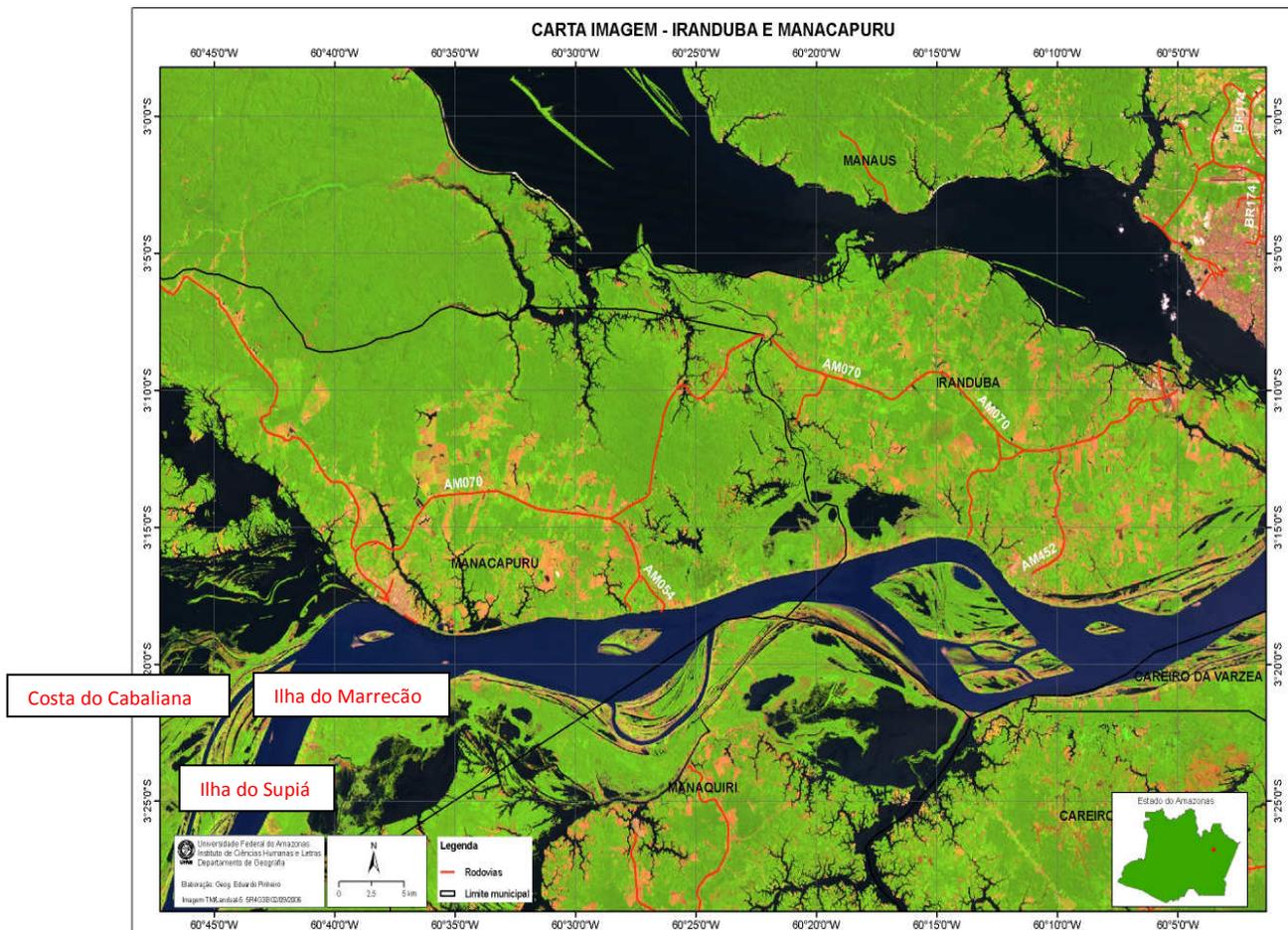
Os dados de produção da juta no Amazonas que vai desde 1937 até 1989 e o de malva a partir do seu aparecimento em 1971 até 1989 foram dados histórico, fonte do Instituto de Fibras do Amazonas, mas que foram dados coletados a partir de diversos autores.

Ao tentar apontar a atual estrutura produtiva da juta e malva e suas possíveis inovações tecnológicas, no âmbito do planejamento para um Desenvolvimento Rural/local fez-se necessária a presença de dados primários. Para a obtenção desses dados primários foram aplicados questionários participativos sobre três localidades da área de várzea no Município de Manacapuru são elas: Costa do Cabaliana, Supiá e Ilha do Marrecão.

2.2. Localização da área de estudo

As localidades rurais de aplicação dos questionários nas áreas acima citadas ficam a 01h 40 min. do Município de Manacapuru via fluvial. A localidade Costa do Cabaliana na comunidade Cristo Única Esperança é constituída de 21 famílias. A localidade da Ilha do Marrecão na comunidade São Sebastião é composta de 28 famílias e na localidade Ilha do Supiá na comunidade Evangélica Betânia é constituída de 35 famílias, todas essas comunidades estão instaladas nas áreas de várzeas. As principais atividades agrícolas nessas áreas são: mandioca, juta/malva, hortaliças e grãos. Veja o mapa de localização da área que foi estudada.

MAPA 01 Localização da área estudada



Fonte: Internet; Google Maps.

2.3 O Tamanho da Amostra

As localidades que foram trabalhadas são área de punho intencional, por serem áreas de várzeas que produzem a cultura (juta/malva) e que ficam nas proximidades do município de Manacapuru. Dentre as áreas estudadas constatou-se um total de 84³ produtores. Para a determinação do tamanho da amostra, utilizou-se a seguinte fórmula:

$$n = \frac{N}{1 + N \cdot E_D^2}$$

Onde N é o tamanho da população⁴, ou seja, a quantidade de agricultores na área a ser trabalhada; n é o tamanho da amostra⁵, que de acordo com a fórmula, será o resultado obtido e; E² é o erro amostral tolerável elevado ao quadrado (BARBETA; ?, p 13). Tendo como referência o total de produtores daquelas localidades e admitindo-se uma margem de erro de 5% chegamos a número de amostra de 69 produtores a serem pesquisados. Veja:

$$n = \frac{84}{1 + 84 \cdot 0,0025} = 69 \text{ de amostra planejada}$$

Diante das dificuldades (devido as casas nas comunidades serem muito distante uma dá outra, e o horário de coletas dos dados, em horário de trabalho, e o produtor se recusava a fazer a entrevista) só foram atingidos 39% da amostra planejada, ou seja, foram entrevistados

³ Fonte extraída da Secretaria de Produção Municipal de Manacapuru-AM (Plano Operativo Ano: 2007)

⁴ População: o conjunto de elementos que satisfazem certas características previamente estabelecidas. Estes elementos podem ser pessoas, objetos, animais ou outros seres; de acordo com o objetivo da pesquisa. Todos os elementos da população devem ser passíveis de mensuração. (BARBETA,? pg. 13)

⁵ Amostra: uma parte dos elementos da população que será efetivamente observada, em geral observa-se amostra para estimar certas características dos elementos da população, associadas a variáveis de estudo (BARBETA,? pg. 13).

27 produtores das três comunidades envolvidas: 17 na comunidade Cristo Única Esperança, 7 na comunidade São Sebastião e 3 na comunidade Evangélica Betânia.

2.4 Principais variáveis estudadas na amostra e forma de mensuração.

As principais variáveis apontadas abaixo, corresponderam as perguntas dos questionário aplicados, e as apontadas respostas foram baseadas, em estudo, pesquisa e avaliação sobre o tema correspondente, tendo na maioria das perguntas, diversas alternativas de resposta e na minoria a resposta de sim e não. Algumas perguntas composta no questionário não fazem parte das variáveis estudadas, elas estão presente apenas, como um foco de maior conhecimento sobre o tema proposto, e que não altera de nenhuma forma a maneira de interpretação das principais variáveis, ao contrário, apenas complementam o foco de estudo.

Área plantada do terreno de juta/malva: uma avaliação feita por números de hectares plantados que variam entre 0,5 ha à 5 ha, de acordo a que se adapte com a área plantada de cada agricultor.

Mão-de-obra: a avaliação desta variável foi realizada pela quantidade de mão de obra familiar e terceirizada empregada no plantio da juta/malva.

Ferramentas utilizadas no plantio da juta/malva e o local da compra das mesmas: avaliação feita quanto aos materiais empregados para a produção de juta/malva e a localização do comércio das mesmas. Essa variável tinha como objetivo descobrir se ainda permanece a existência de regatões na área.

Fornecimento da semente: avaliação realizada entre governo, cooperativa e patrões.

Venda da produção: o interesse dessa variável é de constatar se ainda permanece o comprometimento da produção aos patrões⁶.

Existência de crédito bancário entre os agricultores: diagnóstico analisado por resposta de sim e não.

Quantidade plantada de juta/malva na safra 2007/2008: análise feita por ha que variam entre 0,5 e 5 ha de quantidade cultivada pelos agricultores.

Mudança na forma de produção: esta variável tem como objetivo conhecer se houve ou não mudança na forma de produção.

Preço do kg da juta/malva: avalia o preço do kg da juta/malva de acordo com o preço mínimo da safra que varia entre R\$ 1,00 a R\$ 3,00 de acordo com a venda de cada agricultor.

2.5 Forma de organização para a análise dos questionários

A forma de análise dos questionários foi de acordo com o número da amostra e a quantidade de respostas de cada variável, no entanto só será feita a análise nos resultados deste trabalho. A tabela apenas demonstra o caminho que foi percorrido para se chegar a tal análise. Veja Quadro 01 a seguir.

⁶ Patrões: Palavra utilizada pelos camponeses para designar um agente de comercialização. Os patrões a partir das relações de compadrio, utilizam comumente, a prática do aviamento. O camponês via de regra, fica lhe devendo. Como o camponês não tem dinheiro para receber em troca de sua mercadoria, o patrão lhe entrega uma espécie de cesta básica, além de sementes a serem utilizadas no próximo ano agrícola. (FRAXE, p 156, 2000)

Quadro 01. Organização dos dados para a Análise

VARIÁVEL	QUANTIDADE DE RESPOSTAS COLETADAS					
Área Plantada	0,5 ha 1	1,0 ha 4	2,0 há 2	3,0 há 6	4,0 ha 5	5,0 há 9
Mão de obra	Familiar 22			Terceirizada 5		
Ferramentas utilizadas	Machado 27	Terçado 27	Enxada 27	Canoa 27	Foice 6	Outros 0
Compra ferramentas	Zona Urbana 25			Zona Rural 2		
Venda da produção	Governo 5	Cooperativa 3	Patrão 19	Indústrias 0	Comércio 0	Outros 0
Existência de Créd Ban	Sim 0			Não 27		
Quant. Plant. este ano	0,5 ha 5	1,0 ha 5	2,0 há 8	3,0 ha 6	4,0 ha 2	5,0 há 1
Mudança na produção	Sim 0			Não 27		
Preço Kg da juta em R\$	1 12	1,25 15	1,5 0	1,75 0	2 0	3 0

Fonte: Visitas de Campo realizada de Maio à Setembro de 2008 nas terras de várzeas do Município de Manacapuru-AM

Além da necessidade dos dados primários, houve também a necessidade de dados secundários como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), e a Cooperativas dos Agricultores de fibras do Município.

A pesquisa se baseia nas proposições de duas vertentes teóricas no que cabe a organização camponesa de produção, as de Alexander Chayanov e Jerzy Tepicht apontado por Abramovay (1998) e Oliveira (1997) que procuraram demonstrar que a economia camponesa pode ser objeto de um conhecimento racional e positivo, onde procuram comprovar que são leis de funcionamento, expressões científicas de uma existência que nada tem de contingente e ocasional: o campesinato existe por responder a uma necessidade social.

Outra base de referência teórica é a teoria de desenvolvimento rural apontada por Navarro (2001), se é fato que o desenvolvimento rural pode ser alcançado de “baixo para cima” diagnosticada também por Barqueiro (2002)

Cabe verificar através da metodologia se esse elemento conceitual que Chayanov demonstra quando tenta mostrar a *unidade*, a *identidade* – ao invés da obstinada *diferenciação* leninista apontada anteriormente, se está diretamente ligado ao modelo de subsistência que é a produção de juta e malva e mostrar que no plano prático, se é verdadeira as preocupações de Chayanov e Tepicht de que, nas sociedades de hoje (mesmo nas de economias centralmente planejadas) a existência camponesa apóia-se sobre um conjunto de condições que o próprio desenvolvimento social econômico e político tende a eliminar. (ABRAMOVAY, 1998). Outra verificação conceitual é a transformação de sociedade a partir de uma acumulação de capital local, como o tema proposto abrange uma área rural, cabe verificar se é verdadeira a teoria de que a transformação de desenvolvimento rural poderá vir de baixo para cima, sendo verificado também, até que ponto a territorialização do capital influencia na existência do campesinato.

CAPÍTULO III

3. BREVE HISTÓRICO DA PRODUÇÃO DE JUTA E MALVA NO BRASIL, AMAZONAS E NO MUNICÍPIO DE MANACAPURU-AM

Em âmbito nacional o Estado de São Paulo, na década de 20, foi o pioneiro na experimentação e produção de juta, devido à existência da demanda de mercado consumidor por sacaria de fibras para a exportação de café, produto nessa época de grande valor comercial para o País, além do fato de ali haver ter um pólo industrial têxtil estabelecido.

O objetivo das experiências era o estímulo da produção de juta para suprir esse importante setor têxtil, o qual havia sofrido total limitação operacional em virtude da primeira grande guerra, já que o Brasil importava a matéria-prima de outros países. Esse foi um fator preponderante para consolidação do cultivo da juta no Brasil.

No norte do país, constatou-se que as características dos solos de várzeas da Região Amazônica eram semelhantes aos da Índia onde a juta era cultivada. Conseqüentemente, iniciou-se em 12 de setembro de 1931 a experiência com plantio da juta nas várzeas amazônicas, precisamente na Vila Amazônia e na Ilha Formosa no município de Parintins por colonos japoneses. A partir daí foram realizadas outras tentativas por agrônomos japoneses visando a melhoria da cultura, mas somente a partir de 1934, o japonês Ryota Oyama consegue colher, após muita persistência, sementes capazes de gerar grande produção para a Região. (HOMMA, 1995).

Decorrente do aumento da produção, foi criada em 11 de fevereiro de 1936, a Companhia Industrial Amazonense S/A, tendo como presidente o japonês Uyetsuka, o que estimulou a imigração japonesa à Região, uma vez que o governo concedeu contratos para o estabelecimento de duzentas famílias japonesas durante 50 anos. Entretanto, os atos do governo em relação à política de trabalho agrícola mostraram-se eivadas de vícios, pois esses contratos divergiam da Lei nº 153 de 1936, a qual expressava que terras concedidas pelo governo não poderiam ser destinadas a colonização de estrangeiros; mas a assinatura do contrato legitimava o ato, dando seguridade à imigração japonesa no Estado, apesar de haver reações contrárias e desaprovação ao contrato. No entanto, o que resguardou as atividades japonesas foi o sucesso das vendas da primeira safra de juta em 1937, dando aos japoneses um grande mérito de aclimatação da cultura. (HOMMA, 1995).

Os interesses dos japoneses no Brasil almejavam a conquista de mercados e, principalmente, a solução do problemático excedente populacional japonês.

Segundo Noda (1985) que cita Santos (1980) as reações contrárias não passaram do legislativo, pois não ocorreram fatos marcantes que pudessem impedir de alguma forma a migração de estrangeiro, principalmente de japoneses. Para que essa imigração ocorresse, a autora cita três razões que evitaram as ocorrências de movimentos contra a migração: a) a pobreza da população devido o fim do período áureo da borracha; b) o retorno de trabalhadores para o nordeste e; c) a absorção da força de trabalho na produção extrativista de alimentos. Com essa fase houve um desinteresse na população em lutar pela região e aceitar o movimento imigratório, havendo facilidade de instalação dos japoneses na região.

Com a consolidação da juta na Amazônia a partir da década de 1930, logo a agricultura da juta integra-se ao setor industrial. Com a política do Estado Novo realizada por Getúlio Vargas nessa década a indústria deveria crescer junto com a agricultura, sendo

argumentado que os estabelecimentos industriais deveriam ficar mais próximos dos centros de matérias-primas (PINTO, 1982).

Com o mérito dos japoneses, o governo do Amazonas tenta de todas as formas institucionalizar a imigração japonesa para o Estado, baixando decreto que concedia à Companhia Industrial Amazonense S/A lotes de terras devolutas para o cultivo da juta, já o colono, só teria acesso a terra se fosse contratado pela companhia, transferindo assim uma boa parte da ocupação de terra para a empresa.

Esse decreto passa a ser um grande propulsor tanto para a colonização japonesa quanto para o cultivo da juta, pois em um dos seus parágrafos constava a realização de grandes investimentos sobre a área do cultivo da juta e instalação de depósitos apropriados a venda do produto. Parecia essa uma das soluções que a região precisava para acabar com a crise estrutural em que se encontrava devido ao fim do ciclo áureo da borracha, colocando a juta como o alvo da economia. Mas ao contrário do que se esperava não ocorreram migrações para as áreas onde se cultivavam a juta, a expansão desse cultivo se deu pela incorporação da produção familiar e poucas vezes mão-de-obra indígena.

Eram os japoneses da Companhia Industrial Amazonense S/A os responsáveis por todo o financiamento da produção. Quando novas famílias chegavam à região, recebiam lotes de terra e todos os instrumentos necessários para trabalhar na produção de juta, se houvesse aumento na produção, contratavam serviço de mão-de-obra temporária com produtores da própria região. No entanto, chegaram à conclusão que era mais compensatório pagar a mão-de-obra indireta familiar do que o assalariamento e, a partir daí, a produção de juta passou a ter o seu primeiro entrave, sendo cultivada por produtores familiares de subsistência, havendo desta forma o impedimento para ser estruturada nos moldes capitalistas, devido a região ter

terras livres disponíveis e a técnica de plantio ter sido dominada muito rápido por agricultores autônomos.

O fato é que a Companhia Industrial Amazonense S.A. exerceu alto grau de domínio comercial sobre a produção e comercialização de juta. Seu domínio empresarial se expressa nos tipos de atividades que lhe são atribuídas por volta de 1941, pois, era maior financiadora, compradora e exportadora de Juta. Em acordo com o governo estadual a Companhia tornou-se a classificadora oficial de juta no Estado, bem como mantinha campos de produção de semente em colaboração com o Ministério da Agricultura. (NODA, 1985, pag. 33)

Percebe-se pela colocação de Noda a importância da Companhia Industrial Amazonense dirigida pelos japoneses para o desenvolvimento da jicultura na região. É através da participação do capital industrial japonês e investimento público do governo, no sentido de conceder a empresa que se propusesse a cultivar intensivamente e industrializar a fibra de juta, benefícios sem qualquer tipo de vínculo.

Com o domínio da Companhia sobre a juta, as relações de trabalho entre produtores japoneses aviadores e os brasileiros era de assalariamento. Junqueira (1972), Pinto (1982), Noda (1985), argumentam que esse tipo de assalariamento não era muito bem uma forma de salário e sim, metade do pagamento era feito em mercadorias que já eram consumidas durante a produção ou até mesmo quando não estavam produzindo, ressaltando que os japoneses financiavam-lhes produtos fora da época de produção da juta e o pagamento só se daria quando chegava a época da colheita de juta, uma forma de submeter à produção do camponês, a outra forma era o próprio pagamento em dinheiro.

Como escrito anteriormente, os agricultores brasileiros logo aprenderam as técnicas simples do cultivo da juta, com essa contínua aprimoração e pela disponibilidade de terra, as famílias nativas passaram a produzir a juta nas várzeas próximas à Vila Amazônia onde se dera o primeiro cultivo da juta na Região.

Em 1937, a primeira safra de juta atingiu 8 toneladas ampliando significativamente a cada ano a área plantada e a produção, chegando em 1941 a 938 toneladas. Veja (Tabela 1).

TABELA 1-Produção de Juta no Amazonas por tonelada entre 1937-1941

JUTA/AMAZONAS (TON)	
ANO	PRODUÇÃO
1937	8.941
1938	57.625
1939	168.355
1940	324.848
1941	937.955

Fonte: IFIBRAM apud Homma (1995)

Observa-se o crescente aumento da produção entre os anos de 1937- 1941, devido esse aumento de produção os japoneses passaram a contratar mais mão-de-obra brasileira. Pelas circunstâncias, os assalariados passaram a ser os próprios donos da produção, mesmo sendo financiada pelos japoneses, isso se deu pelo fato de haver terras disponíveis e o aprendizado muito rápido da técnica do plantio da juta. É a partir desse período que Pinto (1982) aponta a subordinação desse tipo de campesinato autônomo ao capital comercial.

Através do crédito que chega aos produtores familiares pelas mãos dos intermediários – comerciantes e patrões - ampliam-se significativamente as áreas plantadas tendo como conseqüências diretas: a) a subordinação direta dos pequenos produtores ao sistema de produção da juta, retirando a possibilidade do desenvolvimento de outros sistemas paralelos de produção comercial de igual magnitude. A própria produção de alimentos apresenta queda relativa nessa conjuntura excepcional que torna a juta de maior rentabilidade; b) fortalecimento dos setores de intermediação pelos benefícios financeiros que se concentraram na mão de vendedores; c) a reorganização do crédito tradicional – o avivamento – que assume a forma de capital usurário. (PINTO, 1982, pag. 52-53).

Deixa-se bem claro a mudança na região com a introdução da produção da juta. Esta fase do aumento de produção fez que pequenos comerciantes acumulassem algum tipo de

capital devido à prática de trocas entre compradores e produtores de juta. Nesse período a juta apresentou aos habitantes da região uma perspectiva de retorno econômico, pensando ser um novo “*boom econômico*”, como foi o ciclo da borracha.

Com o início da Segunda Guerra Mundial, houve uma freada do capital japonês no Brasil, com a entrada dos japoneses no conflito mudou totalmente o rumo dos empreendimentos japoneses na Amazônia. Com o rompimento das relações entre Brasil e Japão, os imigrantes japoneses ficaram apenas como “sobreviventes”, isso criou benefícios para a utilização de fibras nacionais. O governo baixou decreto para o estímulo das fibras, o que se mostrou pouco eficaz, uma vez que a demanda pela fibra nacional já estava aquecida. (HOMMA, 1995).

A Índia, o maior produtor de juta, sofre impactos com o bloqueio da guerra. A Companhia Industrial Amazonense dos japoneses é confiscada e encerra qualquer tipo de atividade monopolista. Com esta nova estrutura dá início ao desenvolvimento da agroindústria no Brasil, surgindo assim, a Companhia Brasileira de Fibras, substituta da Companhia Industrial Amazonense S/A, tendo como subsidiária a Companhia de Juta de Taubaté no sul do país, ampliando desta forma a competição dos intermediários pela compra de matéria-prima.

TABELA 2-Produção de Juta no Amazonas por tonelada entre 1942-1946

JUTA/AMAZONAS (TON.)

ANO	PRODUÇÃO
1942	2.770,981
1943	3.344,304
1944	4.566,107
1945	4.023,214
1946	5.346,485

Fonte: IFIBRAM apud Pinto (1982)

Como se observa com a eclosão da guerra nesses anos, o Amazonas aumenta gradativamente sua produção, sendo agora a produção gerenciada pela Companhia Brasileira de Fibras e não mais pela Companhia dos japoneses.

Com o término da guerra e a reestruturação dos países, a produção brasileira de juta começa a decrescer pelo fato de países, como a Índia, principalmente, terem feito estoques da sua produção e venderem a um preço baixo no mercado mundial, razões que geraram o primeiro ciclo de crise da juta no Brasil. Os preços da juta brasileira começam a cair e quem mais sofre com essa queda são os próprios comerciantes e produtores que para conseguirem vender, tiveram que se submeter a preços baixíssimos de mercado. Diante dessas condições o governo toma medidas para salvaguardar as fibras nacionais, proibindo importação da juta, mas, mesmo com a intervenção governamental, não houve êxito, pois as indústrias nacionais com a ausência de matéria-prima pediam licença e aos poucos o governo cedia a importação da Índia.

A partir de 1950, são adotadas políticas que favorecem a industrialização de matérias-primas nativas para o mercado interno e exportação de produtos naturais. É nessa situação que a industrialização brasileira começa a acelerar. Essa política favorece o desenvolvimento industrial de fiação e tecelagem da juta ocasionando a instalação de novas unidades fabris, o surgimento de unidades de beneficiamento de juta no Estado, sendo instaladas seis (6) unidades prensadoras em Manaus, cinco (5) em Parintins e duas (2) em Itacoatiara. Isto somente foi possível devido às isenções de impostos e financiamentos a juros baixíssimos; às interferências em relação à política de preços; ao baixo custo de mão-de-obra em poucos meses do ano e a diminuição do custo de transporte até as fábricas. (PINTO, 1982: 56 NODA, 1985: 52)

Pinto (1982) argumenta que o sucesso da instalação da indústria brasileira de fiação e tecelagem se dera com a desativação de fábricas em outros países centrais devido às condições de trabalho na juteicultura serem bastante desgastantes e a legislação trabalhista muito rigorosa.

Com essas transformações econômicas, o governo decidiu criar, em 1953, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), regulada pelo poder executivo, diante das condições que se encontrava o sistema econômico da juta, um consumo expressivo no mercado nacional, o desvínculo total em nível internacional para aquisição de matéria-prima e também a articulação para o desenvolvimento industrial do Sul e Sudeste. Ressaltando que essa Superintendência não foi criada apenas por motivo de produção de juta e sim para atender as políticas regionais de integração ao resto do país fazendo se sentir também na produção da Borracha.

TABELA 3- Produção de Juta no Amazonas por tonelada entre 1950-1970

PRODUÇÃO NO AMAZONAS			
ANO	PRODUÇÃO	ANO	PRODUÇÃO
1950	9.327.530	1961	37.202,00
1951	14.533.779	1962	33.902,00
1952	18.088.526	1963	33.245,00
1953	13.461,00	1964	37.565,00
1954	16.135,00	1965	47.687,00
1955	14.506,00	1966	31.501,00
1956	20.006,00	1967	27.290,00
1957	22.111,00	1968	32.000,00
1958	22.222,00	1969	26.000,00
1959	23.484,00	1970	34.800,00
1960	28.773,00		

Fonte IFIBRAM apud HOMMA, (1995)

A tabela acima mostra a evolução da produção de 1950 até 1970, com a introdução de novas fábricas e unidades prensadoras no Amazonas, são estabelecidas as relações entre a indústria e agentes do capital comercial, estipulando preço e qualidade de fibra a ser comprada. Em 1955, a lavoura de juta ocupa a maior parte de área plantada do Estado, com

uma produção 14.506 ton. (Tab. 03). Nos anos de 1960, as beneficiadoras e as indústrias passam a trabalhar com os créditos bancários para a comercialização da juta. (NODA, 1985: 57).

No período que vai de 1960-1970, observa-se na tabela 03 constante variações na produção; no início da década de 1960, o aumento da produção foi devido à capacidade do processamento da matéria-prima no Estado. Já no início da década de 1970 passa a incorporar um novo produto para a produção de fibras no Amazonas, a malva, sendo uma planta com características próximas, uma substituta perfeita da Juta.

A valorização da malva para a produção de fibras, segundo Homma (1995), foi devido à adaptação dessas plantas a solos de baixa fertilidade, surgindo frente à expansão ao longo da Estrada de Ferro Bragança, construída no período de 1883-1908, e na década de 1960 com a construção da rodovia Belém-Brasília. Nesta década aproveitam-se os estoques de malvais nascido espontaneamente, cuja extração até 1956, atingiu 18.000 toneladas. Com o crescimento do mercado de malva houve a indução ao plantio no Estado do Amazonas, onde até então não era cultivada, diferentemente do Estado do Pará. Sendo uma cultura cuja produção ocorre depois da safra de juta, seus preços eram adaptados de acordo com a fibra de juta. Outro fator de expansão é que a malva era uma planta cultivada em solos de terra firme e estava livre de problemas como, as enchentes do rio Amazonas. Este era e é um fator que até hoje perdura como motivo de preocupação para os agricultores, afetando desta forma a qualidade das fibras.

Em 1971, a malva era plantada nas várzeas altas do Amazonas por iniciativa das indústrias. Concorrendo com a juta, a malva atingiu o dobro da produção em 1978 e 1982, em virtude das facilidades na aquisição de semente. Veja tabela 4 abaixo:

TABELA 4- Produção de Juta e Malva no Amazonas entre 1971-1989

PRODUÇÃO NO AMAZONAS			
ANO	JUTA	ANO	MALVA
1971	26.000,00	1971	1.750,00
1972	22.000,00	1972	5.050,00
1973	42.302,00	1973	6.750,00
1974	25.000,00	1974	10.800,00
1975	22.678,00	1975	12.000,00
1976	20.510,00	1976	17.000,00
1977	22.700,00	1977	19.800,00
1978	11.000,00	1978	25.000,00
1979	20.022,00	1979	22.021,00
1980	16.830,00	1980	19.410,00
1981	22.250,00	1981	25.309,00
1982	10.327,00	1982	19.502,00
1983	13.422,00	1983	18.734,00
1984	10.560,00	1984	19.484,00
1985	14.617,00	1985	19.610,00
1986	15.255,00	1986	11.709,00
1987	9.287,00	1987	17.204,00
1988	10.455,00	1988	30.346,00
1989	2.464,00	1989	8.540,00

Fonte: IFIBRAM apud Homa (1995)

Observa-se que a partir de 1971, a malva começou a ser produzida e nos anos subsequentes a produção de juta começou a decair. Isso se deu pelo fato de que a produção de juta, apesar de ter o mesmo processo produtivo, era mais complexa em relação a sua plantação, pois requeria um manejo mais adequado em terras de várzeas, ao contrário da malva que podia ser apropriadas em terras firmes.

Outro fator da diminuição da produção foi a questão da distribuição da semente de juta pelo fato da produção de fibra nas várzeas ser dependente da produção de semente. Esse foi o motivo pelo qual os japoneses transferiram a produção de sementes de juta para as terras firmes de Alenquer no Estado do Pará, uma vez que a produção de fibra nas áreas de várzeas não permite completar o ciclo vegetativo, pois a corte das hastes coincide com as cheias dos rios e com os solos férteis do município. (HOMMA, 1995).

Daí o fato da malva ter tido avanço na produção como mostra a figura acima, chegando a triplicar sua produção em 1988.

Mas, mesmo chegando ao ponto extremo de produção, a juta e a malva tiveram bastantes oscilações de aumento e diminuição das safras, por um lado decorrente das condições naturais de produção: enchentes, distribuição de sementes controladas pelo setor industrial, manipulação de crédito e; por outro, o relacionamento do setor fabril com o agrícola, o primeiro levando sempre as vantagens com os incentivos dados pelo Estado. Esse sistema de vantagem levou os agricultores a uma profunda troca desigual, por um lado da dificuldade constante de obtenção de produtos para a sua subsistência, de outro pelo rebaixamento da venda dos seus produtos dado principalmente pela cotação e do aumento da produção da fibra internacional. (PINTO, 1982).

No entanto, mesmo assim houve mecanismo que fizesse a produção aumentar, o crescimento do setor de crédito e a formação de Cooperativa operando também como agente financiador para estimular a produtividade.

A região agrícola do Médio Amazonas passa a ser a fornecedora principal de fibras do Estado do Amazonas, juntando-se a nova divisão do trabalho, apesar de não ocorrer qualquer tipo de transformação tecnológica, bem como a prática de cultivo ser as mesmas desde a sua implantação na década de 1930 pelos japoneses. Desta maneira surgem novos municípios produtores como Itacoatiara e Manacapuru, onde até então a produção só se dava no Município de Parintins. Esses municípios passaram a vincular-se a crescente produção de fibras para o mercado interno do Estado.

Outro fator condicionante não citado sobre a década de 1970, que ajudou na oscilação da produção é a introdução do sintético na fabricação da sacaria. Neste período as produções

de fibras naturais mundiais reduziram consideravelmente. Veja na tabela 05 a produção de sacos sintéticos no Brasil na década de 70.

TABELA 5-Produção por toneladas de fibras sintéticas

ANO	PRODUÇÃO
1973	10.000,00
1974	12.600,00
1975	17.700,00
1976	21.600,00
1977	26.000,00

Fonte: IFIBRAM apud Pinto (1982)

Ainda na década de 1970, foi criado o Instituto de Fomento a Produção de Fibras Vegetais da Amazônia, tendo como objetivo: desenvolver a produção de sementes e racionalizar o crédito de maneira que chegasse às mãos dos produtores. Mas, mesmo com a criação do Instituto, a crise da juta e da malva não mais se assolava apenas na matéria-prima e sim no mercado de manufaturados, pois a utilização da fibra natural ainda era muito restrita.

Na década de 1970 e 1980, a juta e a malva sofreram mudanças na sua produção. A mais importante surgiu com a inserção das fibras sintéticas. Outro fator de crise foi no ano de 1989, no governo Sarney, período no qual se criou um programa que incentivava o transporte dos grãos a granel, o que fez a sacaria perder o mercado. A terceira crise já na década de 1990 relaciona-se com a abertura do mercado nacional às importações, ocorrida no governo Collor, fazendo que a indústria de aniagem preferisse os sacos de juta asiáticos fortemente subsidiados por esses países. (Veja tabela 6).

TABELA 6. Importações de Sacos de Juta Produzidos na Ásia 1987-1991

ANO	NÚMERO DE SACOS	QUANTIDADE IMPORTADA (t.)
1987	3.043,000	1.278,06
1988	258.108,000	108,40
1989	2.845,000	1.194,36
1990	3.458,000	1.452,36
1991	5.718,000	2.401,56

Fonte: Instituto de Fomento à Produção de Fibras Vegetais da Amazônia

Pelo baixo preço da juta e malva no mercado, passou a existir um desinteresse dos agricultores na década de 1990, as importações passaram a constituir um forte fator para essa decisão.

Apesar de ser constituída no Município de Parintins, é no Município de Manacapuru que atualmente a juta/malva tem a maior produção do Estado.

3.1 O Município de Manacapuru: sua origem histórica e seu potencial econômico.

Manacapuru é uma palavra de origem indígena que, em tupi, significa flor matizada, tem sua descendência dos índios muras. A vila e o Município de Manacapuru foram criados em 27 de setembro de 1864. A vila foi instalada em 16 de julho de 1895 e o Município, no dia 12 de abril de 1896, no governo de Eduardo Ribeiro.

A sede Municipal está localizada na margem esquerda do rio Solimões, na confluência deste rio com a foz do rio Manacapuru. A distância da cidade de Manacapuru a Manaus, capital do Estado do Amazonas, é de 84 Km por rodovia e de 157 km por via fluvial. Seus limites de Municípios são: Iranduba, Manaquiri, Beruri, Anamá, Caapiranga e Novo Airão. Sua área territorial é de 7.335 km².

Atualmente existem no Município 235 comunidades, a população urbana é de 48.970 habitantes e a população rural 34.350 habitantes, totalizando 83.320 habitantes. Nos últimos seis anos Manacapuru vem sofrendo mudanças profundas na sua estrutura sócio-econômica.

A instalação de fábricas para fiação e tecelagem feitos de fibras vegetais, foi um dos fatores. A construção do gasoduto Coari-Manaus, abriu também oportunidades de vários empregos direta e indiretamente ligados a essa obra. Outra obra que vem sendo aguardada pela população e que também aumentará o fluxo de renda para o Município é a ponte sobre o Rio Negro, que facilitará muito o escoamento da produção agrícola, não só de Manacapuru, mas como outros municípios no entorno.

Quadro 02. Principais atividades agropecuárias no Município de Manacapuru

Discriminação	Total do Município		
	No de produtores	Área (ha)	Produção Obtida
Culturas de Grãos			
Arroz	3	250	391 t
Feijão	30	7,5	3 t
Milho	1500	500	1500 t
Fruticultura			
Abacaxi	3	3	54 mil frutos
Laranja	60	60	2.520 frutos
Limão	9	15	280 mil frutos
Cupuaçu	290	409	818 mil frutos 105 t de polpa
Mamão	150	150	3.750 t
Banana	1245	1.245	996 mil cachos
Coco	70	120	480 mil frutos
Maracujá	300	100	1.800 t
Pupunha	3	5	0
Açaí	75	108	180 cachos
Culturas Industriais			
Mandioca	6.400	4.860	12.000 t farinha
Cana-de-açúcar	5	70	210 t açúcar mascavo
Guaraná	80	150	15 t
Pupunha palmito	26	18	15 t
Juta	667	1.000	1.350 t
Malva	2.200	4.400	6.600 t
Hortaliças			
Melancia	5	1	14 mil frutos
Pepino	1	0,5	0
Macaxeira	2.500	349	5.587 t de raiz
Pimentão	5	1	14 t

Fonte: IDAM/MANACAPURU, (2007)

A fruticultura, a oleicultura, as culturas alimentares tais como mandioca, e principalmente as culturas industriais já têm sua importância assegurada na economia do Município. Apesar das culturas industriais não serem consumidas pelos camponeses, esta é a que mais predomina no município como se destaca no quadro 02. Pode-se observar também

no quadro 03, a considerável concentração de produção por (ha) de área colhida das fibras juta/malva em relação aos outros municípios produtores de toda a produção do estado.

Quadro 03. Área Colhida de Juta nos Municípios produtores e no Estado do Amazonas nos anos de 1990-2006

ANO	ÁREA COLHIDA JUTA (HA)								
	Amazonas	Coari	%	Itacoatiara	%	Manacapuru	%	Parintins	%
1990	2.350	0	0	545	0,23	964	0,41	90	0,04
1991	1.506	7	0,00	120	0,08	290	0,19	100	0,07
1992	1.288	35	0,03	300	0,23	280	0,22	10	0,01
1993	1.476	0	0,00	280	0,19	450	0,3	100	0,07
1994	1.606	0	0,00	280	0,17	450	0,28	150	0,09
1995	1.471	0	0,00	280	0,19	220	0,15	170	0,12
1996	357	3	0,01	5	0,01	50	0,14	84	0,24
1997	349	3	0,01	5	0,01	50	0,14	84	0,24
1998	400	3	0,01	78	0,20	58	0,15	70	0,18
1999	692	32	0,05	240	0,35	78	0,11	80	0,12
2000	789	129	0,16	240	0,30	78	0,1	80	0,10
2001	794	9	0,01	298	0,38	146	0,18	80	0,10
2002	677	109	0,16	68	0,10	148	0,22	80	0,12
2003	737	109	0,15	68	0,09	148	0,22	140	0,19
2004	844	120	0,14	70	0,08	160	0,19	140	0,17
2005	3.616	80	0,02	160	0,04	800	0,22	328	0,09
2006	3.820	200	0,05	131	0,03	900	0,24	328	0,09

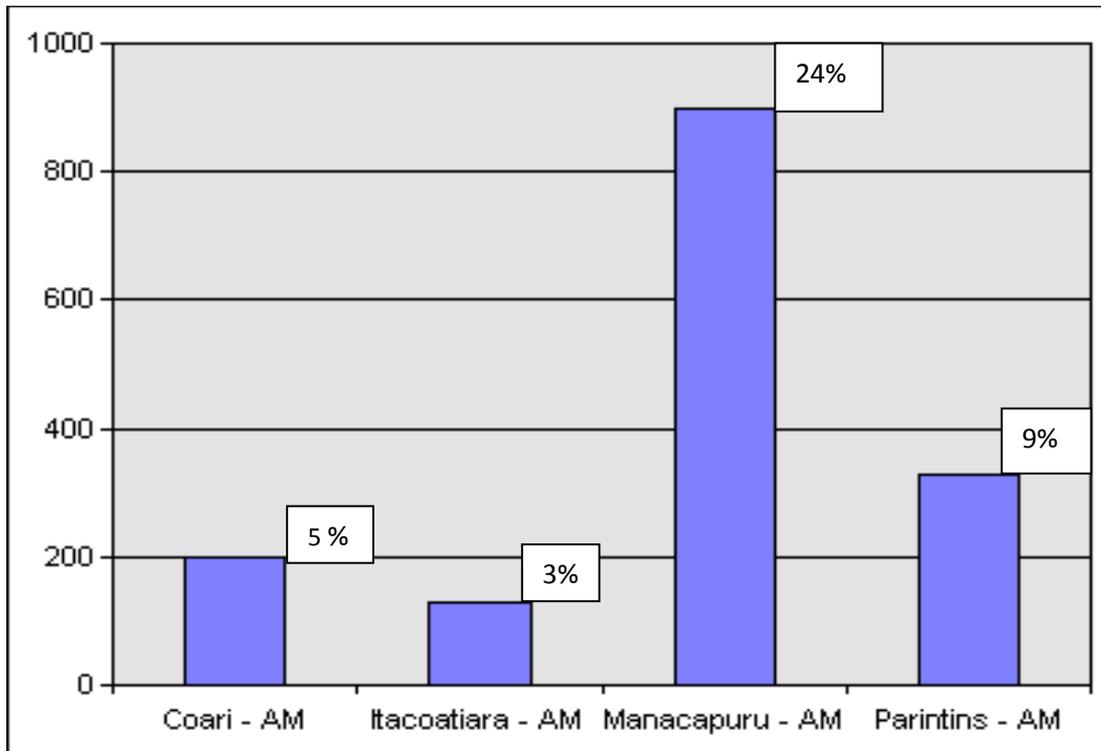
Fonte: IBGE: Produção Agrícola Municipal

Somente a partir do ano de 1996 a 2000, o Município reduz a produção, ficando abaixo do Município de Parintins, no entanto, a partir do ano de 2001 o volume da área colhida aumenta novamente para o Município de Manacapuru.

Apesar de Parintins ser um dos pioneiros na produção, como foi observado no histórico da juta na região, surgiram alguns pontos de estrangulamento para a decadência da produção no município, um desses pontos seria principalmente a falta de investimento para o próprio município. Visualize melhor no gráfico abaixo, em 2006, as porcentagens da área colhida de juta em Manacapuru tinham uma concentração de 24% da produção em relação a Coari, Itacoatiara e Parintins; municípios que ainda têm uma produção significativa no cultivo de juta no Estado do Amazonas, segundo o último censo agropecuário do IBGE, os restantes

da produção estão distribuídas entre outros municípios, e inviabiliza a produção por ser pouca e ao mesmo tempo de comunidades distantes.

Gráfico 01. Demonstração em porcentagens de área colhida de juta no ano de 2006



Fonte: IBGE: Produção Agrícola Municipal

Em relação à malva, Manacapuru continua sendo também um dos principais produtores, com uma produção bastante significativa chegando praticamente a quase 50% de toda a produção do Estado. A razão de baixa produtividade de juta em relação à malva para os camponeses manacapuruenses é devido a produção da juta ser um pouco mais complexa, pois são plantadas exclusivamente em terras de várzeas além da dificuldade de se obter a semente, fatores que contribuíram para tal situação; diferente da malva, que era uma planta valorizada para a produção de fibras, existindo como pragas há alguns anos atrás e posteriormente plantadas em solos de baixa fertilidade, podendo ser colocadas em terras firmes e muitas vezes completam o ciclo para a produção da semente. Veja no quadro 04 e visualize melhor

graficamente a produção de malva no Município de Manacapuru e os demais municípios produtores no ano de 2006 e em relação ao Estado.

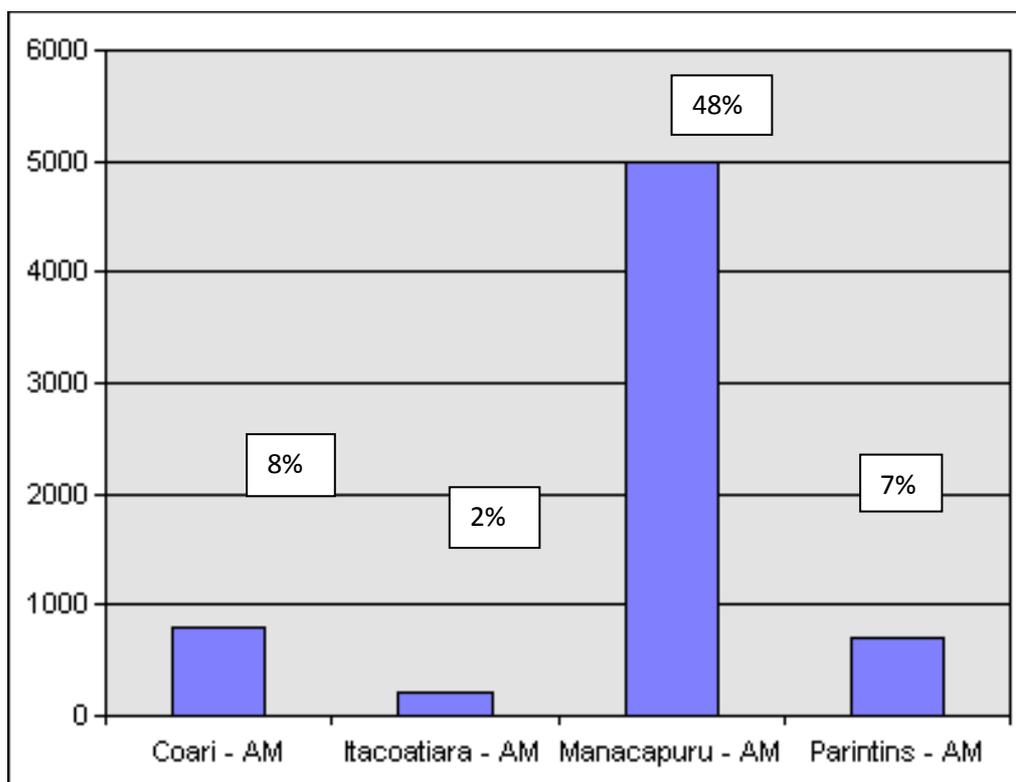
Quadro 04 Área Colhida de Malva nos Municípios produtores e no Estado do Amazonas nos anos de 1990-2006

ANO	ÁREA COLHIDA MALVA (HA)								
	Amazonas	Coari	%	Itacoatiara	%	Manacapuru	%	Parintins	%
1990	2.880	80	0,03	121	0,04	1.286	0,45	250	0,09
1991	1.923	0	0,00	250	0,13	450	0,23	200	0,10
1992	6.097	24	0,00	340	0,06	4.275	0,70	130	0,02
1993	7.354	54	0,01	550	0,07	5.500	0,75	90	0,01
1994	7.413	50	0,01	580	0,08	5.500	0,74	130	0,02
1995	4.404	30	0,01	170	0,04	2.700	0,61	150	0,03
1996	1.432	5	0,00	0	0,00	590	0,41	38	0,03
1997	1.432	5	0,00	0	0,00	590	0,41	38	0,03
1998	3.130	25	0,01	0	0,00	2.000	0,64	80	0,03
1999	2.601	32	0,01	0	0,00	1.452	0,56	184	0,07
2000	2.601	32	0,01	0	0,00	1.452	0,56	184	0,07
2001	3.433	10	0,00	0	0,00	2.120	0,62	200	0,06
2002	4.356	248	0,06	198	0,05	2.340	0,54	330	0,08
2003	4.271	248	0,06	198	0,05	2.340	0,55	245	0,06
2004	4.745	260	0,05	235	0,05	2.500	0,53	250	0,05
2005	10.214	800	0,08	200	0,02	5.000	0,49	700	0,07
2006	10.374	800	0,08	200	0,02	5.000	0,48	700	0,07

Fonte: IBGE: Produção Agrícola Municipal

Note que, apesar da fibra de juta ser precursora para o cultivo de fibras, ela diminui a sua produção em relação à malva; compare os dois quadros (3 e 4), nos anos de 1990 a 2006, há um forte aumento na produção de malva, mesmo com a queda nos anos de 1996 a 2000 de juta em Manacapuru; a malva conseguiu assegurar a sua produção e manter-se no ranking em relação ao Município de Parintins, seu principal adversário nas atividades econômicas de fibras.

Gráfico 02. Demonstração em porcentagens de área colhida de Malva no ano de 2006



Fonte: Produção Agrícola Municipal

3.2 Sistemas de Produção da Juta e Malva

As terras de várzeas do Estado do Amazonas carregam vastos sedimentos do rio Amazonas (Solimões que vai desde a fronteira de Tabatinga até o Rio Negro) e está sujeito a enchentes periódicas e a um regime de chuvas constantes. Generosamente a natureza entrega aos caboclos o solo devidamente fertilizado, pronto para receber, na época da seca, o plantio das sementes do vegetal fibroso. São essas características que tornam propícia a produção de juta e malva no Estado do Amazonas.

Cabe destacar algumas considerações sobre o sistema de produção de juta e Malva. A juta com nome científico de (*Corchorus Capsulares*) e a malva (*Ureta Lobata L*) tem as mesmas práticas de produção, o que muda é que a malva é uma fibra mais resistente, porém menos sedosa e brilhosa. Podem ser plantadas em consórcios, sendo que a juta em várzeas baixas e a malva em várzeas altas (não sujeitas a inundações periódicas) e até mesmo em

terras firmes. São plantas de ciclo curto, alta produtividade, que, ao ser macerada, libera uma fibra longa, áspera e de coloração amarelada.

Antes de adentrar no sistema produtivo das fibras, cabe fazer uma breve apreciação sobre o sistema produtivo das sementes. O Estado do Amazonas é o principal produtor de fibras do Brasil, no entanto, o entrave principal para a sua produção está na produção das sementes. Os campos de semente de juta estão em Alenquer, no oeste do estado do Pará, sendo sua produção coordenada pelo escritório da Embrapa de Imperatriz no Estado do Maranhão (Embrapa Amazônia Oriental). As sementes de juta são produzidas sob encomenda do IFIBRAM (Instituto de Fomentos à Produção de Fibras Vegetais). O ciclo de desenvolvimento das sementes é de aproximadamente oito meses, sendo colhidas a partir de julho/agosto.

Quadro 05. Sementes de juta: Calendário de Produção

Plantio	Ciclo de Des.	Colheita	Local	Neces. de sem. (kg/ha)	Produtividade
Semente dez/jan	8 meses	Jul/ago	Alenquer	1kg/ha	300 a 500 Kg/há

Fonte: Fagundes, 2002

Os campos de semente de malva estão situados em Capitão Poço e Bragança, no nordeste do Pará, estando sua produção coordenada pelo IFIBRAM. De forma igual à juta, a produção de malva é realizada pelo IFIBRAM que realiza as análises do poder germinativo e as repassas aos produtores nos Municípios de Parintins e Manacapuru e para a pequena produção dos demais municípios.

Quadro 06. Sementes de Malva: Calendário de Produção

Plantio	Ciclo de Des.	Colheita	Local	Neces. de sem. (kg/ha)	Produtividade
Semente até 15 dez	7 a 8 meses (depend. do Cultivar)	Jul/ago	Capitão Poço e Bragança (Pará)	1 a 3 kg/ha	300 a 500 Kg/há

Fonte: Fagundes, 2002

Para os camponeses produtores de fibras no município de Manacapuru, o primeiro elemento para a produção de fibras de juta e malva é a escolha do terreno, geralmente em área de várzea coberta da mata, capoeira ou capinzal. O preparo da área: para a várzea alta, para o plantio de malva, consiste em broca, derruba, rebaixamento, queima e encoivramento. No caso da cobertura vegetal ser capinzal, para o plantio de juta, consiste em fazer roçagem.

O plantio de juta e malva é feito manualmente, variando a época de acordo com o tipo de várzea. Veja no quadro o calendário de produção para o plantio de juta e malva.

Quadro 07. Calendário de produção de fibras

Fibras	Plantio	Ciclo de Des.	Colheita	Local	Neces. de sem. (kg/ha)	Produtividade
Juta	até 15 de dez	5 a 6 meses	Mar/Abr	Parintins/Manacapuru	6 a 8 kg	1.800,4 kg/ha
Malva	até 15 de dez	6 a 7 meses	Mai/jun	Parintins/Manacapuru	20 kg/ha	1.800,4 kg/ha

Fonte: Fagundes, 2002

No Amazonas, especificamente nas várzeas de Manacapuru, a colheita das hastes é feita no período compreendido no início da floração, pois com o regime das águas, dificilmente se completa os ciclo de maturação, e o camponeses para não perder a produção, muitas vezes têm que adiantar o serviço de corte das hastes. Veja figura abaixo do processo de corte das hastes feito pelos camponeses nas várzeas do Município de Manacapuru.

Figura 01. Corte das hastes de Malva⁷



Fonte: Alciane Matos de Paiva, 2008 (Comunidade Santo Afonso Município de Manacapuru-AM)

O beneficiamento das hastes tem por fim um conjunto de operações, que desagrega a fibra das hastes. A maceração das fibras (juta/malva) é a principal operação de beneficiamento e que contribui primordialmente para o isolamento das fibras contidas na casca das hastes das plantas têxteis, ou seja, é essa operação que facilita a extração das fibras de sua película natural. A maceração é de natureza biológica, cuja ação se opera por meio da fermentação originada por bactérias aeróbias, na qual poderão intervir, em ambiente propício, as anaeróbias. (OKIRO, 1945).

⁷ As figuras exposta são todas do cultivo de malva, para a juta, as práticas são as mesmas. Na pesquisa de campo realizada não foi encontrada plantação de juta para que pudesse se extrair uma figura adequada para o trabalho.

Deve ser executada em período de calor, e de preferência em água corrente. O mais simples processo usado pelos camponeses geralmente é a plantação atrás dos rios, para pleno aproveitamento devido à proximidade da água durante a cheia, as fibras são imersas e presa no fundo. O tempo necessário de maturação não pode ser indicado com precisão, mas segundo os camponeses, assim que as fibras começam a ganhar diâmetro, ou seja, incharem, significa que o tempo de maturação e fermentação já foram alcançadas, o que demora de 7 a 8 dias depois do corte das hastes. Veja figura 02.

Figura 02 Afogamento das fibras para o processo de maceração



Fonte: Alciane Matos de Paiva, 2008 (Comunidade Santo Afonso Município de Manacapuru-AM)

Depois da maceração, a facilidade de desprendimento das fibras pode ser claramente avaliada pelo seu aspecto e pela passagem na mão do camponês. A operação de desfibramento

é de extrema simplicidade, ficam apenas sujeitas à prática e habilidade dos camponeses. Contudo, para os próprios camponeses é uma das operações mais difíceis, pois ficam praticamente 12 horas por dia dentro d'água fazendo o desfibramento, sujeitos a picadas de cobras, arraias e ainda adquirem dores reumáticas. Veja figura 03.

Os camponeses maiores de 65anos, que não têm condições de trabalhar, reclamam de dores nos ossos e contam que adquiriram a doença com o trabalho da juta e da malva.

Figura 03. Desfibramento das hastes dentro d'água



Fonte: Alciane Matos de Paiva, 2008 (Comunidade Santo Afonso Município de Manacapuru-AM)

A secagem tem por fim retirar o excesso de líquido das fibras depois da lavagem e é de grande importância, pois poderá afetar a qualidade do produto. As fibras são colocadas em varais, ao sol, principalmente pela parte da manhã, uma vez que a exposição a raios solares intensos poderão prejudicar sua resistência, geralmente 2 a 3 horas são suficiente para obter uma boa secagem. Veja figura 04.

Figura 04. Secagem de fibras



Fonte: Alciane Matos de Paiva, 2008 (Comunidade Santo Afonso Município de Manacapuru-AM)

Por fim, terminada a operação de secagem, as fibras são batidas nas próprias estacas dos varais e formados “bolos”, ligeiramente torcidos, amarrados e assim enviados aos locais de enfardamentos. Veja figura 05.

Figura 05. Local de enfardamento após a secagem das fibras



Fonte: Alciane Matos de Paiva, 2008 (Comunidade Santo Afonso Município de Manacapuru-AM)

3.3 Formas de Organização dos Produtores

Apesar de ter se passado quase 80 anos de aclimação de juta e em seguida, a malva; ainda existem muitas formas de organização semelhantes às práticas passadas. Nessa perspectiva de formas de organização, cabe-nos fazer uma descrição de tais formas.

A economia retratada aqui enfatiza os sistemas de troca e que consumo e trabalho sempre andam lado a lado. Talvez seja esse o motivo de tanto destacar as fundamentações teóricas sobre a existência de um campesinato. A relação do campesinato com o capital faz-se essencial, uma vez que satisfaz as necessidades deste primeiro, pois nem sempre produzem o que necessitam, razão pela qual precisam recorrer ao mercado.

Os produtores não cultivam somente juta e malva, surge daí a explicação para não ser utilizado o termo juticultor, pois o cultivo das fibras é uma lavoura sazonal, se dá na maioria

das vezes em consórcio com outras plantações; o camponês produzir a fibra, que não é para consumo, necessita cultivar também outros produtos para abastecer sua família como: mandioca (farinha), feijão, melancia, milho. Então, podemos estabelecer que os malveiros e juteiros como são especificados, na verdade são os camponeses (agricultores) que numa determinada época do ano cultivam e beneficiam as fibras, sem abster-se de outras culturas, permanecendo na atividade de outros produtos para sua subsistência.

Quando foi citado Marx, sobre sua teoria da circulação simples de mercadoria, era para evidenciar que esses camponeses realizam as combinações que Tavares do Santos (1984) enfatiza que estes se apresentam no mercado como vendedores dos seus produtos para adquirir outros, realizando desta forma o ciclo enfatizado por Marx M-D-M, onde não há uma relação monetarizada, apenas uma troca simples. Esse processo de troca simples se dá basicamente por troca de produtos sem a intervenção da moeda. Veremos com mais detalhes adiante.

Uma das primeiras formas de organização de campesinato compreende na mão-de-obra ser estritamente familiar e desde muito cedo os componentes da família trabalham com a juta/malva. A prática de ajuda entre os camponeses era comum no passado, hoje, a relação predominante é o pagamento da diária na produção ou a relação de metade. A relação de metade é quando um camponês chama outro produtor para fazer a plantação, dando metade do todo ou qualquer ganho que a produção vier a adquirir. Considerando que os pagamentos das diárias e a relações de metade só se fazem necessário quando o número de membros da família não é suficiente para trabalhar na produção. Uma segunda forma a ser avaliada são os instrumentos de trabalho. Os camponeses das fibras como podemos também chamá-los utilizam-se de ferramentas simples e que se for feita avaliação nas décadas anteriores, não houve modificações, continuam as mesmas técnicas, contudo, em certas situações relativas à comercialização dessas ferramentas, mudam algumas considerações.

Na investigação sobre o processo de comercialização dessas ferramentas, foi diagnosticada que a permanência de terceiros é quase nula. Os camponeses têm a liberdade de fazer as compras dessas ferramentas na cidade; antes, quando compravam as sementes e tudo o que necessitavam para a produção dos patrões, no “fiado”, eram obrigados a vender a sua produção exclusivamente a este, por conta do débito adquirido, dessa forma depois da colheita das fibras os patrões abatiam os seus saldos devedores pela fibra. Hoje, isso quase não acontece, pois com o sistema de distribuição de sementes do governo, os camponeses ficam livres para vender a sua produção. Entretanto, mesmo com este sistema, alguns deles ainda permanecem com o modo espoliativo de trocas, favorecendo desta forma a troca desigual por quilos de fibras por quilos de alimentos necessários a sua manutenção.

Fraxe (2000) chama este círculo de subordinação do camponês a vontade do capital comercial, ocorrendo a apropriação de excedentes produzindo por um conjunto de agentes de comercialização tais como: *marreteiros*, *marreteiros-feirante*, *regatão* e *patrão*. Para a autora este é um dos momentos mais representativo do campesinato.

A falta de uma política agrícola para a Região Amazônica é um dos principais fatores que favorecem os agentes de comercialização. Podem-se caracterizar esses agentes através de várias tipificações. Ao tentar explicar essas tipificações “*marreteiro*”, (Fraxe, 2000) designa que eles são proprietários das pequenas embarcações e é o agente responsável pelo abastecimento das famílias camponesas de mercadorias, porém, isto só acontece pela ausência de transporte. Os camponeses pesquisados não têm embarcações próprias, apenas canoa, o que dificulta o acesso à cidade para a compra do “*rancho do mês*”, facilitando desta forma o comércio dos marreteiros.

Outra tipificação citada por Fraxe (2000) é marreteiro-feirante, sendo o que mora na comunidade, mas que sempre está na cidade realizando compras dos produtos do camponês.

O regatão é um agente intermediário que, como o marreteiro e o marreteiro-feirante, se apropria dos excedentes gerados pelo camponês em maiores quantidades. Isto, porque tanto o marreteiro como o marreteiro-feirante procuram vender a mercadoria comprada do camponês diretamente ao consumidor. Já o regatão, comumente, vende esta mercadoria a um segundo intermediário, a fim de que chegue ao consumidor final. Mas apesar de venderem as mercadorias aos intermediários, eles também vendem diretamente aos camponeses. Quando os camponeses não têm dinheiro, fazem a troca dos seus produtos oriundo do seu próprio trabalho. Muitas vezes o capital do regatão só é transformado com a venda nas feiras dos produtos que eles receberam dos camponeses pela troca de mercadoria.

Os patrões são os agentes que se apropriam dos excedentes gerados, são assim denominado por possuírem grandes estoques de produtos básicos de consumo geral. Utilizam-se do expediente adiantamentos (em moeda ou mercadorias), com intuito de estabelecer laços de dependência. (FRAXE 2000).

Para melhores esclarecimentos dessas participações e organizações camponesas faremos uma breve exposição teórica sobre a agricultura camponesa no Estado do Amazonas.

Segundo Fraxe (2000) os camponeses, no Estado do Amazonas, apresentam características tradicionais em seus sistemas de produção agroflorestal, oriundas de práticas indígenas e caboclas de produção. Essas características engendram a construção de um campesinato entremeado de especificidade, onde a terra e a água se complementam buscando o equilíbrio da vida. Assim esse campesinato diferenciado de muitos outros, para a autora tende a ser descrito apenas sobre os elementos constitutivos da produção camponesa no ecossistema de várzea amazônico. Como descrito anteriormente não se trata de fazer uma definição compilada sobre o campesinato, pois como vimos existem várias versões teóricas que tratam o camponês de forma diferente e dando-lhes destinos diferentes.

Na versão da autora cabe apenas uma construção empírico-teórica de um modo de vida, um conjunto social que possui singularidades, mas que se confronta com a realidade vivida pelos camponeses do Estado do Amazonas, não que seja diferente das duas proposições teóricas, mas são reveladoras, pois tratam em particular um determinado “tipo” de campesinato.

Assim, este campesinato pode ser caracterizado com as seguintes peculiaridades: dependência e simbiose com a natureza, através dos ciclos naturais (no caso da época de várzea) e dos recursos naturais renováveis; conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos, onde se elaboram estratégias de uso desses recursos; noção de território de espaço, moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns tenham migrado para centros urbanos; importância das atividades de subsistência, ou seja, produção de valores de uso para si e valores de uso para outros (mercadoria); reduzida acumulação de capital; importância da simbologia, mitos, rituais associados à caça, à pesca e a atividade extrativista; a tecnologia utilizada é relativamente simples de impacto limitado sobre o meio ambiente; fraco poder político; o trabalho com a terra é policultivos de subsistência em sistemas agroflorestais; utilizam a técnica de pousio para a retroalimentação da terra; mão-de-obra quase que exclusivamente familiar; extensa e intensa divisão sexual e social no trabalho; o trabalho artesanal é denominado pelo camponês e por sua família até o produto final; os meios de produção são quase totalmente a água e a terra; a religião é um fator preponderante para divisões sociais, políticas e econômicas, além de contribuir para a cidadania, a palavra estabelecida através das relações de compadrio transforma-se em geral, em estado de direito e de fato. (FRAXE, 2000).

Todas essas características apontadas pela autora indicam a existência atual de uma categoria camponesa aos habitantes de várzeas do Estado do Amazonas, em particular também aos produtores temporários de juta/malva.

Conforme Fraxe (2000) a produção camponesa se configura em um processo de trabalho não tipicamente capitalista, mas que se confrontam sobre algumas condições de constituição da relação social de produção capitalista as quais se efetivam quando: o camponês não se relaciona com a terra e a água como uma relação nacional de produção, sua relação é determinada pelo fato de a terra e a água serem equivalentes às mercadorias, cuja apropriação faz-se mediadas pelo valor de troca; outra condição é que o camponês detém a propriedade dos meios de produção, não ocorrendo a dissolução das relações em que o homem mostra-se como o proprietário do instrumento, reconhecendo-se na produção camponesa, os elementos de uma forma de trabalho artesanal; outra é sobre o camponês possuir meios de vida necessários a sua manutenção, na unidade produtiva camponesa, combinam-se a produção de meios de vida; o último fator é de o camponês não se incluir como parte direta das condições objetivas de produção, mas se antepõe a elas como proprietário das condições de seu trabalho.

Para Fraxe (2000) o homem anfíbio⁸ é a personificação da forma de produção simples de mercadoria. Nesse tipo de produção, ele detém a propriedade da terra, água e dos instrumentos de trabalho. Para Tavares (1984) citado por Fraxe (2000) essa combinação de elementos faz que o camponês apresente-se no mercado como vendedor dos produtos de seu trabalho e como produtor direto de mercadorias. Como produtor, venderá seus produtos para adquirir outros, qualitativamente diferentes, que possam satisfazer suas necessidades de consumo individual ou produtivo. Para Fraxe (2000) a produção camponesa amazonense realiza os ciclos *mercadoria-mercadoria* e *mercadoria-dinheiro-mercadoria*, ou seja os agentes de comercialização que operam nesse mercado, articulando o mundo rural com o

⁸ Esta comparação para Fraxe (2000) procura representar o modo e vida dessas populações que habitam dois ambientes – a terra e a água. A terra em que trabalham parte do tempo de suas vidas (várzeas fica submersa durante certo período do ano (quatro a cinco meses), transformando-se, também em uma paisagem anfíbia. Nesse meio ambiente terra/água, reciprocamente condicionado, constantemente submetido à forte desgaste, o homem e a natureza desenvolvem os mais variados comportamentos adaptativos. (pag. 16)

urbano, combinam basicamente dois tipos de transação: na primeira, observa-se que há uma troca de valores de uso por valores de uso, sem a intermediação da moeda.

Trata-se, portanto de relações não monetarizadas, vistas anteriormente (mercadoria-mercadoria); na segunda, as transações ocorrem entre a troca de um valor de uso pela moeda, para se adquirir outro valor de uso (mercadoria-dinheiro-mercadoria). Embora se verifique, aqui, a presença de dinheiro, a troca se caracteriza ainda por uma economia mercantil de troca simples. Essa fundamentação encontra-se nos escritos de Marx, citadas por Oliveira (1997). Portanto, no ciclo M-D-M, a quantia de dinheiro que se obtém através da venda de uma mercadoria, vai ser consumida pela compra de outra mercadoria. Isto vale dizer que, nossa circulação, o dispêndio de dinheiro não guarda relação alguma com seu refluxo. No ato de vender para comprar, culminando o ciclo de obtenção de valores de uso, a mercadoria é retirada da esfera da circulação e introduzida no âmbito do consumo do camponês, este tipo de campesinato estudado obedece a esta lógica econômica.

CAPÍTULO IV

4. A ATUAL ESTRUTURA PRODUTIVA DOS CAMPONESES E PERSPECTIVA DE UM DESENVOLVIMENTO RURAL/LOCAL.

Nas informações levantadas nos dados primários e secundários não foram diagnosticadas muitas mudanças na forma de produção dos camponeses temporários de fibras, mas cabe fazer algumas observações relativas às mudanças nas políticas adotadas pelo governo e o impacto causado por elas.

Como descrito anteriormente, a relação do *patrão*, (observe no quadro 1 da pg. 59) ainda permanece nas relações tanto na comercialização das fibras, como na comercialização dos produtos, mas a observação feita é que não existe uma relação tão significativa como anteriormente, em que quase 90% dos camponeses subordinavam sua produção ao capital comercial. Isso vem sendo causado pela política adotada pelo governo na distribuição de sementes. O objetivo dessa política do governo é fomentar a produção, ampliando a atividade econômica, aumentando a renda dos produtores e eliminando desta forma a dependência do estado em relação a distribuição de sementes.

No entanto, mesmo com essa política ainda existem alguns percalços. Este ano, cerca de 201 toneladas de sementes de malva e 18 de juta⁹, foram enviadas aos Municípios produtores do Estado: Manacapuru, Parintins, Itacoatiara, Caapiranga, Anamá, Anori, Beruri, Codajás, Manaquiri, Caviana, Coari e Iranduba.

⁹ Dados coletados do IDAM

O município de Manacapuru um dos maiores produtores de fibras recebeu 50 toneladas. No município existe uma média de 2.867 agricultores, segundo o plano operativo do Idam/2007 o que traduz que, para cada produtor existente, apenas 17 kgs de sementes são repassados. No entanto para que se possa produzir um ha de fibras é necessário de acordo com o coeficiente técnico 18 kgs de sementes. Os camponeses estão plantando, em média, cinco ha por safra, ou seja, a quantidade de sementes ofertadas pelo governo não é suficiente para manter as safras a cada ano, causando desta forma certa dependência do camponês ao capital comercial: os patrões, marreteiros e regatões.

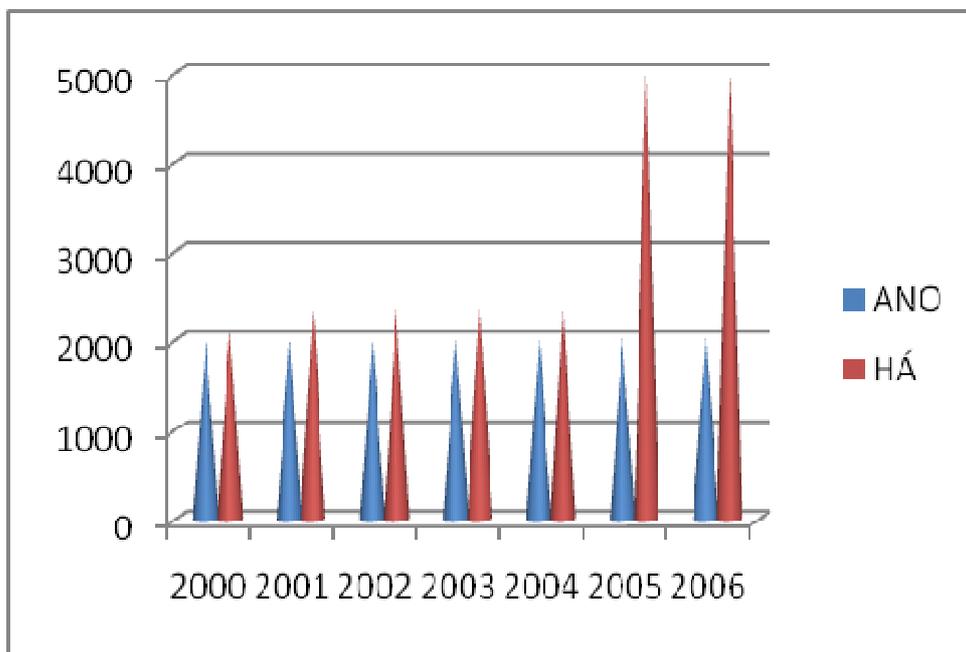
Quando os camponeses das proximidades do município recebem o kg necessário para sua produção, as demais comunidades distantes ficam sem receber. Os sistemas de entrega das sementes que antes eram em escritório no município, agora são entregues nas próprias comunidades, o que fica mais difícil no controle da distribuição, afirma Delduque, extensionista rural da unidade local do Município: *“esse ano não deu pra quem quis, quando chegávamos às comunidades, eles avançavam para pegar as sementes, e teve muita comunidade que ficou sem”*. Isto pode ser notado no anexo II, verifique as quantidades de comunidades assistidas pelo IDAM em relação as que não são assistidas. São poucas as que têm apoio técnico em qualquer tipo de atividade. No entanto, mesmo com essa discrepância a quantidade plantada de malva nos últimos seis anos, tem aumentado. Veja tabela e gráfico abaixo.

Tabela 07 Produção de Malva em Manacapuru nos anos de 2000 a 2006

ANO	HÁ
2000	2.100
2001	2.350
2002	2.350
2003	2.350
2004	2.500
2005	5.000
2006	5.000

Fonte: IBGE Produção Agrícola Municipal

Gráfico 03. Produção de Malva em Manacapuru nos anos de 2000 a 2006



Fonte: IBGE Produção Agrícola Municipal

O motivo pelo qual a plantação de malva tem aumentado nos último seis anos de acordo com a tabela e gráfico é devido principalmente à iminência de fixação de preço mínimo, pois a cada ano o governo estipula um preço mínimo ao qual o agricultor deverá seguir, embora a política de preço mínimo não ser reajustada com o nível de aumento do custo de vida dos camponeses, e nunca deixa claro no início da produção, o preço do quilo de malva, aumentando dessa forma as expectativas de plantação dos camponeses. Veja no quadro abaixo a fixação de preço mínimo dado pelo governo nas safras entre 2000 e 2007.

Quadro 08. Preço mínimo das safras de juta e malva de 2000 a 2007 por kg.

SAFRA	PREÇO MÍN.
2000/2001	R\$ 0,74
2001/2002	R\$ 0,80
2003/2004	R\$ 0,95
2004/2005	R\$ 1,00
2005/2006	R\$ 1,08
2006/2007	R\$ 1,13

Fonte: Conab

Pode se perceber a pouca variação dos preços nas safras correspondentes ao ano de 2000 a 2007. O que se pode considerar também nas expectativas dos camponeses para explicar tal crescimento das quantidades plantadas de malva é a subvenção econômica somadas a esses preços, que atualmente é de R\$ 0,20 centavos por kg de malva. Essa subvenção é repassada aos produtores através de um cadastramento junto ao Instituto de Desenvolvimento Agropecuário local e de uma conta bancária. Para que tenha efeito, o produtor ao vender a sua produção tem que fazer o pedido da nota, para em seguida levar junto a carteira¹⁰ ao IDAM, afim de que a subvenção seja repassada à conta bancária. Essa iniciativa tem como finalidade despertar os interesses dos agricultores pela produção, e de acordo com a tabela 07 e o gráfico 03 o objetivo da política do governo tem sido alcançado.

Uma vez que se diagnosticou na pesquisa primária algum desinteresse dos camponeses pela política, a maioria deles conhece como funciona, mas prefere não atender. Outros apenas afirmam que quando vão pedir as notas, o comprador das fibras as posterga e acaba por não recebê-las.

Quanto à plantação da juta, como explicitado anteriormente, depois que introduziram a malva como sua sócia, a plantação veio caindo gradativamente e perdura até os dias de hoje, a distribuição de sementes de juta em relação à malva é mínima e chega somente a 18 toneladas. Outro fator que contribui para a queda de produção da juta reside no fato dela exigir maiores cuidados que a malva, pois esta pode ser plantada em terra firme. Portanto, constatara-se que nas áreas pesquisadas a plantação de juta é quase nula, perdurando a malva nas terras de várzeas.

¹⁰ Essa carteira é um documento contendo a foto e os dados do agricultor, que serve como cadastro junto ao IDAM

No município de Manacapuru com uma média de 2.867 produtores de juta e malva, apenas 185 são cooperados. Constatou-se que depois que o governo iniciou a política de distribuição de sementes, os produtores acomodaram-se e não procuram mais desenvolver e melhorar a sua vida no interior. Esse desinteresse vem sendo moldado ao longo dos anos, devido o preço baixo do kg da fibra, e as longas jornadas de trabalho na época da colheita. Mesmo com o subsídio do governo, eles acreditam que a política não é suficiente e não cobre qualquer custo de despesa e trabalho, afirma um agricultor da comunidade Cristo Única Esperança: *“se ao menos o preço chegasse a R\$ 1,50, mais o dinheiro que o governo dá teria de bom tamanho”*.

As condições de trabalho dos camponeses é o indicador mais alto de desinteresse. Como vimos na parte de afogamento das fibras, exige-se deles a permanência por dias dentro da água, perfazendo um total de 13 horas por dia, iniciando o trabalho as 5:30 horas da manhã e terminando as 18:00 horas da tarde. Nessas horas dedicadas ao trabalho, os camponeses estão sujeitos a vários perigos como: picadas de cobras, mordidas de piranhas (pequenos peixes carnívoros, muito agressivos e dentes muitos amolados), e principalmente ferroadas de arraias (espécie costeira de águas rasas, vivendo junto ao fundo, normalmente arenoso, quando migram, nadam próximas à superfície, eventualmente são encontradas em estuários e em rios), além das seqüelas que ficam como artrites e reumatismo.

Os camponeses entrevistado que já trabalharam com a juta e a malva reclamam das dores que sentem nos ossos e argumentam que foi causado pelo trabalho com as fibras.

4.1 Territorialização do Capital: as diferentes formas de subordinação dos camponeses.

Logo no início deste capítulo referimo-nos à maneira como os camponeses subordinam a sua produção ao capital comercial. Cabe lembrar que a subordinação do camponês, não se dá apenas sobre essa forma de monopólio, existem outras formas manifestá-

lo, uns mais evidentes, como é o caso do capital comercial, outros menos, como o capital financeiro.

As relações mercantis do sistema de juta e malva, anteriormente se estabeleciam entre patrões e fregueses, hoje ainda permanecem (como pode ser observado no quadro 01 na pg. 59), contudo, menos intenso. A sujeição dos camponeses ao monopólio comercial se expande a partir do momento em que o camponês passa a atuar como demandante de mercadorias. Com a demanda criada pela mercadoria, os produtores sentem a necessidade de recorrer ao comércio, seja na cidade ou na própria comunidade, geralmente na própria comunidade e sujeitados a preços exorbitantes devido a falta de comércio (os comércios ficam distante de uma comunidade para outra) e por terem comprometido sua produção com o dono do comércio.

A primeira sujeição aos maiores preços está relacionada à condição de deslocamento do produtor. A condição está expressa no sentido de que os camponeses não têm condições, ou embarcação própria, e caso decida vender via recreio¹¹, o custo aumentará.

A segunda sujeição está diretamente ligada a produção de fibras. Quando o produtor submete sua produção, diante da insuficiência de sementes doadas pelo governo ser incapaz de gerar a produção desejada para subsistir a família, ficando o camponês a mercê do patrão, logo no início da plantação. Como são camponeses temporários, ou seja, produzem uma determinada época do ano (veja outros tipos de produtos produzidos pelos camponeses no anexo 2), no restante deste período necessitam de mercadorias e como nada recebem com nenhuma produção, pois os produtos por eles plantados são somente para subsistir a família, recorrem ao comércio mais próximo ou ao patrão a pessoa com quem mantém um bom relacionamento durante muito tempo.

¹¹ Nome da embarcação que faz o transporte de passageiros nas comunidades.

Ao comprarem as mercadorias o pagamento será feito após as colheitas de fibras de juta e malva, desenvolvendo desta forma a subordinação de mercadorias simples (juta e malva) ao monopólio do capital comercial.

Apesar da permanência do patrão, ainda assim, a modificação do relacionamento de camponeses com o patrão tem mudado. Veja nos descritos de Pinto (1982), a relação do patronato na década 80.

O patrão não é aquele que adianta sementes, mercadoria e algum dinheiro para as despesas da família. É aquele que também está investido de uma forma particular de autoridade, suficiente para resolver as pequenas questões, para atender seus compadres e fregueses em momentos difíceis de doença, de pequenas disputas entre vizinhos, de falta de dinheiro para saldar uma dívida intransferível, inclusive aquelas contraída com o banco, nesse sentido seu papel ultrapassa os limites das relações econômicas, das quais ele representa a parte que dita regras. Essas relações, entretanto, não se processam sem conflitos, sem a resistência do agricultor, particularmente no momento da pesagem das fibras, entregue no ajuste de contas de mercadorias adiantadas para o sustento da família e para o serviço da juta. A luta do produtor da juta se dá pelo preço para sua produção e a tendência dos patrões é sempre a de rebaixar ao máximo, não apenas o preço, mas o valor do produto, através da pesagem, da quebra e da classificação. Esses são momentos em que os conflitos entre produtores diretos e comerciantes transparecem de modo inequívoco. Os produtores diretos representam em seu discurso as diferentes formas de subordinação por que passa o seu trabalho, desde as relações com os patrões como estão anotadas acima, até a subordinação às indústrias e bancos. (PINTO, 1982, p 141).

Observe o relacionamento do produtor com o patrão na década de 1980. Atualmente, apesar dessa relação permanecer, o patrão como autoridade particular não existe mais. Apesar de submeterem a produção, os camponeses decidem a quem a produção estará sujeitada. Hoje, a rotina dos camponeses já está um pouco modificada, já existem atividades como: barco escolar, posto de saúde nas comunidades com distribuição de remédio gratuitas, e atividades de fomento para o setor produtivo das fibras.

A luta do produtor está apenas no relacionamento dos preços, muito trabalho para pouco retorno em dinheiro. Outro fator que pode ser modificado é relativo à associação de camponeses junto à cooperativa, diante das poucas sementes distribuídas pelo governo, uma

solução seria que os camponeses recorressem à cooperativa, como forma de não sujeitar a sua produção ao monopólio do capital comercial.

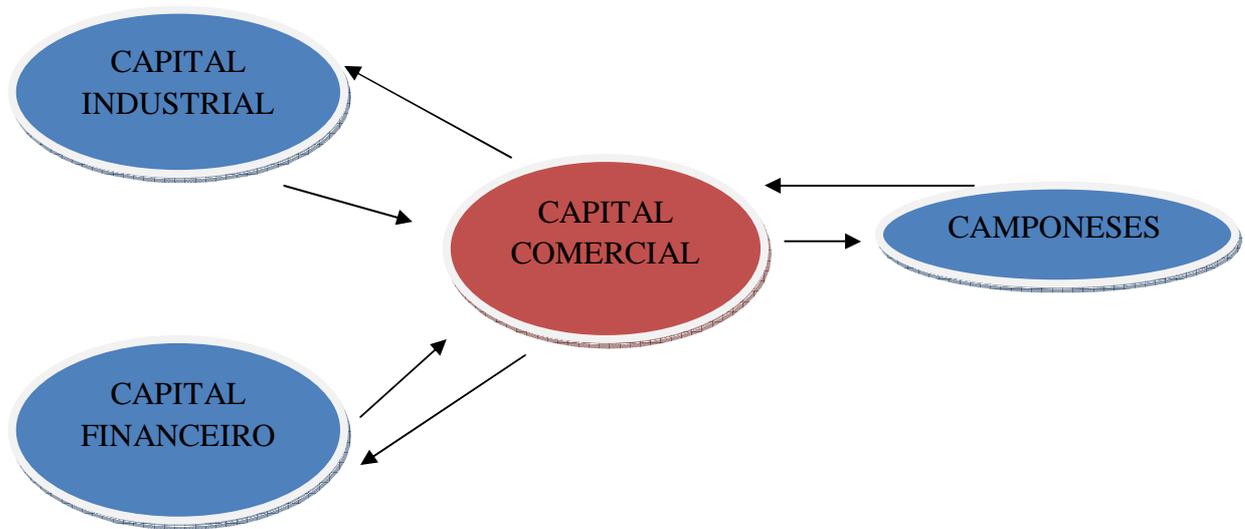
A relação dos camponeses com o setor bancário é muito restrita, uma pela falta de informação, outra pela burocracia existente. A burocracia que se afigura desestimula a maioria dos camponeses. A insatisfação em relação à quantidade de documentos a ser entregue e a demora na liberação dos financiamentos são fatores que restringem a consecução de crédito.

A principal causa de se recorrer ao banco é principalmente para a aquisição de produtos básicos para a manutenção da família e compra de sementes e materiais para a produção. No entanto, os camponeses afirmam que é tão burocrático, como descrito anteriormente, que preferem recorrer ao comércio. Cabe observar que o dono do comércio, é o que mais recorre ao capital financeiro, que é responsável em financiar o comércio, tanto de produtos alimentícios, como para o comércio de juta e malva, ou seja, o capital financeiro financia o capital comercial, e este por sua vez, financia os camponeses das fibras.

Quanto ao capital industrial este também influencia bastante no comércio das fibras. O capital comercial não é somente sustentado pelo capital financeiro, a indústria também é responsável pela parte do monopólio existente entre eles. Uma pequena parte de produtores comerciantes, plantam e ao mesmo tempo comercializam mercadorias, o que os caracteriza como os principais responsáveis pela presença do capital industrial. O setor industrial é o responsável pela integração dos produtores para a entrega de matéria-prima, via comerciante, o qual este por sua vez recebe todo o material necessário a ser repassado aos produtores, desde dinheiro a alimento. Essa influência da indústria, principalmente no município de Manacapuru, é bem visível, por conter fábrica de saco e uma indústria de prensagem, viciando a produção local, pois monopoliza os produtores que necessitam de materiais para a sua

produção e gêneros de primeira necessidade, os quais recorrem aos comerciantes, que por sua vez, recorre ao capital industrial ou a capital financeiro, formando um ciclo de produção ocorrido sazonalmente. Veja abaixo a figura que melhor expressa este ciclo temporário das terras de várzeas, tendo como principal alvo a monopolização da produção camponesa.

Figura 06 Ciclo de Monopolização de Capitais.



Fonte: Pesquisa de Campo

Observe o ciclo dos camponeses, esta figura constata que o retorno feito pelos camponeses só é realizado através do capital comercial, tendo em vista que este monopólio comercial é amparado pelos dois primeiros monopólios, o industrial ou o financeiro. A indústria é responsável pelo repasse ao comércio de todo material necessário para a realização da produção inclusive alimentos entre safras. O banco também tem as mesmas características, como é mais burocrático, o capital fica restrito ao comércio, mas mesmo assim, repassam o dinheiro do empréstimo aos camponeses.

Os camponeses no final da produção devolvem tudo o que lhe fora atribuído de materiais para a produção, através da renda da terra, ou seja, as fibras, ao capital comercial, e este por sua vez devolve ao industrial e ao financeiro. Na parte industrial o pagamento é feito

com as próprias matérias-primas (juta e malva), já que o interesse da indústria em financiar a produção é a própria matéria-prima. No financeiro, o pagamento é feito pela diferença da compra da fibra dos camponeses e da venda feita a indústria ou a outros comerciantes, lucro suficiente para satisfazer o pagamento do empréstimo ao banco.

4.2 A Cooperativa

Cabe fazer algumas considerações sobre o relacionamento dos camponeses com a cooperativa nas várzeas estudadas. De acordo com o levantamento da pesquisa a cooperativa ainda é algo alocado, de 2.000 (dois mil) camponeses produtores de fibras apenas 189 (cento e oitenta e nove) são cooperados, um fato curioso é que na maioria das entrevistas colhidas, o desinteresse, em participar da cooperativa, é muito grande devido: primeiro, pelo fato de se localizar na cidade; segundo, pela falta de informação e auxílio. Chayanov em sua teoria, apesar de argumentar que a forma da produção camponesa está fora do modo capitalista de produção, vê nas cooperativas as únicas alternativas para introduzir os camponeses no ambiente da industrialização, pois a cooperativa reforça uma função de apoio ao pequeno produtor pela venda de semente, quando não é suficiente a doação do governo, fornece mercadorias a preços justos, diferente do capital comercial que compra pelo preço estipulado pelo governo.

Os argumentos acima citados pelo autor são verossímeis, uma vez que detectados nos camponeses estudados. Os produtores cooperados têm um desenvolvimento em termos de qualidade de vida um pouco acima daqueles que não estão em nenhum tipo de associação. O que falta para o desenvolvimento econômico dos camponeses estudados é estímulo e uma política adequada para a inserção direta deste com o mercado.

Esses desencontros favorecem uma contração ao desenvolvimento da juta e da malva, ocorrendo desde a sua implantação como cultura no Amazonas. A carência tecnológica na

produção é muito grande e isso é o que mais contribui para o desinteresse dos agricultores. As práticas para o cultivo continuam as mesmas de quase há 60 anos. Mesmo permitindo a capitalização para o financiamento de máquinas, o que viria a melhorar as condições de trabalho dos camponeses, este não é suficiente, pois ainda não existe uma máquina capaz de anular a presença do agricultor da água (que é a operação mais árdua). No entanto, de acordo com os técnicos do IDAM, já foi construída uma máquina de descortçar, capaz de fazer o desfibramento das hastes secas, evitando que o camponês fique dentro da água. No entanto, segundo os próprios camponeses: *“nós só ouvimos falar, mas na verdade essa máquina nunca apareceu, e já tá bem com quatros anos que eles vêm falando dessa máquina”*, frase de um camponês da comunidade Ilha do Marrecão.

Além das dificuldades na produção, o fator tecnológico surgira como contribuição para a retração na produção de juta/malva, um produto em substituição a sacaria de fibras vegetais com um custo menor, a sacaria de polipropileno e polietileno, de alta densidade, cujas matérias-primas são obtidas através do craqueamento de petróleo, combinam uma série de propriedades: resistência ao calor, boas características mecânicas e dielétricas, é quimicamente inerte e insolúvel na temperatura ambiente, resistente ao apodrecimento e de ilimitada flexibilidade. São usados nas indústrias automobilísticas, em embalagens, em peças de eletrodomésticos e material médico-cirúrgico. Suas indústrias são caracterizadas pela intensidade do uso do fator capital, apresentando notáveis economias de escalas. O processo produtivo dos sacos sintéticos usa tecnologia mais moderna e de maior produtividade, tanto na fabricação de matéria-prima como na transformação do saco. Isso permite sensíveis economias de mão-de-obra e de escala, com alta produtividade, possibilitando menor custo de transformação industrial.

Todavia, com as questões ecológicas, atualmente a juta/malva ganharam um pouco mais de mercado. Ao ser realizado um estudo comparativo entre a sacaria de juta/malva, segundo SABBA, (1993), são encontradas vantagens e desvantagens em ambos os produtos.

A primeira vantagem de juta/malva apontada pela autora é o alto índice de reutilização, onde o saco pode ser usado até oito vezes sem que perca suas características, bastando simples lavagem, mesmo que sofra avarias, poderá ser costurado. Enquanto os sacos, feitos de material sintético, podem ser usados até duas vezes, quando sofrem avarias é de difícil recuperação. Outra vantagem é que os sacos de fibras naturais são melhores para embalar os produtos agrícolas, pois necessitam de aeração, este processo é facilitado devido a sua composição, o que não ocorre nos sacos sintéticos. Quanto à preservação ambiental os sacos vegetais oferecem considerável vantagem, pois são produtos biodegradáveis.

Já a desvantagem dos sacos naturais está no seu processo de transformação industrial, por apresentar um custo mais alto do que os sacos sintéticos. Isso é verificado devido o uso mais intensivo da mão-de-obra no processamento das fibras vegetais, enquanto que o processo produtivo das fibras sintéticas exige mão-de-obra menos intensa, oferecendo um custo menor e conseqüentemente um preço mais baixo.

Um ponto bastante negativo apontado por SABBÁ (1993) é que a produção do polietileno e do polipropileno a longo prazo tende a elevar-se em virtude do custo do petróleo, pois não é um produto renovável, tornando desta forma a matéria-prima escassa e aumentando assim, o preço das sacarias sintéticas, dando margem aos produtores para ofertarem com melhores preços suas fibras, decorrente de um possível aumento da demanda.

4.3 Características atuais do modo de produção camponesa.

Os camponeses da região estudada destinam toda a sua produção de juta e malva ao mercado local (marreteiros, regatões e cooperativas). No caso da indústria, os camponeses não

têm nenhuma relação direta, uma vez que persiste a existência de comerciantes atravessadores, elos entre produtores e indústrias.

Cabe fazer algumas considerações sobre a situação do modo de produção camponesa.

- Suas terras são próprias, no entanto ainda existe a luta pelo documento de posse.
- As quadras (equivalente entre 3 a 5 ha) plantadas de juta e malva são divididas entre outras culturas, no entanto, do total, apenas uma parcela (equivalente a 50 metros) é destinada à produção das culturas, cabendo ressaltar que a produção dessas culturas não é destinada ao comércio e sim para a subsistência do camponês.
- A mão-de-obra camponesa é familiar, mas em relação às épocas anteriores, o número de filhos vem diminuindo, tal fato justifica a presença do pagamento de mão-de-obra temporária (a diária) que é o equivalente hoje a quinze reais (R\$ 15,00).
- É comum a todos os camponeses acompanharem o ciclo das águas, pois sua produção depende desta, afirmam ainda que tudo está sendo modificado, até mesmo a subida dos rios como afirma um produtor em uma das áreas pesquisadas: *“antes nós colhia a plantação lá pra maio, hoje no mais tardar em março, o rio ta subindo rápido”*. Daí cabe fazer a referência sobre a necessidade de mão-de-obra temporária, pois na época de colheita, é o tempo que mais se utiliza a diária, visto que o rio sobe rápido.
- Quanto as suas ferramentas de trabalho são praticamente comum a todos, não tem acesso a nenhum tipo de tecnologia, e a compra desta é feita no município como afirma o camponês: *“lá a gente compra mais barato”*.
- As sementes são distribuídas pelo governo, tirando a presença do atravessador, mas mesmo assim, não é suficiente para gerar a independência, pois a distribuição de

semente é pouca e muitas vezes são necessárias a presença do patrão. Mas em relação à época anterior esse comportamento já diminui bastante.

- A comercialização da produção é feita com os atravessadores (patrões), porém, essa situação só existe devido à falta de embarcações próprias para levar do comércio até a cidade, ou em outras situações a relação de dependência devido à aquisição de mercadoria durante a safra e até mesmo pós-safra.
- O crédito bancário é muito raro entre os camponeses que afirmam ser muito burocrático e na maioria das vezes o banco pede o documento da terra como garantia e como muitos ainda não têm, impedindo desta forma a relação do camponês com o setor bancário.
- A semente não é produzida nas localidades pesquisadas, eles alegam que o tempo de produção de semente é longo, e as hastes necessitam ser cortadas antes da subida dos rios.

Os pequenos produtores marcam sua produção obtendo essas características citadas, que foram moldadas por colonos japoneses e que ainda perdura até os dias de hoje na forma campesina ou cabocla de produção. Os camponeses caboclos são seres criadores de sua própria existência, que necessitam ser estudados como um grupo diferente, tendo sua própria teoria como afirma Chayanov, diferente da teoria de Lênin e Kaustky que acham que seus modos de produção devem ser aprimorados aos modos de produção do mundo capitalista.

As características dos camponeses amazonenses são ditadas de uma lógica interna de produção, onde a produção é ditada pelas necessidades de consumo da família. Toda a produção, mercantil ou não, visa a satisfação dessas necessidades, assim como o próprio volume de trabalho despendido pela família é regulado pelo número de consumidores e, de nenhuma maneira, pelo número de trabalhadores. (Chayanov, 1974 apud Pinto 1983).

Como podemos observar nos capítulos anteriores as estruturas camponesas a qual nos referimos têm sua mão-de-obra extremamente familiar e o que denomina a quantidade de trabalho é o número de elementos da família, como bem explicitado na teoria de Chayanov apud Abramovay (1998).

O sentido de demonstrar várias teorias sobre campesinato era esclarecer e sustentar a teoria que mais se aproxima com a realidade vivida pelos camponeses caboclos do Estado do Amazonas, especificamente no Município de Manacapuru. Quando nos referimos que a quantidade de trabalho é baseada no número de componentes da família, implicamos dizer que o modo de reprodução do campesinato a qual nos referimos é totalmente familiar, e que o camponês não ostenta o lucro e sim as necessidades da família. Razão pela qual não realizam o ciclo demonstrado por Marx, e sustentado por outros autores como Fraxe, Witkoski e o próprio Chayanov. O ciclo D-M-D', imposto inicialmente por Marx, onde o dinheiro retorna com o adicional, neste ciclo o objetivo é vender para obter lucros, ou seja visando ter aumento de capital. Nos ciclos realizados pelos camponeses o que é determinado não é a forma ampliada de capital e sim a forma ampliada de mercadoria, onde o camponês vende sua mercadoria, para obter dinheiro com o intuito de comprar mais mercadorias para a subsistência da família, ou seja, M-D-M'.

Por outro lado isso poderá ser modificado, se a agricultura camponesa, vier a modificar e superar as diversas formas vigentes de subordinação dentre elas: a dependência do patrão, e anulação com os atravessadores.

Essas subordinações são os principais entraves para o desenvolvimento da agricultura camponesa na produção, pois são responsáveis pela exploração do campesinato a qual retratamos. Mas para que isso aconteça será necessária uma superação quanto ao sistema de crédito, excessivamente burocrático para os pequenos camponeses.

Outro fator que poderá ser modificado está relacionado à distribuição de sementes, que vêm em quantidade não muito satisfatória aos produtores; o motivo decorre do Amazonas ser o principal produtor de fibras do Brasil e não produzir sementes. A indução a produção de sementes talvez melhorasse a capacidade de produzir fibras com mais intensidade, e talvez despertasse o interesse do camponês de obter lucro na sua produção, extinguindo a posição apenas de subsistência.

CONCLUSÕES

Procuramos demonstrar a juta e a malva como alternativa para um desenvolvimento rural local das várzeas produtoras das fibras no Município de Manacapuru. A importância de ainda desenvolver a atividade, mesmo tendo alguns percalços, deve-se à crescente demanda que prevalece sobre sua significância de um produto sustentável.

Embora apresente possibilidades de desenvolvimento através de sua sustentabilidade, à produção de fibras vegetais ainda é muito restrita, baseado ainda no modelo de subsistência. Tratamos aqui sobre formas como é regida a produção e indicamos as características para a criação do camponês, indivíduo responsável pela produção no qual tratamos aqui.

A existência do campesinato hoje é discutida por várias teorias, uma delas chega a concluir que a extinção desse grupo favoreceria a criação do outro, o agricultor familiar. A extinção do camponês, ou sua integração com o mercado é explicado através do modo de produção capitalista, no qual é destacado que o camponês é sujeito social criado de dentro do capitalismo, através da generalização das relações de produção especificamente capitalista no interior da produção. Outra teoria apresentada foi à modernização da classe extinta (campesinato) transformando-a em empresa capitalista. Para essa linha de pensamento a persistência de relações não-capitalista de produção no campo é entendida como resíduo em via de extinção. Outra teoria apontada é que o processo de penetração capitalista no campo se daria por três etapas: a primeira seria a separação do camponês, tornando-se produtor individual; a segunda, seria a economia e mercado, com a separação da indústria rural e a agricultura e a terceira e última proposta dessa linha de pensamento é a separação do produtor

dos meios de produção com sua conseqüente proletarização e a implantação final das suas formas capitalista de produção. Foi extremamente fácil para outros autores demonstrar que essas previsões sobre o campesinato na sua maior parte, não se concretizaram.

Neste trabalho as questões teóricas não se limitaram a demonstrar somente as idéias marxistas. Os estudos dos camponeses amazonenses se aproximaram de duas vertentes teóricas que favorecem o desenvolvimento e a existência do campesinato, nas quais foram muito enfatizadas nesse trabalho.

Essas vertentes procuraram demonstrar que a economia camponesa pode ser objeto de um conhecimento racional e positivo. Chayanov e Tepicht, apud Abramovay (1998) os autores dessas vertentes demonstram a unidade e a identidade do campesinato, no qual a luta pela sua emancipação social seja respeitada e valorizada; no entanto, tem perfeita consciência de que por mais importante que seja a caracterização do camponês como forma estável, esta tende irrefreavelmente à transformação e no limite à extinção. Por essas preocupações é que essas vertentes concentram sobre as formações de cooperativas, estimulando dessa forma a modernização da produção camponesa, isso é fato, diagnosticamos na pesquisa que os camponeses integrados a uma cooperativa estão em uma condição econômica mais moderna.

O camponês na visão de Chayanov e Tepicht é um sujeito criando a sua própria existência, a disponibilidade de terra, o mercado e o padrão tecnológico são fatores que servem de montagem para seu objetivo econômico, resumidamente demonstrado sobre a lei básica de balanço entre consumo e trabalho. O único fator que não se enquadra sobre a teoria de Tepicht e Chayanov nos camponeses estudados é o fator tecnológico. O padrão tecnológico para os camponeses estudados é nulo, talvez daí surja o fato do desenvolvimento apontado por Chayanov não ser diagnosticado em nossos estudos, mas isso não significa que a teoria não se aplica, ao contrário o que é diagnosticado é a luta pela existência, e o trabalho para o consumo

é o volume de atividade familiar dependendo do número de consumidores e de maneira nenhuma do número de trabalhadores. O valor que a família atribui a seus esforços é que explica o volume de atividade econômica. A família como resultado do seu ano de trabalho recebe uma renda do trabalho único e pondera seus esforços relativamente aos resultados materiais obtidos; o que determina o comportamento do camponês não é o interesse de cada um indivíduo que compõe a família, mas sim as necessidades decorrentes da reprodução no conjunto familiar e esse é o que ocorre com os camponeses estudados.

Na metodologia proposta o resultado obtido foi muito satisfatório. Os dados de produção de juta e malva desde a época de aclimação na Amazônia foram objetos de compreensão e descobrimento e que nos ajudou a desenvolver a análise do ontem e do hoje das fibras na Amazônia, em específico na área de várzea no município de Manacapuru. Diagnosticamos que as práticas entre patrões e fregueses continuam as mesmas, mas com menos intensidade, não como uma situação de escravidão como era antes, e sim como uma situação de escolha.

A sujeição do camponês às diferentes formas de capital permanecem, mas podemos apontar que mudanças estruturais ocorreram nos últimos dez anos. Nessas mudanças estruturais podemos citar a atuação freqüente do Estado sobre a distribuição de sementes e a preocupação de regularização de fixação de preço mínimo. O município de Manacapuru não está longe de um desenvolvimento endógeno, isto é, a dinâmica econômica ocorrida de um desenvolvimento de baixo para cima, podemos citar a própria produção de juta e malva como exemplo para essa afirmação, levando vantagem sobre em ser o principal município produtor do Brasil. Diante dessa vantagem fazer uso do potencial é gerar o desenvolvimento endógeno podendo ser alocado entre os camponeses que produzem as fibras, gerando o desenvolvimento local.

A juta e a malva têm amplas possibilidades de serem inseridas nestes processos acima citados. A principal perspectiva está na substituição total de sacaria plástica por sacaria vegetal fazendo a demanda aumentar e o desenvolvimento passe a ser gerado entre os camponeses.

A forma de organização camponesa enfatiza principalmente os sistemas de troca de mercadorias por mercadorias com mão-de-obra estritamente familiar, levando em conta que a relação com o capital comercial só se faz necessária para satisfazer as necessidades dos camponeses. Cabe salientar que as relações camponesas com as outras diferentes formas de capital seriam mais vantajosas se inexistisse a presença de comerciantes marreteiros, atravessadores, regatões, os principais responsáveis pela pobreza dos camponeses e a apropriação de excedentes gerados por eles

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992. 275 p

AMARAL, Jorge Luiz Amaral de Moraes. **Capital Social: Potencialidades dos fatores locais e políticas públicas de desenvolvimento local/regional**. Rio Grande do Sul: UNISC, 2003. 263-281 p

BARQUEIRO, Antonio V. **Desenvolvimento Endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: FEE/UFRGS, 2002. 275 p

BARBETA, Pedro Alberto. **Estatística Aplicada as Ciências Sociais**. UFAM/UFSCAR, Santa Catarina, Ano:?

BRAGA, Okiro de Senna. **Cultura e Beneficiamento de Juta**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1945.42 p

BRASIL, Bonfim Ronaldo. **As fibras sintéticas e o futuro da economia da juta**. Rio de Janeiro: SUDAM, 1968. 80 p

BENCHIMOL, S. **Amazônia um pouco Antes e Além Depois**. Manaus. Editora Calderaro, 1977.

BIBLIOGRAFIA DA JUTA: **Corchorus Capsularis L. Colitorius. L.** Brasília: Departamento de Informação e documentação, 1980. 113 p.

BIBLIOGRAFIA DA MALVA, Brasília: Departamento de Informação e documentação, 1980. 64 p.

CEPAL, **Desarrollo Económico Local y descentralización: aproximacion a un marco conceptual**. Santiago-Chile, 2000. 39 p

CONAB, Setor de Apoio e Logística. **Pesquisa de Preço Semanal**, 2008

CRUZ, Manuel de J.M. **A Territorialização Camponesa na Várzea Amazônica**. São Paulo: Tese de Doutorado, 2007. 260 p

DEMPSEY, James M. **Juta**, Manaus: Codeama, 1965, 50 p

FRAXE, Terezinha J. P. **Homens anfíbios: etnografia de um campesinato da águas** – São Paulo: Annablume, 2000. 192 p

FAGUNDES, Maria Helena Fagundes. **Sementes de Juta e Malva: algumas observações**- Outubro de 2002.

FERGUSON, C. E. **Microeconomia**, 20 edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária Editora, 1999.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama, **A imigração japonesa na Amazônia (1915-1945)**. Trabalho apresentado ao Congresso de Economia e Sociologia Rural. Aracaju-SE: Anais, Brasília SOBER, 1996. 15-137 p

_____ **A civilização da juta na Amazônia: expansão e declínio**. Trabalho apresentado ao Congresso de Economia e Sociologia Rural. Curitiba-PR: Anais, Brasília SOBER, 1995. 509-531 p

IBGE, **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: 2007. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em março de 2008

IBGE, **Programa Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro: 2007. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/sidra>. Acesso em dezembro de 2007

JUNQUEIRA, Marcílio Reis de Avelar, *Desarrollo y perspectivas de la estructura económica Del yute em Amazonas*. Bogotá: Instituto Interamericano de Desarrollo Rural Reforma Agrária. Bogotá: 1972. 208 p (Dissertação de Mestrado)

LAMARCHE, Hugues. Tradução: Frédéric Bazin: **A Agricultura Familiar: do mito à realidade**. São Paulo: Unicamp, 1998. 348 p

LIMA, Vivaldo. **A juta como riqueza econômica da Amazônia**. Manaus: Imprensa Pública, 1938. 79 p

LENIN, V. I O **El Desarrollo Del Capitalismo na Russia**. México, Ediciones de Cultura Popular, 1977

MARX, Karl. **O Capital: a economia política: o processo global da produção capitalista**. Tradução: Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 335 p

MANACAPURU, Plano Operativo de Unidade Local . **Dados Sócio-Econômico do Município de Manacapuru**. Instituto de Desenvolvimento Agropecuário, 2007

MARTINS, José de Souza. **A Imigração e a Crise no Brasil Agrário**. São Paulo, Pioneira, 1973

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: limites do passado e os caminhos para o futuro. Revista Estudos Avançados. São Paulo: USP, v.16, n43, 2001 83-100 p

NODA, Sandra. **As relações de trabalho na produção amazense de juta e malva**. São Paulo: 1985. (Dissertação de Mestrado) Esalq-Usp 136 p

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1990. 88 p

_____ **A Agricultura Camponesa no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1997. 167 p

PAULINO, Eliane Tomiase

PINTO, Ernesto Renan M. F. **Os trabalhadores da juta: estudo sobre a constituição da produção mercantil simples no médio Amazonas**. Porto Alegre: UFRS, 1982.

PINTO, José Maria. **Aspectos Econômicos da juta na Amazônia**. Manaus: Inpa: 1966. 69 p

PINDYCK, Robert. RUBFELD, Daniel. **Microeconomia**. São Paulo: Makron Books Editora, 1994.

POETZSCHER, Julia. **A juta no Brasil e no Mercado Mundial**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940. 139 p.

SABBA, Jéssica. **O quadro do sistema de Juta/Malva e suas possíveis alternativas de soerguimento**. UFAM. Manaus (Monografia de conclusão de curso), 1993.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia do Século XXI**, Rio de Janeiro: Record, 2005. 905 p.

SANTOS, José Vicente Tavares. **Colonos do Vinho: Estudo sobre a Subordinação do Trabalho Camponês ao Capital**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1978. 182 p

VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento Rural: O Brasil precisa de um projeto**. USP, 1999.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terras, florestas e água de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. Manaus, Edua, 2007.

APÊNDICE

DADOS SÓCIO-ECÔNOMICO DO MUNICÍPIO DE MANACAPURU¹²

I- Aspectos Físicos e Geográficos:

Localização: Situado na 7ª Sub-Região do Rio Negro

Limites: Iranduba, Manaquiri, Beruri, Anamã, Caapiranga e Novo Airão

Área Territorial: 7.335 Km²

Distância da sede Municipal para Manaus: Em linha reta 68 km, Via fluvial 88 km

Festas Religiosas: Festa de São Sebastião (20 de Janeiro), Festa de São Lázaro (11 de Fevereiro), Festa de Santo Antônio da Terra Preta (13 de Junho), São Pedro do Miriti (29 de Junho), São Francisco (sede, 4 de outubro), Círio de Nazaré (sede, 28 de outubro), Festa de Nossa Senhora da Conceição (localidade de Conceição, 8 de dezembro)

Festas Populares: Festa do Maracujá (25 de maio) Aniversário da cidade (16 de Julho), Feira Industrial de Manacapuru (2ª quinzena de julho), Festa da Ciranda (último final de semana do mês de agosto).

Santo Padroeiro: Nossa Senhora de Nazaré

Rios Principais: Solimões e Manacapuru

Povos Indígenas: Etnias Apurinã, Ticuna e Sateré-Mawe

Clima: Tropical chuvoso e úmido

Temperatura: Máxima de 30, 9°C, Mínima de 23 °C Média de 26 °C.

¹² Estes dados tem como referência o Plano Operativo do Município de Manacapuru de 2007 realizado pelo Idam, foram organizados com o objetivo de complementar o sub-capítulo do presente estudo, referente aos dados históricos, geográficos e econômicos do Município de Manacapuru.

II- Aspectos Populacionais

Número de Comunidades Existentes: 235

População Urbana: 48.970 habitantes

População Rural: 34.350 habitantes

Total de 83.320 habitantes

III- Aspectos Infra-Estruturais

Transporte Aéreo: Não

Transporte Rodoviário e Fluvial: Sim

IV- Aspectos Econômicos

Produção Vegetal: Olericultura, Fruticultura, Grãos, Culturas Industriais e Sistema Agroflorestais.

Fruticultura:

A Fruticultura já tem sua importância assegurada na economia do município. As culturas que mais se destacam na terra firme é o cupuaçu, banana, maracujá, laranja, limão, açaí, pupunha, coco, e na várzea, temos o maracujá e mamão que se concentram mais nas restingas da Costa do Ajartuba, Costa do Marrecão, Costa do Canabuoca e Costa do Arapapá.

O Cultivo do cupuaçu é o que mais tem apresentado problema devido a vassoura de bruxa e a broca. Práticas como: seleção de material de qualidade para produção de mudas, controles da vassoura e da broca, ainda é feita de forma incipiente, nem todos os agricultores familiares manejam a cultura de forma recomendada. A cultura do maracujá na terra firme teve um grande impulso com a presença de empresários que tem investido na região, utilizando

sistema de irrigação. A citricultura obteve um considerável avanço no que diz respeito ao aumento da área plantada. A fruticultura na várzea, principalmente mamão e maracujá, mesmo sendo seu plantio de grande risco devido o regime das águas na região ela é importante na atividade econômica dos camponeses das localidades acima citada. A banana, apesar da política de distribuição de mudas oriunda da cultura da tecido feita pelo governo do Estado, ainda não se firmou no uso e costume do nosso povo, a qualidade (sabor) de seus frutos são baixa aceitação pelo consumidor. O açaí cultivado, não tem apresentado uma produção satisfatória economicamente desejada, já a coleta do açaí nativo, representa uma importante renda extra na atividade agrícola do camponês.

Olericultura

O Município de Manacapuru produz todos os anos, uma boa produção de olerícolas, a maior parte dessa produção é proveniente das várzeas, mas, é cultivada também no ecossistema terra firme. A comercialização da produção oriunda da várzea é feita através de atravessadores que levam para o mercado de Manaus, já que o mercado consumidor local não é suficiente para absorver o produto. A produção de terra firme é pequena e não consegue atender o mercado consumidor local, nesse período muitos produtos olerícolas vem de Manaus.

A produção em cultivo protegido é uma das saídas para se ter uma oferta maior e melhor, mas os poucos que tentaram, tiveram vários problemas e abandonaram a atividade. Temos no município a Feira do Produtor que toda a quinta e sexta-feira funciona como um entreposto de venda, tanto para o consumidor quanto para o atravessador, e conta com a presença de mais de 60 agricultores familiares (camponeses) onde comercializam principalmente a melancia, repolho, pimentão, pimenta doce, pepino, tomate, alface e maxixe, coentro, cebolinha, chicória e abóbora. As variações obedecem ao ciclo das safras.

Culturas Alimentares

Predomina no Município principalmente nas áreas de terra firme o cultivo de mandioca para a fabricação de farinha, por tratar-se de uma cultura não muito exigente quanto à fertilidade de solo e tratos culturais é cultivada pelos agricultores familiares com pouca tecnologia, utilizando cultivares de baixa produtividade e sem a utilização de insumos. O produto final, ou seja, a farinha que é comercializada muitas vezes possui um péssimo padrão de qualidade, atingindo também um baixo preço de mercado.

O milho é cultivado em sua maior totalidade nas áreas de várzea que, graças ao seu alto grau de fertilidade natural, proporciona aos produtores um custo de produção bastante reduzido, sem emprego de fertilizante e pouco uso de inseticida, a comercialização é feita principalmente venda de espigas ainda verde, pois além da precocidade na colheita atingem melhor cotação no mercado.

O Feijão *Vignal* é cultivado em pequena escala tanto por produtores de várzea como de terra firme para o consumo familiar, o excedente é comercializado na feira do produtor mais sem muita expressividade, uma vez que o consumidor da preferência para o feijão da variedade *Phaseolus*. Por falta de tradição e pela concorrência com arroz de melhor qualidade produzido em outros estados o cultivo se restringe a pequenas áreas com uma produção inexpressiva.

Culturas Industriais

A juta e a malva até o final da década de 80 ainda eram consideradas a economia mais importante para o Estado do Amazonas, relatado no capítulo II deste trabalho. No Município de Manacapuru ainda é expressiva a produção industrial de juta e malva na fabricação de sacos. A reativação do cultivo de juta e malva deve-se principalmente a exigência do mercado internacional por sacarias de fibra. O Governo do Estado através da política de distribuição

de sementes gratuitas e do subsídio foi quem garantiu o sucesso de reativação. O município de Manacapuru, maior produtor de fibras do Estado voltou a ter sua economia mais forte.

Produção Animal

A exploração de Bovinocultura de corte tem boa expressão econômica no município. A bovinocultura de leite começa a apresentar um novo perfil, saindo daquela praticada em pequena escala para fins de venda de leite *in natura* e fabricação de queijo caseiro, para aquela cuja produção leiteira é destinada à agroindústria de laticínios. Esta atividade econômica começa também a apresentar um sensível melhoramento genético principalmente das raças leiteiras, fato esse constatado pela aquisição de animais durante a Feira Agropecuária onde os médios pecuaristas com acesso ao crédito têm desenvolvido a atividade em bases empresariais. Já os pequenos pecuaristas que são a maioria, têm avançado no manejo de seus rebanhos principalmente na questão de vacinação de seus rebanhos. Continuam com seus velhos problemas de limitações na expansão de seus empreendimentos devido a legislação restritiva, aliada a dificuldade de acesso ao crédito. A criação de pequenos animais em escala comercial ainda é pequena no município, porém já existem criadores de ovinos e caprinos que estão desenvolvendo essa atividade com razoável técnica de manejo. A suinocultura é meio rudimentar, apenas um produtor dá tratamento mais técnico a sua criação, nos demais a criação é totalmente rústica.

Avicultura

A prática da avicultura é pouco desenvolvida no município, sendo restrita a pequenas criações de fundo de quintal com animais sem raça definida e duas granjas de pequeno porte com aves de postura.

Apicultura e Meliponicultura

A Apicultura ainda é incipiente, apenas um agricultor familiar atua nessa atividade, já Meliponicultura, começa a apresentar uma alternativa de renda ao agricultor. A Afloram, durante sua atuação no Município, fizeram um bom trabalho nessa área, hoje existe espalhado em várias localidades mais de 500 (quinhentas) colméias.

Psicultura

A infra estrutura de criação de peixes intensiva, semi-intensiva e extensiva é de 46 viveiros com 71, 2 ha de área inundada em 22 propriedades do município. A criação de peixe em tanques redes e gaiolas artesanais é uma realidade que cada vez mais se consolida. A demanda de projetos de financiamentos de criação de peixes em tanques redes, gaiolas e em canais de igarapés tem crescido no município, mas os custos elevados desse empreendimento e a falta de documentação da terra têm limitado sua implementação. A psicultura é uma atividade promissora, em franca expansão, existe uma fábrica de ração balanceada para peixe e um projeto intensivo para a criação de tambaqui em área de 10 ha de viveiros escavados. A presença dessa fábrica tem dado significativo impulso na atividade no município.

Agroindústria

O município dispõe de uma indústria de beneficiamento de polpa de frutas situada na estrada Manoel Urbanmo, a 24 km da sede, e mais 08 pequenos industriais instalados na sede do município, dispõe ainda de uma fábrica de fécula, hoje desativada. As agroindústrias existentes absorvem 30% da produção local de frutas, como: cupuaçu, abacaxi, goiaba, graviola, manga, açaí, maracujá, camu-camu, acerola e outras

ANEXOS

ANEXO I

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Nome:

Localização:

1. Propriedade

- Própria
 Arrendada

1.1. Área do terreno? 0,5 ha 1 ha 2 ha 3 ha 4 ha 5 ou mais

1.2. Área plantada de juta/malva? 0,5 ha 1 ha 2 ha 3 ha 4 ha 5 ou mais

1.3. Área plantada de outros produtos? Quais?

5 ha 1 ha 2 ha 3 ha 4 ha 5 ou mais. Qual produto? _____

1.4. Tempo de permanência no terreno?

1 ano 2 anos 3 anos 4 anos 5 ou mais _____

1.5. Tempo de permanência na atividade da produção de juta/malva?

1 ano 2 anos 3 anos 4 anos 5 ou mais _____

2. Mão-de-obra

Familiar. Quantos? _____

Terceirizada. Quantos? _____

2.1 De sua família quantas pessoas lhe ajudam com a produção de juta/malva?

1 2 3 4 5 ou mais _____

2.2. Qual o tempo em que mais necessita de mão-de-obra terceirizada e qual a fase da produção que mais necessita?

_____/_____

2.3. De quantas pessoas necessita para produzir 1 ha de juta/malva?

1 2 3 4 5 ou mais _____

3. Produção

3.1 Quais as ferramentas de trabalho que o Sr. (a) utiliza no para produção de juta/malva?

Machado Terçado Arado Polvilhadeira ou pulverizado

Enxada Tico-tico Canoa Foice de Cortar Outros _____

3.2 De quem o Sr (a) compra essas ferramentas?

Patrão Regatão Cooperativa Comércio na Cidade Fabrica
 Outros _____

3.3 Já existe algum instrumento que o Sr. (a) conhece que melhore na produção?
 Sim Não

3.4 Se fosse inventar algum instrumento para melhorar no trabalho com a juta/malva que instrumento inventaria?

3.5 Quem forneceu a semente na última safra?

Governo Cooperativa Patrão Regatão Comércio Outros _____

3.6 Quanto lhe custou o kg da semente?

R\$ 1 R\$ 2 R\$ 3 R\$ 4 R\$ mais de cinco fornecida pelo governo

3.7 Por que o Sr (a) não produz a sua semente?

3.8 Em que mês o Sr (a) começa a planta a juta/malva?

Juta _____/Malva _____

3.9 Por que nesse mês?

4. Qual mês o Sr (a) começa a corta as haste da juta/malva?

Dezembro Janeiro Fevereiro Março

4.1 Qual o mês o Sr (a) começa a fazer o enfardamento?

Dezembro Janeiro Fevereiro Março Abril Maio

4.2 Para quem o Sr (a) vende a sua produção?

Governo Cooperativa Indústria Patrão Comércio
 Outros _____

4.3 Para quem é mais lucrativo?

Governo Cooperativa Indústria Patrão Comércio
 Outros _____

4.5 Quanto de renda a juta/malva traz para a família?

4.6 Por que o Sr (a) está trabalhando com juta/malva?

4.7 Existe algum programa de crédito do governo que o Sr (a) conhece?

Sim. Qual? _____ Não

4.8 O Sr (a) tem acesso a algum crédito bancário?

4.9 Quantos hectares o Sr (a) plantou de juta/malva ano passado?

Não plantou 0,5 ha 1 ha 2 ha 3 ha 5 ha ou mais. Quantos? _____

5 Quantos ha o Sr (a) plantou de juta/malva este ano?

() Não plantou () 0,5 ha () 1 ha () 2 ha () 3 ha () 5 há ou mais. Quantos?_____

6. Quantos kgs o Sr (a) tirou da área plantada?

7. O que houve para não ter tirado a quantidade certa da área plantada?

() Enchente () Praga na Plantação () Não teve mão-de-obra suficiente
() Outros_____

8. Quantos kgs o Sr (a) colheu de 1 ha ?

9. Antes de preparar o terreno, em que fatos o Sr (a) põe atenção para decidir a quantidade plantada? Que fatores animam ou desanimam o Sr (a) plantar mais ou menos?

10.Qual é o preço que o Sr (a) paga para uma pessoa lhe ajudar diariamente?

11. Qual o tempo de duração por 1 ha ?

Atividade	Dias	Meses
Roçado	()	()
Plantação	()	()
Cortar as hastes	()	()
Afogar	()	()
Desfibrar	()	()
Secagem	()	()
Enfardamento	()	()

12. Quanto tempo o Sr (a) trabalha com a juta/malva?

() 1 ano () 2 anos () 3 anos () 4 anos () 5 anos ou mais _____

13. Que meios de transporte o Sr (a) utiliza para vender a sua mercadoria?

() Não utiliza eles vem pegar na porta () Canoa () Animal () Motor
() Outros_____

14. De quem é a propriedade do meio de transporte?

() Próprio () Alugado () Empréstado

15. O Sr(a) pode aponta alguma mudança importante que fez na maneira de trabalhar com a juta, implantou uma máquina na produção, ou continua no mesmo trabalho desde quando começou?

16. Qual o benefício que esta mudança lhe causou?

() Aumentou a produção () Diminuiu o trabalho () Colheu mais rápido
() Diminui o esforço físico () Outros

17. O que mais lhe desagrada com o trabalho com a juta?

() Trabalho duro e ruim para a saúde () Não tem lucro () Outros_____

18. Por que o Sr. não sai da plantação da juta/malva?

- Por que não tem outra coisa melhor para manter a família
- Tem mercado garantido
- Por que já está acostumado e conhece o trabalho

19. Quais as operações mais pesadas com o trabalho com a juta?

20. Comercialização

20.1 Desde que o Sr. (a) entrou na atividade, quem lhe comprou a maior parte das safras?

- Governo Cooperativa Indústria Patrão Comércio
- Outros _____

21.1 O Sr. (a) já sabe para quem vai vender este ano?

- Patrão Regatão Cooperativa Comércio Governo Outros _____

22. O Sr (a) sempre procura vender a sua produção para o mesmo comprador? Por que?

23. O comprador mora aqui ou na cidade?

- Urbana Rural

24. Quando é que o Sr (a) compromete a sua produção para o comprador?

- Antes do preparo do terreno Antes do Plantio Durante o crescimento Antes do corte Quando o produto está enfardado e pronto para a venda
- Outros _____

25. Quando a sua produção é financiada, que acordo faz em relação a quantidade de produção que o Sr (a) deve entregar?

- Pela quantidade de semente que o Sr (a) recebe
- Pela área desmatada do roçado
- A base de número de kgs/ha
- Pelo valor do financiamento
- Outros

26. O Sr (a) sabe qual o preço mínimo desta safra?

- Sim. Qual? _____ Não

27. Qual seria o valor para cobrir suas despesas?

- R\$ 1,50 R\$ 2,00 R\$2,50 R\$3,00 R\$ 3,50

29. Quantas vezes o Sr (a) já recebeu o crédito para plantação de juta/malva?

- Nunca recebeu. Por que? _____ Uma Duas Três Outros _____

30. Quem lhe informou sobre o crédito?

- Vizinho Familiares Rádio Passaram oferecendo

31. Qual é o Banco que dá o financiamento?

32. O Sr (a) sabe dizer qual o financiamento que este banco dá para cada ha?

33. O financiamento do Banco dá para pagar as despesas de produção e obter o lucro, ou é pouco?

34. Em que coisas o Sr (a) utiliza normalmente o crédito bancário?

- Compra de sementes
- Compra de ferramenta para trabalho
- Pagamento de mão-de-obra do roçado
- Melhoria da Casa
- Compra de alimentos

35. O Sr (a) já ouviu falar alguma vez sobre financiamento de máquinas para a produção de juta/malva?

ANEXO II. 1. COMUNIDADES E ASSENTAMENTOS EXISTENTES EM TERRAS DE VÁRZEAS NO MUNICÍPIO DE MANACAPURU ASSISTIDOS PELA UNLOC

Comunidades	Localização	Nº de Famílias		Ecossistema		Principais Atividades
		Existente	A assistir	Várzea	Terra Firme	
Lírio do Vale	Costa do Paratari	31	25	x		Mandioca, Malva, Milho, Feijão, Maracujá
Santa Ana	Costa do Laranjal	60	5	x		Fruticultura, Olericultura, Mandioca
São Francisco	Costa/Ramal do Arapapá	68	30	x		Mamão, maracujá e banana
Nossa Senhora de Fátima	Costa da Bela Vista	46	15	x		Fruticultura, Olericultura, Mandioca
Santo Afonso	Ilha do Santo Afonso	54	40	x		Mandioca, Malva, Milho, Melancia e Hortaliças
Boa Esperança	Paraná do Castanho	8	8	x		Milho, Hortaliças, Pesca (maioria reside em flutuantes)
São Francisco do Branco	Ramal do Acajatuba	68	10	x	x	Fruticultura, Olericultura
Nossa Senhora do Livramento	Lago do Paru	43	7	x	x	Avicultura, Mandioca, Fruticultura
São José	Lago do Calado	16	5	x	x	Mandioca, Fruticultura
São Francisco	Costa do Marrecão I	22	15	x		Mandioca, Malva, Grãos
São Sebastião/Santa Izabel	Costa do Marrecão II	52	25	x		Mandioca, Malva, Grãos
São Raimundo/Vila Soares	Costa do Marrecão III	34	20	x		Mamão, Maracujá, Mandioca, Malva e Grãos
Bons Amigos/Adventista do 7 dia	Costa do Marrecão III	21	15	x		Mamão, Maracujá, Mandioca, Malva e Grãos
Divino Espírito Santo	Costa do Marrecão IV	53	25	x		Mamão, Maracujá, Mandioca, Malva e Grãos
São Raimundo	Ramal Nova Esperança/Calado II	37	10	x		Mandioca, Fruticultura
São Francisco do Parauá	Costa do Parauá/Rio Solimões	19	10	x		Mamão, Maracujá, Mandioca, Malva e Grãos
Assembléia de Deus do Parauá	Boca do Paraná do Parauá	10	5	x		Mandioca, Malva, Grãos
Divino Espírito Santo	Lago do Cururu	35	15	x		Mandioca, Malva, Grãos
São João	Lago do Cururu	35	15	x		Mandioca, Malva, Grãos
São Francisco	Lago do Cururu	14	10	x		Mandioca, Malva, Grãos
Nossa Senhora da Conceição	Costa do Canabuoca I	21	10	x		Mandioca, Malva, Grãos
Fé em Deus	Costa do Canabuoca I	17	10	x		Mandioca, Malva, Grãos
Pentecostal Unida do Brasil	Costa do Canabuoca I	20	10	x		Mandioca, Malva, Grãos
Cristo Rei	Costa do Canabuoca II	15	10	x		Mandioca, Malva, Grãos
São Francisco de Assis	Costa do Canabuoca II	47	15	x		Mandioca, Malva, Grãos
São Francisco de Canidé	Costa do Canabuoca II	14	10	x		Mandioca, Malva, Grãos
Assembléia de Deus/Nova Canaã	Costa do Canabuoca II	13	5	x		Mandioca, Malva, Grãos
Cristo Ressuscitado	Costa do Canabuoca III	30	20	x		Mandioca, Malva, Grãos
São Francisco	Irapajé I - Rio Manacapuru	15	5	x		Mandioca
Rainha dos Apóstolos	Costa do Ajaratubinha	52	24	x		Maracujá, Mamão, Macaxeira, Mandioca, e Grãos
Nossa Senhora da Conceição	Costa do Ajaratuba I	28	12	x		Maracujá, Mamão, Macaxeira, Mandioca, e Grãos
Peniel	Costa do Ajaratuba I	18	12	x		Maracujá, Mamão, Macaxeira, Mandioca, e Grãos
São Francisco	Costa do Ajaratuba II	26	12	x		Maracujá, Mamão, Macaxeira, Mandioca, e Grãos
Divino Espírito Santo	Costa do Ajaratuba III	22	12	x		Maracujá, Mamão, Macaxeira, Mandioca, e Grãos
Monte Horebe	Costa do Ajaratuba III	27	12	x		Maracujá, Mamão, Macaxeira, Mandioca, e Grãos
Jardim do Éden	Costa do Ajaratuba III	19	12	x		Maracujá, Mamão, Macaxeira, Mandioca, e Grãos

Fonte: IDAM, Plano Operativo Unidade Local de Manacapuru, 2007

2. COMUNIDADES E ASSENTAMENTOS EXISTENTES EM TERRAS DE VÁRZEAS NO MUNICÍPIO DE MANACAPURU NÃO ASSISTIDOS PELA UNLOC

Comunidades	Localização	Nº de Famílias		Ecossistema		Principais Atividades
		Existente	A assistir	Várzea	Terra Firme	
É Lazáro	Paraná do Paratari	19		x		Mandioca, Malva, Grãos
Novo Esporte	Paraná do Paratari	16		x		Mandioca, Malva, Grãos
Nossa Senhora da Conceição	Paraná do Paratari	36		x		Mandioca, Malva, Grãos
Divino E. Santo/Sempre Viva	Paraná do Paratari	41		x		Mandioca, Malva, Grãos, Frut.
S. Sebastião/Assentamento	Ilha do Marrecão/Lago das Mulheres	28		x		Mandioca, Malva, Grãos
São José Operário	Ilha do Marrecão/Lago do Boné	16		x		Mandioca, Malva, Grãos
São Pedro	Ilha do Marrecão	13		x		Mandioca, Malva, Grãos
Evangélica Betânia	Ilha do Supiá	35		x		Mandioca, Malva, Grãos
Nova Canaã	Ilha do Paratari	30		x		Mandioca, Malva, Grãos
Advenstista Maranata	Ilha do Paratari	30		x		Mandioca, Malva, Grãos
Menino Jesus	Ilha do Paratari	15		x		Mandioca, Malva, Grãos
Divino Espírito Santo	Ilha do do Arraia II	9		x		Mandioca, Malva, Grãos
São Lázaro	Paraná do Periquito	44		x		Mandioca, Malva, Grãos
Novo Paraíso/Batista Missionária	Paraná do Periquito	16		x		Mandioca, Malva, Grãos
Sagrado Coração de Jesus	Paraná do Periquito	21		x		Mandioca, Malva, Grãos
Maranata	Paraná do Periquito	21		x		Mandioca, Malva, Grãos
Vila Sião	Paraná do Iauara	33		x		Mandioca, Malva, Grãos
São Pedro	Paraná do Guariba	8		x		Mandioca, Malva, Grãos
Nossa Senhora de Nazaré	Paraná do Guariba	18		x		Mandioca, Malva, Grãos
Betel	Paraná do Guariba	15		x		Mandioca, Malva, Grãos
Novo Oriente	Costa do Guariba	19		x		Mandioca, Malva, Grãos
Sagrado Coração de Jesus	Ilha do Ajaratuba	80		x		Mandioca, Malva, Grãos
Monte Moríá	Ilha do Ajaratuba	21		x		Mandioca, Malva, Grãos
São João Batista	Paraná do Tuiué	10		x		Mandioca, Malva, Grãos
São Sebastião	Costa do Tuiué	23		x		Mandioca, Malva, Grãos
Corpo de Cristo	Ressaca do Tuiué	39		x		Mandioca, Malva, Grãos
N. Sra. P. Socorro	Ilha do Arraia I	15		x		Mandioca, Malva, Grãos
São José	Ilha do Linda Nova	46		x		Mandioca, Malva, Grãos
Santa Luzia	Ilha Linda Nova	36		x		Mandioca, Malva, Grãos
São Raimundo	Costa do Arapapá	36		x		Mandioca, Malva, Grãos
Menino Deus	Costa do Paratari	24		x		Fruticultura, Macaxeira e Oler.
Rainha dos Apóstolos	Costa do Ajaratubinha	119		x		Fruticultura, Macaxeira e Oler.
Nossa Senhora de Nazaré	Costa do Paratari	51		x		Fruticultura, Macaxeira e Oler.
São Sebastião	Ilha do Marrecão	28		x		Malva
Santa Izabel	Jaiteua de Cima	10		x		Malva, Mandioca

N. Sra. P. Socorro	Jaiteua de Cima	25	x	Malva, Mandioca, Banana
Nova Esperança	Jaiteua do Meio	7	x	Malva, Mandioca
Santo Antonio	Jaiteua de Baixo	11	x	Malva, Mandioca
Bom Pastor/Assemb. De Deus	Jaiteua do Meio	17	x	Mandioca
Cristã da Assembléia de Deus	Jaiteua de Cima	50	x	Mandioca
São Raimundo	Jaiteua de Cima	23	x	Mandioca
Laguinho I/São Lázaro	Paraná do Anamã	17	x	Mandioca/Fruticultura
Reserva do Piranha	Lago do Piranha	72	x	Mandioca/Fruticultura
São Lázaro II	Paraná do Anamã/Laguinho	16	x	Mandioca/Fruticultura
Cristo Salvador	Paraná do Cabaleana	17	x	Mandioca/Malva/Juta/Milho
Cristo Única Esperança	Paraná do Cabaleana	21	x	Mandioca/Malva/Juta/Milho
Monte Ararate	Paraná do Cabaleana	23	x	Mandioca/Malva/Feijão/Milho
São Francisco das Chagas	Costa do Cabaleana	20	x	Mandioca/Malva/Feijão/Milho
Monte Sinai	Ilha do Marrecão	35	x	Mandioca/Malva/Grãos e Hortaliças
Nossa Senhora de Aparecida	Costa do Cabaleana	26	x	Mandioca/Malva/Grãos e Hortaliças
Monte Carmelo	Cabaleana	11	x	Mandioca/Malva/Grãos e Hortaliças
São Francisco I	Paraná do Supiá I	10	x	Mandioca/Malva/Grãos e Hortaliças
Nova Esperança	Paraná do Supiá/Ilha do Marrecão	19	x	Mandioca/Malva/Grãos e Hortaliças
Nossa Senhora das Graças	Paraná do Supiá II	19	x	Mandioca/Malva/Grãos e Hortaliças
Monte Sião	Paraná do Supiá II	49	x	Mandioca/Malva/Grãos e Hortaliças
São Francisco III	Paraná do Supiá III	21	x	Mandioca/Malva/Grãos e Hortaliças
Betel	Costa do Supiazinho	24	x	Mandioca/Malva/Grãos e Hortaliças
Nova Canaã	Costa do Supiazinho	20	x	Mandioca/Malva/Grãos e Hortaliças
Nossa Senhora do Perp. Socorro	Costa do Supiazinho	18	x	Mandioca/Malva/Grãos e Hortaliças
Jesus de Nazaré	Costa do Butija	14	x	Maracujá, Mamão, Macaxeira, Mand. Grãos
Samaria	Costa do Butija	16	x	Maracujá, Mamão, Macaxeira, Mand. Grãos
Galiléia	Costa do Paratari	20	x	Maracujá, Mamão, Macaxeira, Mand. Grãos
Vale da Benção	Costa do Paratari	23	x	Maracujá, Mamão, Macaxeira, Mand. Grãos
Monte das Oliveiras	Costa do Ajaratubinha	22	x	Maracujá, Mamão, Macaxeira, Mand. Grãos
Nova Canãa	Costa do Ajaratubinha	8	x	Maracujá, Mamão, Macaxeira, Mand. Grãos
Ass. Agric. Com. Ajaratubinha	Costa do Ajaratubinha	20	x	Maracujá, Mamão, Macaxeira, Mand. Grãos
Nossa Senhora da Conceição	Costa do Ajaratuba I	24	x	Maracujá, Mamão, Macaxeira, Mand. Grãos
Peniel/Assembléia de Deus	Costa do Ajaratuba II	41	x	Maracujá, Mamão, Macaxeira, Mand. Grãos
São Francisco	Costa do Ajaratuba II	18	x	Maracujá, Mamão, Macaxeira, Mand. Grãos
Divino Espírito Santo	Costa do Ajaratuba III	26	x	Maracujá, Mamão, Macaxeira, Mand. Grãos
Nova Jerusalém/Monte Horebe	Costa do Ajaratuba III	22	x	Maracujá, Mamão, Macaxeira, Mand. Grãos
Jardim do Éden	Costa do Ajaratuba III	27	x	Maracujá, Mamão, Macaxeira, Mand. Grãos
Bom Jesum (associação)	Boca do Cuia	19	x	Maracujá, Mamão, Macaxeira, Mand. Grãos
Nossa Senhora de Fátima	Lago do Pesqueiro	79	x	Mandioca, Malva e Grãos
Com. Nova Vida	Costa do Pesqueiro	26	x	Mandioca, Malva e Grãos
Nossa Senhora das Graças	Costa do Pesqueiro	47	x	Mandioca, Malva e Grãos

Apóstolo Paulo	Costa do Pesqueiro	16		x		Mandioca, Malva e Grãos
Nossa Senhora do Perp. Socorro	Costa do Pesqueiro	69		x		Mandioca, Malva e Grãos
Menino Jesus	Costa do Marrecão III	10		x		Mamão, Maracujá, Mand. Malva e Grãos
Nossa Senhora do Carmo/Vila	Boca do Jacaré	125		x	x	Mandioca, Malva e Grãos
São Geraldo	Lago do Jacaré	19		x	x	Mandioca, Malva e Grãos
13 de Junho	Lago do Jacaré	40		x	x	Mandioca, Malva e Grãos
Adventista do 7 dia	Paraná do Mundurucus	31		x		Mandioca, Malva e Grãos
Nova Canaã	Paraná do Mundurucus	12		x		Mandioca, Malva e Grãos
Nossa Senhora de Nazaré	Paraná do Mundurucus	26		x		Mandioca, Malva e Grãos
Vila do Paratazinho	Paraná do Paratazinho	70		x		Mandioca, Malva e Grãos

Fonte: IDAM, Plano Operativo Unidade Local de Manacapuru, 2007